

Secretaría General



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

ALADI/SEC/Estudo 50
2 de janeiro de 1989
Data de publicação: 20/XI/1989

RESTRINGIDO

OS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS E SEU TRATAMENTO

O presente estudo foi realizado pelo Senhor Jorge Torres, por encomenda da Secretaria-Geral.

Considerou-se oportuno levá-lo ao conhecimento das Representações Permanentes junto à ALADI como uma contribuição ao tema. Sem prejuízo do anterior, deve salientar-se que o estudo reflete os pontos de vista do Consultor e não compromete o parecer da Secretaria-Geral sobre o tema tratado.

//

//

CONTEUDO

1. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL EM MATERIA DE DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS NA ALADI.
2. IMPACTO DAS NOVAS NEGOCIAÇÕES SOBRE OS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS.
3. TRATAMENTO DOS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS.

ANEXO CAPITULO 1.

ANEXO CAPITULO 2.

sp

//

CAPITULO 1

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL EM MATERIA DE
DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS NA ALADI

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.
 2. OS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS.
 3. CAUSAS DOS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS.
 4. A BALANÇA COMERCIAL GLOBAL DOS PAISES DEFICITARIOS.
 5. A POLITICA CAMBIAL DOS PAISES DEFICITARIOS.
 - 5.1 METODOLOGIA.
 - 5.2 RESULTADOS OBTIDOS.
 - 5.3 CONCLUSÕES.
- ANEXO ESTATÍSTICO.
-

//

:p

//

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O programa de atenuação e correção de desequilíbrios do comércio intra-regional estabelece em seu artigo quarto que um país-membro fundamentará sua situação de desequilíbrio na existência de déficit com os países-membros da Associação, pelo menos durante três anos consecutivos. O Comitê de Representantes após recebida a apresentação correspondente poderá declarar a situação de desequilíbrio qualificado e acordar um programa de ações correcionais para a atenuação do desequilíbrio (artigo sexto).

Este estudo pretende realizar em primeiro lugar uma simulação, a partir da situação atual de desequilíbrios comerciais entre os países da Associação, dos países-membros que estariam em condição de solicitar ao Comitê de Representantes um programa de atenuação e correção de seus desequilíbrios comerciais com a Associação.

Em particular, a análise deste primeiro capítulo deve determinar quais os países e os produtos específicos que contribuem em maior medida a explicar os atuais desequilíbrios quantitativos e de composição do comércio intra-regional e quais as características das correspondentes correntes de comércio.

A análise deve incidir também na definição de parâmetros práticos para a avaliação dos desequilíbrios qualitativos complementando o disposto na Resolução 14.

A análise da situação atual em matéria de desequilíbrios comerciais é feita da ótica dos países deficitários no comércio intra-regional, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

A análise toma como ponto de partida o estudo efetuado pela Secretaria da ALADI "Elementos para a análise dos desequilíbrios do intercâmbio intra-regional" (ALADI/SEC/dt 124 e dt 124.1). Este estudo conclui que os casos prioritários de desequilíbrio comercial são países com déficit persistente e significativo que inclui a Colômbia, Chile, Paraguai e em menor medida o Peru e países com comércio fortemente desequilibrado que incluem a Bolívia, Venezuela e Equador. Estes últimos países são fornecedores de matérias-primas tradicionais (fundamentalmente petróleo); embora sejam superavitários no comércio intra-regional seu déficit é qualitativo.

Por conseguinte, o presente capítulo analisa a situação em matéria de desequilíbrios comerciais intra-regionais destes sete países, exclusivamente, que incluem os cinco países-membros do Grupo Andino e o Chile e o Paraguai. (1)

Quanto à análise da situação de desequilíbrio comercial dos países do Grupo Andino parece procedente que este desequilíbrio seja medido com relação a seu comércio com os outros seis países

//

sp

//

não andinos e não com relação a seu comércio com todos os países da ALADI. A argumentação é que os programas de atenuação e correção de desequilíbrios incluem medidas como o aprofundamento substancial das preferências pactuadas em acordos de alcance parcial da ALADI, e vantagens nos mecanismos financeiros da ALADI, entre outros. Desse modo pode afirmar-se que os mecanismos da Resolução 14 não foram orientados a corrigir os eventuais desequilíbrios que poderiam apresentar-se no comércio intra-andino. Estes eventuais desequilíbrios entre os países andinos se efetuariam no contexto de um Programa de Liberação do intercâmbio mais avançado que o correspondente à ALADI e deveriam ser considerados dentro dos mecanismos do Acordo de Cartagena. Adicionalmente as estatísticas comerciais demonstram que o déficit dos países andinos é gerado em seu comércio com o resto dos países da ALADI, em particular com ABKAMEX. Em qualquer caso, no apêndice do presente capítulo apresenta-se a situação da balança comercial dos cinco países andinos como conjunto da ALADI e não somente com os países não andinos. As gráficas ali apresentadas demonstram que a situação é muito similar à alternativa de considerar somente o desequilíbrio com o resto da ALADI.

O estudo dos desequilíbrios do Chile e do Paraguai é efetuado com relação a seu comércio com os outros dez países da Associação.

A análise a seguir trata a relação país/região ou país/resto ALADI para os países andinos, sem prejuízo de mencionar os desequilíbrios bilaterais. No entanto, a correção de desequilíbrios bilaterais não deve ser objetivo de um programa regional senão uma contribuição ao desequilíbrio país/região.

A apreciação dos déficits se refere à totalidade do comércio intra-regional sem especificar o comércio negociado. Isto não parece importante devido a que a aplicação generalizada da preferência tarifária regional deixa, na categoria de comércio não negociado, somente os produtos da lista de exceções à preferência tarifária regional não incluídos em nenhum acordo de alcance parcial. Entretanto, será importante determinar em que medida o comércio negociado (definido mais concretamente como o comércio em acordos de alcance parcial) contribui a atenuar os desequilíbrios comerciais de alguns países deficitários. Assim, por exemplo, as estatísticas comerciais demonstram que, apesar dos esforços para limitar a abertura dos países de menor desenvolvimento relativo, isto não impediu que as exportações da Argentina, Brasil e México tenham entrado nesses mercados, mesmo em ausência de preferência. Demonstra-se que os déficits comerciais dos países de menor desenvolvimento relativo são gerados fundamentalmente em seu comércio não negociado, o que incidentalmente, faz com que diminua a capacidade de negociação.

//

sp

//

Para a análise dos elementos qualitativos do comércio intra-regional se considera o critério de qualificar o saldo comercial gerado, substancialmente, por exportações tradicionais, de forma diferente do saldo comercial dos produtos não tradicionais. Este foi o critério utilizado no documento antes mencionado da Secretaria da ALADI.

No entanto, neste documento, o conceito de tradicional se aplica somente às exportações de petróleo e derivados porque se considera que a decisão de abastecer-se de combustíveis na região é soberania de cada país-membro e afeta muito determinantemente as situações dos saldos do comércio intra-regional. Por outro lado, a exportação de alguns produtos agrícolas tradicionais como o café, soja, açúcar, cacau e algodão são atualmente qualificados nos países-membros com o mesmo critério que os produtos manufaturados por sua contribuição ao valor agregado e seu emprego. Finalmente, a exportação para a região dos sete países deficitários de outros produtos tradicionais, diferentes do petróleo, tem magnitudes menores e não afetaria a situação de desequilíbrio observada, com relação aos resultados de distinguir somente o comércio de petróleo e o resto do comércio.

Embora a proposta de dividir o comércio entre petróleo e os outros produtos pareça excessivamente simplista a realidade demonstra que é uma boa indicação para a conceitualização de desequilíbrios qualitativos. No apêndice deste capítulo tentou-se realizar uma composição diferente de produtos excluindo também as exportações e importações dos produtos básicos como o café e o trigo. Os resultados, em termos de direção e magnitude dos desequilíbrios comerciais foram quase exatamente igual aos da definição mais simples adotada neste capítulo.

Outro ponto, de caráter metodológico, se refere à forma de valorar as correntes de comércio. O documento mencionado da Secretaria utilizava unicamente os dados de exportação a preços FOB para assegurar a comparabilidade entre as cifras de importação e de exportação; em consequência, as importações de cada país-membro foram avaliadas a partir das exportações dos demais países-membros para esse mercado. No presente estudo se considera que para estimar a balança comercial de cada país com a região é necessário consignar as cifras de exportação e importação anual dada por cada país em suas próprias estatísticas. Adicionalmente, pelo fato de que o efeito final de um desequilíbrio se expresse em uma variação líquida de divisas, parece conveniente considerar os bens e serviços comprados e vendidos. É verdade que o comércio de serviços em geral não é matéria das negociações dentro da ALADI, mas o comércio de bens acarreta um comércio paralelo de serviços de fretes e seguros.

Pelo expressado anteriormente decidiu-se mediar as importações de bens da região a preços CIF. Isto está apoiado também em um estudo da CEPAL (2) que demonstra que grande parte das compras na região que efetuam os países médios e menores da ALADI chegam através

//

sp

//

de meios de transporte de bandeira extra-regional ou do país exportador. De todos modos, embora a bandeira do meio de transporte seja nacional, isto significará uma despesa em divisas pelos custos de portos, carga e descarga, combustíveis, etc, que devem efetuar-se em moeda estrangeira.

As exportações são avaliadas, ao mesmo tempo, em termos FOB, refletindo novamente a realidade comercial dos países médios e menores da ALADI. O estudo mencionado da CEPAL também conclui que a maior parte das exportações destes países se efetuam em meios de transporte de bandeira extra-regional ou regional, não ocasionando, em consequência, um ingresso de divisas por este conceito.

Concluindo, o suposto avançado nesta análise, que é apoiado empiricamente pelo estudo mencionado da CEPAL, é que os países deficitários da ALADI vendem a preços FOB e compram a preços CIF a maior parte de seus produtos comercializados. A comparação da corrente de exportação FOB com a corrente de importação CIF será, por conseguinte, mais relevante para análise dos desequilíbrios comerciais.

2. OS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS

As estatísticas de exportações e importações com o resto da ALADI de cada um dos países andinos, bem como as correspondentes estatísticas do comércio com a região ALADI do Chile e do Paraguai, apresentam-se no apêndice estatístico.

2.1 Os desequilíbrios dos países do Grupo Andino

Quando considerada a totalidade do comércio três países andinos resultam deficitários no período recente: Colômbia, Equador e Peru. Os dois países superavitários, a Venezuela e a Bolívia, são exclusivamente por sua posição de exportadores de petróleo cru e gás natural, respectivamente.

A Colômbia acumula déficit significativos e persistentes para todos os anos do período 1970-1986 (Gráfico 1). O nível do déficit anual está entre 300 e 500 milhões de dólares para o período 1982 a 1986. Os principais países credores, por serem os maiores fornecedores de importações colombianas da região, são o Brasil e o México, e em segundo lugar, a Argentina e o Chile.

O Equador é deficitário, nos últimos quatro anos do período, de 1983 a 1986, pela interrupção de suas vendas de petróleo cru (Gráfico 2). Estas exportações permitiram-lhe gerar um superávit pequeno entre 1974 e 1982. O nível do déficit anual foi superior a 200 milhões de dólares em nível do déficit anual foi superior a 200 milhões de dólares em 1984 e 1985. Os principais países fornecedores de importações equatorianas da região são o Brasil e o México e, em segundo lugar, a Argentina e o Chile.

O Peru registra um déficit significativo com o resto da ALADI para todos os anos do período 1981 a 1986. Para todos

//

sp

//

os outros anos o comércio foi mais ou menos equilibrado com exceção de um superavit importante registrado em 1979 (Gráfico 3). O nível do déficit anual nos últimos anos se localiza entre 200 e 300 milhões de dólares. Os principais países fornecedores são a Argentina e o Brasil e, em segundo lugar, o Chile e o México.

Os resultados anteriores mostram que pelo menos três países do Grupo Andino poderiam acolher-se a um programa de atenuação e correção de desequilíbrios comerciais, considerando somente a balança comercial em termos quantitativos. A Colômbia, Equador e Peru enfrentam uma situação persistente de desequilíbrio que se mantém pelo menos durante três anos consecutivos, segundo a definição da Resolução 14 em seu artigo segundo.

Como medida da intensidade dos saldos negativos se pode utilizar a relação entre o nível do déficit da balança comercial e o valor das exportações. No documento mencionado da Secretaria da ALADI se utiliza esta fórmula indicando que poderia se considerar que uma relação superior a 20 por cento deve ser levada em conta e que quando o déficit é superior às exportações (mais de 100 por cento) o desequilíbrio adota características críticas.

Não seria condição suficiente a simples intensidade do saldo já que estes podem responder a condições fortemente conjunturais. O problema muda de característica quando à intensidade é acrescentada a persistência do saldo negativo. Para levar em consideração o anterior se calculará o indicador de intensidade deficitária como a relação entre o déficit comercial e o valor das exportações para um período de vários anos e não anualmente.

A intensidade do déficit comercial se calculou nos casos da Colômbia e do Peru para todo o período 1970-1986 e no caso do Equador para seu período deficitário 1983-1986 e apresenta-se no Quadro 1.

QUADRO 1

INDICADOR DA INTENSIDADE DO DEFICIT COMERCIAL
NA COLOMBIA, EQUADOR E PERU

PAÍS	PERÍODO	INTENSIDADE DEFICIT
Colômbia	1970-1986	-2.39
Equador	1983-1986	-2.40
Peru	1970-1986	-0.57

Os resultados obtidos mostram uma intensidade deficitária de características críticas para a Colômbia, em todo o período 1970-1986 e para o Equador no período recente, com um ní

//

sp

vel perto a 240 por cento das exportações. A intensidade deficitária, no caso peruano, é menor, equivalente a 57 por cento de suas exportações.

Quando se considera a composição do comércio, isto é, a balança comercial em termos qualitativos, os três países mencionados continuam sendo deficitários para o comércio qualificado, isto é, o comércio sem combustíveis. No entanto, nessa nova situação a Bolívia e a Venezuela se tornam altamente deficitárias, porque seu superavit comercial se sustentava exclusivamente nas vendas de petróleo venezuelano para o Brasil e para o Chile e as vendas de gás natural boliviano para a Argentina.

A balança comercial da Colômbia, Equador e Peru com o resto da ALADI, sem considerar os combustíveis é similar à situação do comércio global pelo fato de que as suas compras e vendas de petróleo com o resto da ALADI não são significativas nos últimos anos (Gráficos 4, 5 e 6).

A Bolívia é deficitária em seu comércio sem combustíveis para todos os anos do período 1970-1986 (Gráfico 7). O nível do déficit é crescente aproximando-se dos 300 milhões de dólares em 1986. Os principais países fornecedores de importações para a Bolívia no período recente são o Brasil e a Argentina, e em menor medida, o Chile.

A Venezuela é também altamente deficitário para todo o período 1970-1986 (Gráfico 8). O nível do déficit aumenta fortemente a partir de 1977 atingindo um máximo superior a 800 milhões de dólares em 1982. O déficit dos dois últimos anos atinge mais de 400 milhões de dólares anuais. O maior fornecedor de importações venezuelanas da região é o Brasil, deixando a Argentina em um segundo lugar e depois o México e o Chile.

Em conclusão, quando se considera a composição qualitativa do comércio e se estabelece que o desequilíbrio relevante deve referir-se exclusivamente ao comércio sem combustíveis, o resultado é que todos os países do Grupo Andino cumpririam com as condições para um programa de atenuação e correção de desequilíbrios comerciais.

O nível da intensidade deficitária para os desequilíbrios qualitativos dos países andinos é muito significativo. Os cálculos efetuados se apresentam no quadro seguinte.

//

QUADRO 2

INDICADOR DA INTENSIDADE DO DEFICIT DO COMERCIO
RELEVANTE EM PAISES-MEMBROS DO GRUPO ANDINO

PAIS	PERIODO 1970-1986	PERIODO 1981-1986
Bolívia	-2.74	-7.58
Colômbia	-2.13	-3.22
Equador	-1.78	-3.36
Peru	-0.61	-1.57
Venezuela	-15.30	-18.50

Fonte: Estimado.

Surgem duas conclusões do cálculo realizado. Em primeiro lugar, o nível do desequilíbrio deve se considerar muito crítico em todos os países para ambos períodos considerados no cálculo; somente no caso peruano a relação saldo/exportações é inferior a 100 por cento quando se considera todo o período 1970-1986. Em segundo lugar, a intensidade do saldo negativo aumentou significativamente no período mais recente, devendo considerar-se um signo muito preocupante das tendências do comércio intra-regional. Os níveis estimados da intensidade deficitária no período 1981-1986 são muito superiores a 100 por cento para todos os países andinos e atingem 1.850 por cento para a Venezuela e 758 por cento para a Bolívia.

2.2 Os desequilibrios do Chile e do Paraguai

O comércio dos outros dois países deficitários, o Chile e o Paraguai, é calculado em relação a todos os outros dez países da Associação. Para ambos países os deficit comerciais se estendem a um período muito superior aos três anos requeridos para justificar um programa de attenuação e correção de desequilíbrios de acordo com o segundo artigo da Resolução 14.

No caso do Chile nota-se um deficit significativo e persistente no período 1980-1985, que diminui em forma importante em 1986 (Gráfico 9). O nível era superior a 700 milhões de dólares em 1981 e se reduz paulatinamente atingindo somente 56 milhões em 1986. Os principais países fornecedores são o Brasil e a Venezuela (basicamente petróleo) e em segundo lugar a Argentina. O principal país comprador de produtos chilenos é o Brasil e em segundo lugar a Argentina. O deficit chileno com a Associação foi reduzindo-se como efeito conjunto de uma diminuição das compras na ALADI (de 1.510 bilhões de dólares em 1981 para 722 milhões em 1986) e de um incremento das vendas (de 449 milhões em 1983 para 666 em 1986).

//

sp

//

As importações chilenas da ALADI estão fortemente influenciadas pelas compras de combustível da Venezuela e do Equador. Perto de um terço do total das importações do período estudado estão constituídas por estas compras de petróleo e derivados. Sendo as exportações chilenas de outros produtos diferentes do petróleo, a situação comercial muda substancialmente quando não se considera este produto (Gráfico 10). No período 1979-1986 não se registram três anos consecutivos de déficit comercial e inclusive o país é superavitário nos dois últimos anos verificando-se somente déficit comercial importante para 1981.

O Paraguai tem um déficit importante e persistente durante todos os anos do período 1975-1986. O nível do déficit é estável e perto de 150 milhões de dólares anuais para todos os anos do período 1980-1986 (Gráfico 11). Os principais sócios comerciais de origem das importações paraguaias são o Brasil e em segundo lugar a Argentina, enquanto suas exportações também se destinam fundamentalmente a esses mercados. (3)

Devido a que as compras paraguaias de petróleo são importantes e as vendas de combustíveis inexistentes o nível do déficit se reduz mas se mantém para todos os anos do período 1979-1986 (Gráfico 12) quando não se considera este comércio.

A intensidade do déficit comercial verificou-se também para os casos do Chile e do Paraguai como a relação entre o saldo e as exportações. O cálculo se efetuou para o comércio total e para o comércio relevante considerando o período 1979-1986 e os resultados se apresentam no quadro seguinte.

QUADRO 3

INDICADOR DA INTENSIDADE DO DEFÍCIT COMERCIAL
NO CHILE E NO PARAGUAI

PAÍS	COMÉRCIO TOTAL	COMÉRCIO RELEVANTE
Chile	-0.32	+0.09
Paraguai	-1.04	-0.047

Fonte: Estimativa.

O indicador de intensidade deficitária para o Chile é negativo quando se considera o comércio total embora substancialmente menor aos níveis existentes para os países andinos. O indicador se torna positivo para o comércio sem combustíveis de acordo ao indicado anteriormente.

O indicador de intensidade deficitária do Paraguai é negativo e perto a 100 por cento para o comércio total diminuindo

//

sp

//

à metade quando se considera o comércio relevante. Entretanto, corresponde salientar que os níveis são substancialmente menores aos calculados para os países andinos.

Concluindo, o exame das correntes comerciais do Chile e do Paraguai mostra que ambos países são deficitários no tocante a seu comércio total. No entanto, quando se analisa a composição do comércio o Chile torna-se relativamente equilibrado para o comércio relevante. Em consequência, um programa de atenuação e correção de desequilíbrios comerciais deveria considerar de forma prioritária o caso do Paraguai.

3. CAUSAS DOS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS

Os desequilíbrios comerciais de um país com a Associação podem ter duas causas básicas: as políticas macroeconômicas do mesmo país deficitário ou dos países-membros superavitários e as características estruturais do comércio intra-regional.

As políticas macroeconômicas do país deficitário se referem também a políticas cambiais, tarifárias e de promoção de exportações. Se o país mantém um tipo de câmbio sobreavaliando a moeda nacional estará incentivando as importações procedentes do mundo e da região e estará castigando as exportações desestimulando-as. Se o país mantém uma política de isenções tarifárias para o grosso de suas importações estará diminuindo os preços do produto importado e desincentivando e reduzindo a oferta nacional. Se o país não conta com um sistema de promoção adequada para suas vendas ao exterior, incluindo mecanismos de financiamento comercial, as cotações de seus produtos serão elevadas e sua procura externa será menor.

Estas políticas macroeconômicas antiexportadora terão um efeito de gerar déficit comerciais com a Associação e com o mundo em seu conjunto. Este tipo de desequilíbrios deve ser considerado de responsabilidade exclusiva do país deficitário e não poderia ser corrigido pelas medidas incluídas em um programa de atenuação de desequilíbrios comerciais como o considerado na Resolução 14 (III).

Os desequilíbrios comerciais podem ser também causados por políticas macroeconômicas proexportadoras e/ou anti-importadoras aplicadas em algum país da Associação. Se algum país fortemente superavitário bilateralmente com o país estudado persegue uma política de adiantamento cambial ou de subsídio deliberado a suas exportações a situação pode concluir em um desequilíbrio comercial de um caráter artificial. Entretanto, este tipo de situações deve ser considerado como uma distorção às condições de competência no mercado regional e deve ser tratado através da aplicação das cláusulas de salvaguarda incluídas no ordenamento jurídico do Tratado de Montréal.

A segunda causa importante de desequilíbrios comerciais se refere às características estruturais do comércio intra-regional. Entre estas deve considerar-se um sistema desequilibrado de preferências tarifárias (acordos de alcance parcial) que beneficie os produtos que o país deficitário não produz e que não beneficie os

sp

//

//

produtos nos quais o país deficitário tem vantagens comparativas, ou um esquema de mecanismos de financiamento e pagamentos que incentiva mais as importações que as exportações regionais do país envolvido.

No caso de desequilíbrios estruturais um programa de atenuação e correção de desequilíbrios como o da Resolução 14 ajudará a reverter a situação. O aprofundamento de preferências tarifárias e ampliação de quotas em acordos de alcance parcial, a eliminação de restrições não-tarifárias que afetam as exportações do país qualificado, e o estabelecimento de modalidades financeiras especiais terão feito de correção do sistema de preferências e um efeito das exportações regionais do país qualificado com seus correspondentes impactos no nível do déficit de comércio. (4)

Concluindo, os desequilíbrios comerciais em alguns países da Associação podem ter caráter autônomo, artificial ou legítimo dependendo de se a causa fundamental são as políticas macroeconômicas do país deficitário, as políticas de outro país da região ou as características estruturais do comércio regional. Os programas de atenuação e correção da Resolução 14 somente podem e devem se referir a esta última situação.

De modo de verificar se o desequilíbrio tem caráter legítimo ou se as causas fundamentais dos desequilíbrios são as políticas macroeconômicas do próprio país deficitário a Resolução 14 (III) estabelece que o país afetado deverá apresentar como elementos complementares a descrição da balança comercial global, de sua política comercial e de sua política cambial. Entende-se que se um desequilíbrio com a região se efetua de forma paralela a um desequilíbrio comercial com o mundo, as causas do déficit devem buscar-se nas políticas macro do país em questão.

Neste documento tentar-se-á um primeiro exame das balanças comerciais globais dos países deficitários, bem como uma análise de sua política cambial, que a considera a mais relevante em definir a direção dos saldos comerciais dos países em sua relação com a região e com o mundo.

4. A BALANÇA COMERCIAL GLOBAL DOS PAÍSES DEFICITARIOS

A informação sobre exportações e importações ao mundo dos países andinos, o Chile e o Paraguai se apresenta no anexo estatístico a este documento. Continuando com a metodologia para a análise dos saldos comerciais com a região, as exportações se expressam em preços FOB e as importações em preços CIF. O período de análise comprende de 1970 a 1987 para os países andinos, mas a informação se dispõe somente para 1986 no Chile e no Paraguai.

Os saldos da balança comercial para cada ano do período se apresentam nos gráficos 13 a 19 para os sete países estudados.

A Bolívia mostra déficit importantes para seis anos do período analisado e superávit significativos para 7 anos (Gráfico 13). Em geral não se observa uma situação de déficit persistente e significativo da balança comercial global por não se apresentar três

//
sp

/

//

anos consecutivos de déficit comercial; então, os montantes superavitários superam os saldos negativos no período. Deve-se lembrar que os saldos comerciais com a ALADI eram negativos para todos os anos do período quando não se consideram os combustíveis.

A Colômbia apresenta uma balança comercial equilibrada até 1981-1983 quando se registra um déficit superior a 2 bilhões de dólares anuais (Gráfico 14). O déficit comercial foi reduzindo-se entre 1983 a 1985, registrando-se superávit nos dois últimos anos. Em todo caso, a evolução do saldo comercial é muito diferente ao caso do saldo do comércio com a ALADI onde se registra um déficit crescente para todos os anos do período.

O Equador mostra um saldo de balança comercial superavitário para todos os anos do período com exceção de 1982 (Gráfico 15). A imagem é muito diferente do saldo do comércio com a ALADI para o comércio sem combustíveis, onde se registra um déficit crescente para todo o período.

A balança comercial do Peru com o mundo também mostra alguns altos e baixos, com saldos negativos somente para os anos 1975-1976, 1981 e 1986 (Gráfico 16). Os níveis de superávit comerciais superam o montante dos déficit no período. Esta situação contrasta com a imagem da balança comercial com a ALADI onde se observa um comércio equilibrado em 1970-1980 e um déficit crescente em 1981-1986.

Igualmente, a Venezuela apresenta uma balança comercial superavitária para quase todos os anos do período 1970-1986 (Gráfico 17). Somente se observam déficit comerciais em 1977-1978. A situação difere em relação à imagem dos saldos comerciais com a ALADI para o comércio sem combustíveis, onde se verificou um déficit persistente e crescente.

A balança comercial global do Chile é relativamente equilibrada entre 1970-1980; apresenta um forte déficit em 1981 de 2,5 bilhões de dólares, e depois se observa um tramo superavitário entre 1982 e 1986 (Gráfico 18). Deve lembrar-se que a balança comercial do Chile com a ALADI era deficitária para todo o período 1980-1986, embora seja equilibrada quando se considera o comércio sem combustíveis.

A balança comercial do Paraguai tem uma imagem claramente deficitária para todo o período 1978-1986 (Gráfico 19). Esta evolução é paralela à evolução da balança comercial com a ALADI, que era negativa para todos os anos do período estudado.

Concluindo, com exceção do Paraguai, todos os países mostram um comportamento de sua balança comercial global com alguns altos e baixos, mas em geral, de caráter superavitário ou equilibrado para todo o período em seu conjunto. Em nenhum caso, com exceção do Paraguai, verifica-se um déficit persistente, significativo e crescente para um período igual ou superior a três anos. Isto contrasta com os saldos comerciais encontrados no comércio com a ALADI que têm este triplo caráter de persistência, significância e dinamismo.

//

sp

//

Este resultado é concordante com a realidade econômica de que um saldo negativo permanente não pode financiar-se indefinidamente através de um mecanismo tal como o aumento sem limite das obrigações a longo prazo com o exterior. Em algum momento o serviço de amortização e juros da dívida externa chega a superar os fluxos de novos créditos e torna-se necessário conseguir um superavit na balança comercial para atender estas obrigações. Isso aconteceu nos últimos anos para as economias latino-americanas forçando-as a realizar programas de ajustamento que reduzem as compras para o exterior e tratam de maximizar suas exportações. Em consequência, as economias médias e menores da ALADI mostram uma tendência a equilibrar ou conseguir superavit em sua balança comercial com o mundo. Mas esta nova situação não foi acompanhada de uma tendência para o equilíbrio de seu comércio com a região, onde ainda se nota um desequilíbrio que tem alto componente estrutural.

5. A POLITICA CAMBIAL DOS PAISES DEFICITARIOS

5.1 Metodologia

Um dos elementos de fundamentação para um programa de atenuação e correção de desequilíbrios comerciais intra-regionais é a evolução da política cambial do país solicitante durante o triênio em que surgiram os desequilíbrios (Resolução 14, artigo 5º.).

A análise anterior assinala que a política cambial do país deficitário é um elemento crucial para definir o caráter dos desequilíbrios, em especial se estes são ocasionados diretamente pelo próprio país através da manutenção de um tipo de câmbio sobrevalorizado que impulse a importação e desimpulse a exportação.

Nesta seção se realizará uma análise simples da evolução da política cambial nos sete países deficitários da região, a fim de definir se essa política implicou um atraso da cotação da moeda nacional frente ao dólar que ocasionou em última instância a situação de déficit comercial.

Como forma de estimar em uma primeira aproximação o atraso ou o adiantamento cambial em um país pode se comparar o tipo de câmbio oficial em vigor em um período determinado com o tipo de câmbio da paridade estimado a partir de um ano básico, levando em consideração a inflação interna e internacional. O tipo paridade TP se define como:

$$TP = T_0 * IPC/III$$

onde T_0 é o tipo oficial do período básico, IPC o índice de preços internos ao consumidor (que é geralmente a informação disponível) e III o índice de preços internacionais.

Estritamente a estimativa de um atraso cambial deveria surgir de uma comparação entre o tipo oficial e um tipo de câmbio de equilíbrio da balança de pagamentos que estaria dado

//

sp

por um tipo de mercado livre, determinado por um sistema de competência pura e perfeita. No entanto, este nível cambial é muito subjetivo e geralmente não se conta com informação a esse respeito. Em consequência, supõe-se neste trabalho que o tipo de paridade é um segundo ótimo para estimar a evolução do tipo de câmbio de equilíbrio.

A experiência demonstra que nos países latino-americanos geralmente o tipo de mercado livre é superior ao tipo de câmbio de paridade. Isto se explica porque no mercado influem não somente as variações no poder de compra, mas também as expectativas dos agentes do mercado, que ocasionam maior valoração do preço da divisa. Em primeiro lugar se considera que o serviço da elevadíssima dívida externa torna necessário en carecer a divisa por cima da paridade para gerar os superavit comerciais que tornem viável o pagamento de amortização e juros. Em segundo lugar, a deterioração dos termos de intercâmbio para as exportações procedentes da região tornaria necessário desvalorizar além da paridade cambial. Em terceiro lugar os agentes podem considerar que os índices de preços oficiais subavaliam o verdadeiro nível da inflação interna.

Podem existir fatores que ocasionam uma diminuição do preço de mercado da divisa, em particular podemos assinalar a oferta especial de divisas proveniente do tráfico ilegal. Mas uma situação comum é aquela em que se observa um tipo de mercado livre superior ao estimado do tipo de paridade, que, ao mesmo tempo, é superior ao tipo oficial da divisa.

Em alguns casos, o tipo de paridade calculado é inferior ao tipo de câmbio oficial. A conclusão neste caso é que não existe atraso cambial ou supervalorização da moeda nacional.

Um ponto muito importante é definir o período-básico da paridade. Este ano básico pode diferir entre os diferentes países. Em geral, escolhe-se um momento para o qual se estima, existia relativo equilíbrio da balança de pagamentos. Com base neste critério se definiu 1980 para a Bolívia, Colômbia e Peru, 1975 para os dois países petroleiros o Equador e a Venezuela, 1982 para o Chile e 1970 para o Paraguai.

As estatísticas sobre a evolução do tipo de câmbio oficial nos sete países e os índices de preços se apresentam no anexo estatístico. A informação se refere a 1970-1988 no caso dos países andinos e 1970-1986 para o Chile e para o Paraguai. Como variável aproximada da inflação internacional se utiliza o índice de preços ao consumidor nos Estados Unidos para esse mesmo período.

Finalmente, a avaliação da situação de atraso cambial para os países que têm em vigor um sistema de câmbios múltiplos, o Peru e a Venezuela, foi um pouco diferente.

Nestes dois casos existem taxas especiais para a importação de bens essenciais e para a exportação de produtos considerados tradicionais, que são muito inferiores aos tipos de câmbio.

//

bio aplicados para outras transações e para operações financeiras. A distorção cambial pode mostrar-se claramente nestes dois países sem recorrer ao cálculo do tipo de câmbio de paridade, cujo valor se localiza, em todo caso, dentro da categoria dos câmbios múltiplos. A comparação é feita, nestes casos, entre os extremos de câmbio oficial menor e maior.

Fica claro que a existência de tipos de câmbio maiores para algumas operações implica que estão sendo castigados certos exportadores que recebem os tipos de câmbio menores, desestimulando esta exportação. Por outro lado, incentiva-se artificialmente a importação daqueles produtos sujeitos aos tipos de câmbio mais baixos.

5.2 Resultados obtidos

A análise da política cambial na Bolívia (Gráfico 20) mostra que o boliviano não apresenta distorção cambial no período recente de 1985 a 1988, com o tipo de paridade estimado abaixo do tipo oficial. O tipo de câmbio estabilizou-se em 2.21 bolivianos/dólar e a inflação se reduziu a 10 por cento anual.

A situação evoluiu desde 1984 quando a crise boliviana daquele momento, caracterizada por um processo de hiperinflação, levou ao câmbio de moeda, em 1985, a um boliviano equivalente a um milhão de pesos.

As estimativas do câmbio de paridade para a Colômbia estão abaixo do tipo de câmbio oficial no período 1984-1988 e mostram que a política cambial deste país teve grande estabilidade e consistência (Gráfico 21). Em geral, a evolução do tipo oficial acompanha muito ajustadamente as tendências do índice de preços internos e dos preços internacionais no período 1970-1985. Em consequência, não se verifica distorção cambial alguma para nenhum ano do período.

Na realidade, a informação extra-oficial existente sobre a evolução do tipo de câmbio paralelo é que seu nível era inclusivamente inferior ao tipo oficial em alguns anos do período. Esta aparente contradição se explica pela especial oferta de divisas que buscavam sua formalização na economia colombiana.

A inflação interna na Colômbia atingiu 23% em 1987, enquanto a desvalorização foi de 24%. Atualmente o tipo de câmbio é 280 pesos/dólar e vem-se devalorizando 2% ao mês.

Não se observam distorções cambiais no mercado equatoriano nos últimos anos em que o Equador prosseguiu uma política liberal de tipo de câmbio livre. Somente depois das eleições presidenciais de fevereiro do presente ano observa-se um incremento do preço do mercado livre da divisa norte-americana no Equador muito acima do tipo de câmbio oficial de importação.

A inflação da economia equatoriana atingiu 29% em 1987 e o tipo de câmbio oficial se elevou na mesma proporção (Gráfico 22). Atualmente o tipo de câmbio de intervenção é 275 sucres/dólar quando o tipo de câmbio livre supera 400 sucres/dólar.

//

//

A evolução da política cambial no Peru (Gráfico 23) mostra uma tendência à supervalorização do "inti" a partir de 1986. Esta tendência à supervalorização se explica, basicamente, pela política de tipos de câmbios múltiplos que vem sendo aplicados.

A distorção do tipo de câmbio oficial no Peru surge, especialmente, para a importação de alimentos, medicamentos e insumos agropecuários, os que são importados em abril de 1988 a um tipo de câmbio de 15.93 intis/dólar quanto o tipo de mercado negro se aproximava a 120 intis/dólar em abril do presente ano.

Estes tipos de câmbio preferenciais implicam preços internos artificialmente baixos no Peru, praticamente para todos os produtos, mas muito especialmente para lácteos, trigo e farinha, óleos comestíveis, açúcar e uréia.

A situação cambial na Venezuela desde 1980-1983 mostra importante distorção cambial entre o tipo de câmbio livre e o tipo de câmbio preferencial usado para a importação dos principais alimentos e medicamentos, situação que continua em 1988 (Gráfico 24).

Atualmente existem três tipos de câmbio na Venezuela: as taxas principal, secundária e terciária. As exportações de bens exceto petróleo-ferro são efetuadas à taxa principal, as importações de alimentos essenciais e as exportações de petróleo-ferro à taxa secundária e o resto das transações se efetuam com a taxa terciária. Até janeiro de 1988 a taxa terciária era igual a 30.91 bolívares/\$ enquanto a secundária era de 7.5 bolívares por dólar, que significa uma distorção de 312% entre ambas taxas.

Os produtos considerados para sua importação ao tipo de câmbio de 7.50 bolívares/dólar incluem trigo, leite, carne, soja, milho-sorgo, algodão, açúcar e feijão.

A inflação da economia venezuelana atingiu 26% em 1987 e o tipo de câmbio de bancos comerciais chegou a 83%. Atualmente o tipo de câmbio dos bancos comerciais é 29.5 bolívares/dólar.

A evolução da política cambial no Chile mostra que o tipo oficial esteve acima do tipo de paridade de 1982 a 1986, fato que demonstra que não existiria atraso cambial (Gráfico 25). No período 1979 a 1981 o gráfico mostra que houve alguma supervalorização da moeda nacional, que explicaria os deficit comerciais observados nesse período.

O tipo de câmbio no Paraguai não se movimentou paralelamente à inflação interna e internacional. O Gráfico 26 mostra que o tipo oficial evoluiu debaixo da estimativa do tipo de câmbio de paridade para todos os anos do período 1972 a 1985.

//

sp

//

Não se teve informação sobre índices de preços para 1980, para estimar o tipo de paridade desse ano. Em consequência, observa-se uma situação de atraso cambial que privilegia a importação e penaliza a exportação.

5.3 Conclusões

Resumindo, da análise realizada da política cambial dos países deficitários da ALADI se verifica que existem três países, o Peru, Venezuela e Paraguai onde se prova uma política de manutenção de tipos de câmbio supervalorizados que apóiam a importação e desalentam a exportação ocasionando os déficit comerciais. Nestes casos se pode afirmar que não procede um programa de atenuação e correção de desequilíbrios comerciais se previamente não se sabem as causas autônomas dos desequilíbrios comerciais. Em todo caso poderia pensar-se em um programa de transição de cooperação regional para ajustar estas economias, que deverá realizar-se mais tarde ou mais cedo, salvo que mude significativamente o atual entorno internacional de comércio e preços.

Por outro lado, existem três economias deficitárias, a da Bolívia, Colômbia, e Equador, onde se pode comprovar que não existiu, nos últimos anos, uma política de atraso cambial, senão uma política de alento à produção e exportação nacional. Neste caso os déficit comerciais não podem atribuir-se à distorção da política macroeconômica e fica em pé a hipótese de que estes desequilíbrios tenham relação com características estruturais do comércio intra-regional, que implicam uma situação desequilibrada de preferências comerciais. Em consequência, para estes três países é procedente um esboço de um programa de atenuação e correção de desequilíbrios da maneira apresentada na Resolução 14 (III).

Finalmente, existe uma economia deficitária no Chile, onde se observa uma política cambial que não implica distorções anti-exportadoras e pro-importadoras, mas cujo déficit tem caráter somente quantitativo, explicado pelas compras chilenas de petróleo na região. Quando o comércio é considerado relevante, sem combustíveis, a situação chilena passa a ser de equilíbrio ou de superávit comercial, como já foi indicado. Concluindo, não existiria a prioridade para um programa de atenuação e correção de desequilíbrios no caso chileno.

//

sp

//

NOTAS

- (1) A Argentina também é um país deficitário em seu comércio total com a ALADI, mas este saldo está fortemente influenciado por suas compras de gás natural à Bolívia. Para o comércio relevante (sem combustíveis) a situação da Argentina seria superavitária ou equilibrada.
 - (2) CEPAL. "Os serviços de transporte no comércio exterior dos países da Associação Latino-Americana de Integração", Santiago, dezembro de 1986.
 - (3) Existem cifras contraditórias sobre comércio que mudam a situação dos saldos do Paraguai com a região para alguns anos do período. Como exemplo, as importações CIF do Brasil desde o Paraguai em 1981 se consignam em 218 milhões de dólares; entretanto as exportações FOB do Paraguai para o Brasil se registram em 54 milhões para esse mesmo ano. Com a primeira cifra o Paraguai seria superavitário e com a segunda, deficitário. Neste estudo foram usadas as estatísticas sobre exportações FOB como foi explicado na metodologia.
 - (4) Deve-se lembrar que a estratégia de correção de desequilíbrios, segundo a Carta de Buenos Aires, está orientada a alcançar este objetivo, através do crescimento das importações dos países deficitários sem reduzir paralelamente suas importações da região.
-

//

sp

//

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALADI. Elementos para a Análise dos desequilíbrios do intercâmbio intra-regional, ALADI/SEC/dt 124, outubro 1986.

ALADI. Desequilibrios do Comércio Intra-Regional: Análise por país, ALADI/SEC/dt 124.1, fevereiro 1987.

ALADI. PREC: Elementos de juizo para análise conjunta das listas apresentadas pelos países-membros, ALADI/SEC/dt 131.10/Rev. 1, outubro 1987.

ALADI. O comércio intra-regional na primeira metade da década de 80, ALADI/SEC/Estudo 44, dezembro 1987.

ALADI. Elementos para a Análise dos Desequilibrios do Intercâmbio Intra-Regional, ALADI/SEC/dt 124/Add. 2, novembro 1986.

ALADI. Ata final da Terceira Reunião do Conselho de Ministros, ALADI/CM/III/Ata final, março 1987.

CEPAL. Os serviços de transporte no comércio exterior dos países da Associação Latino-Americana de Integração. Mimeo, Santiago, dezembro 1986.

Quijandria, Jaime, Estado atual e perspectivas das negociações que se realizam na ALADI. Revista Integração Latino-Americana no. 135, junho 1988.

Torres, Jorge e Gana, Eduardo, Comércio e Equilíbrio entre os países da ALADI. Revista da CEPAL no. 27, dezembro 1985.

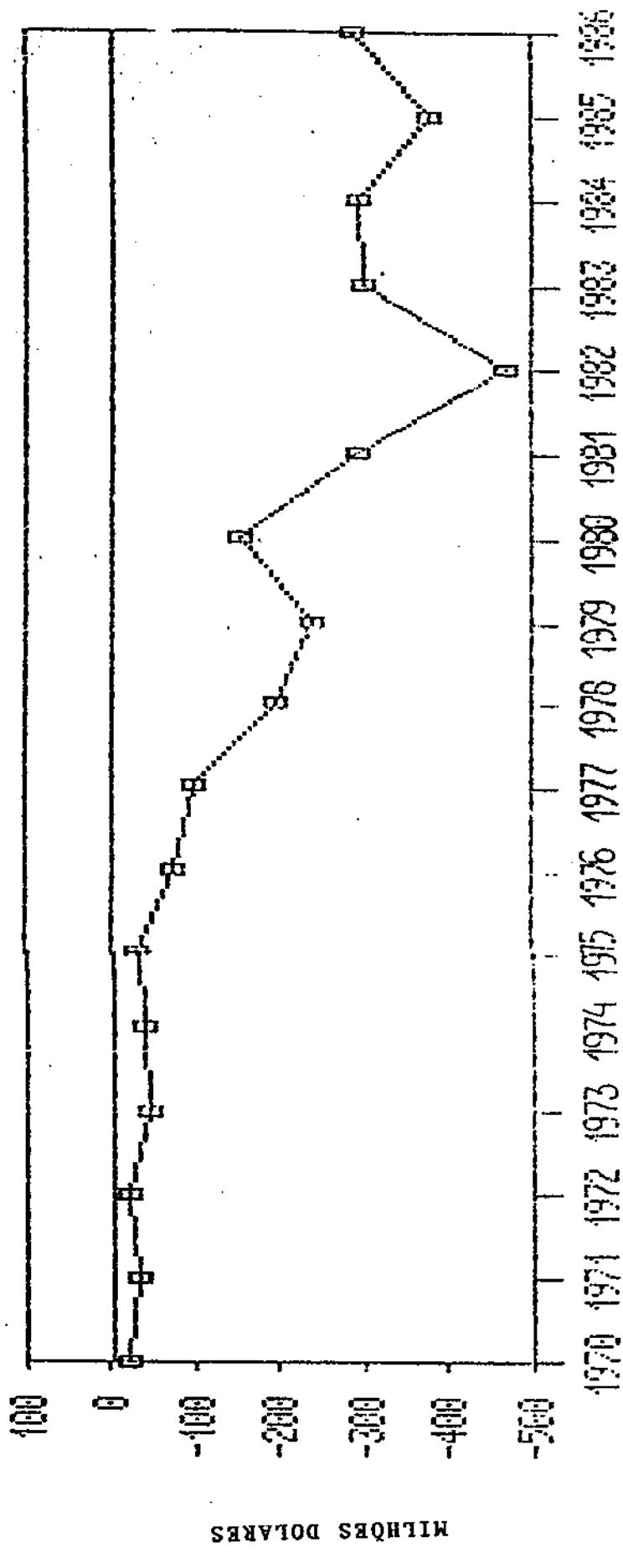
//

sp

GRÁFICO 1

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI

COLÔMBIA 1970-1986



L. COLÔMBIA

GRÁFICO 2

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI

EQUADOR 1970-1986

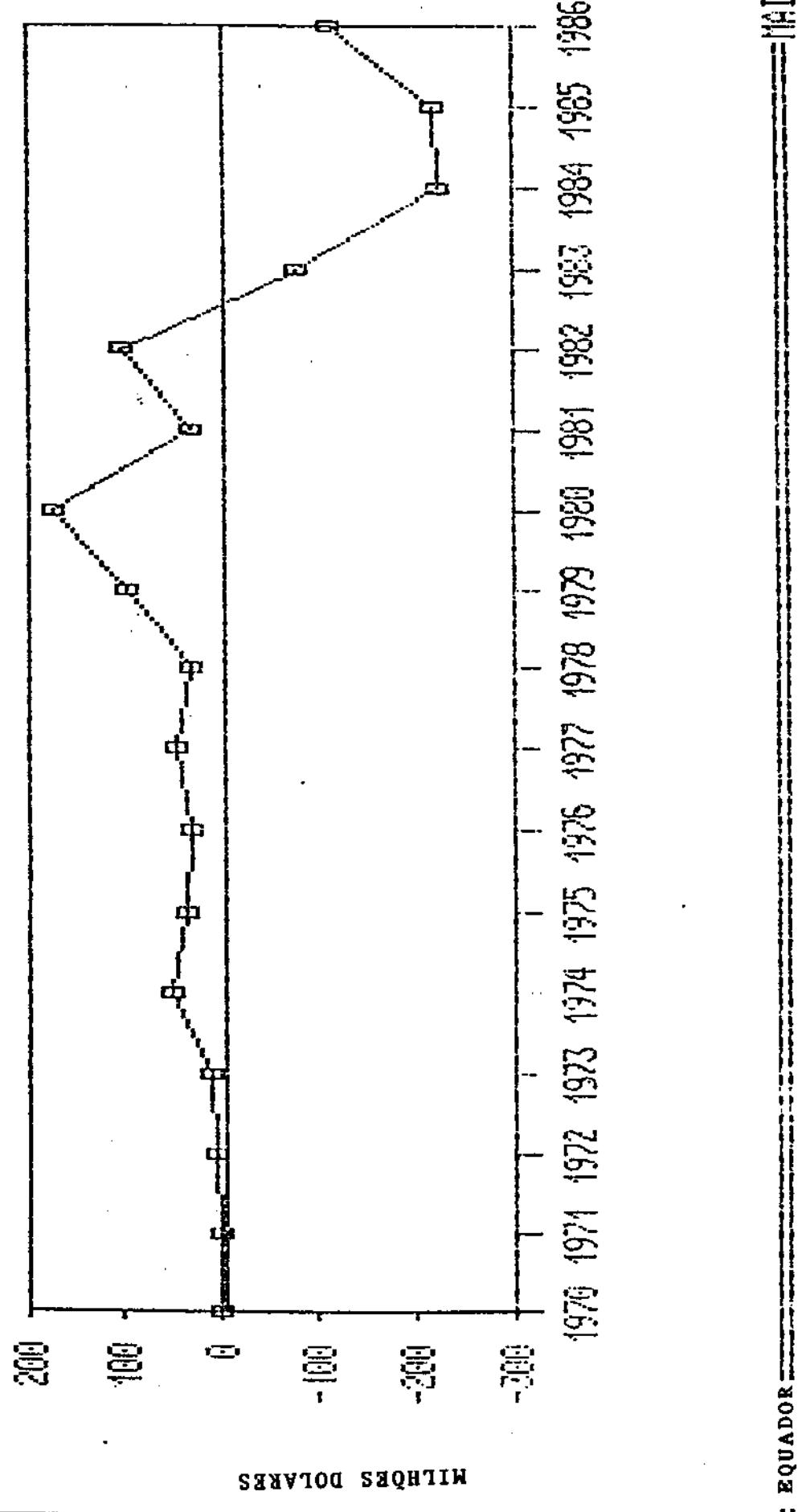
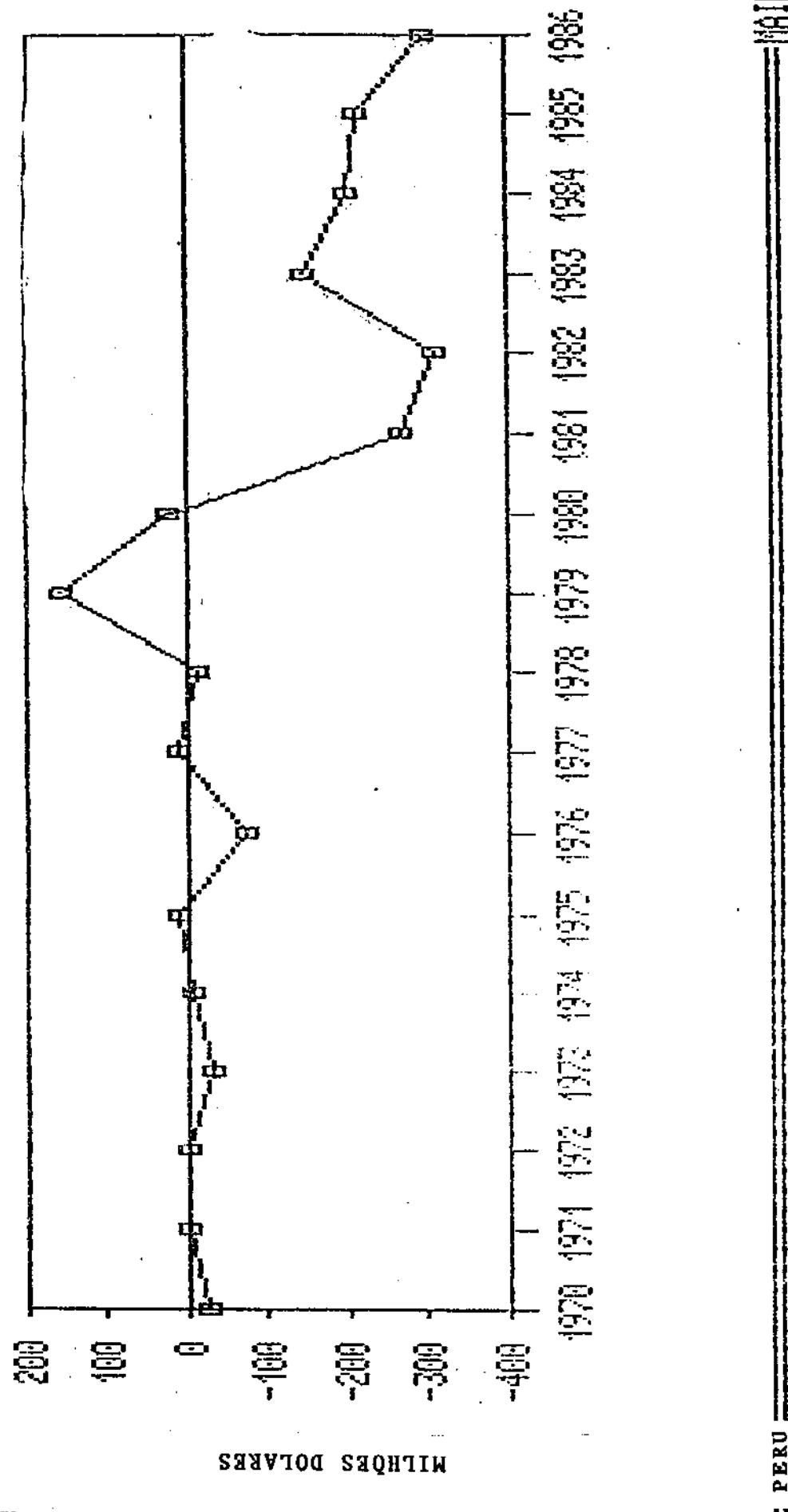


GRÁFICO 3

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI

PERU 1970-1986



PERU

GRÁFICO 4

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI
COLÔMBIA 1970-1986, SEM COMBUSTÍVEIS

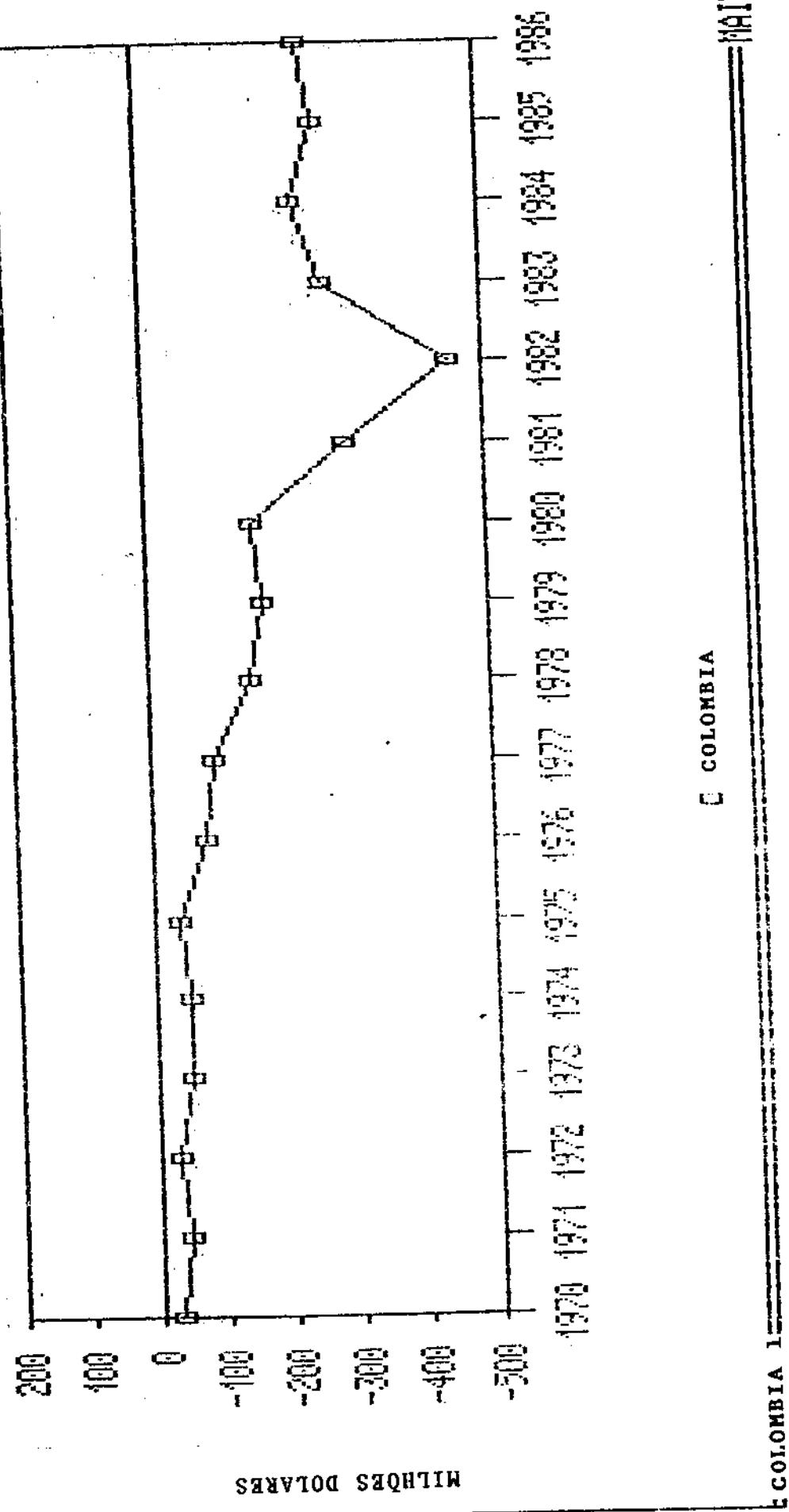


GRÁFICO 5

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI
EQUADOR 1970-1986, SEM COMBUSTIVEIS

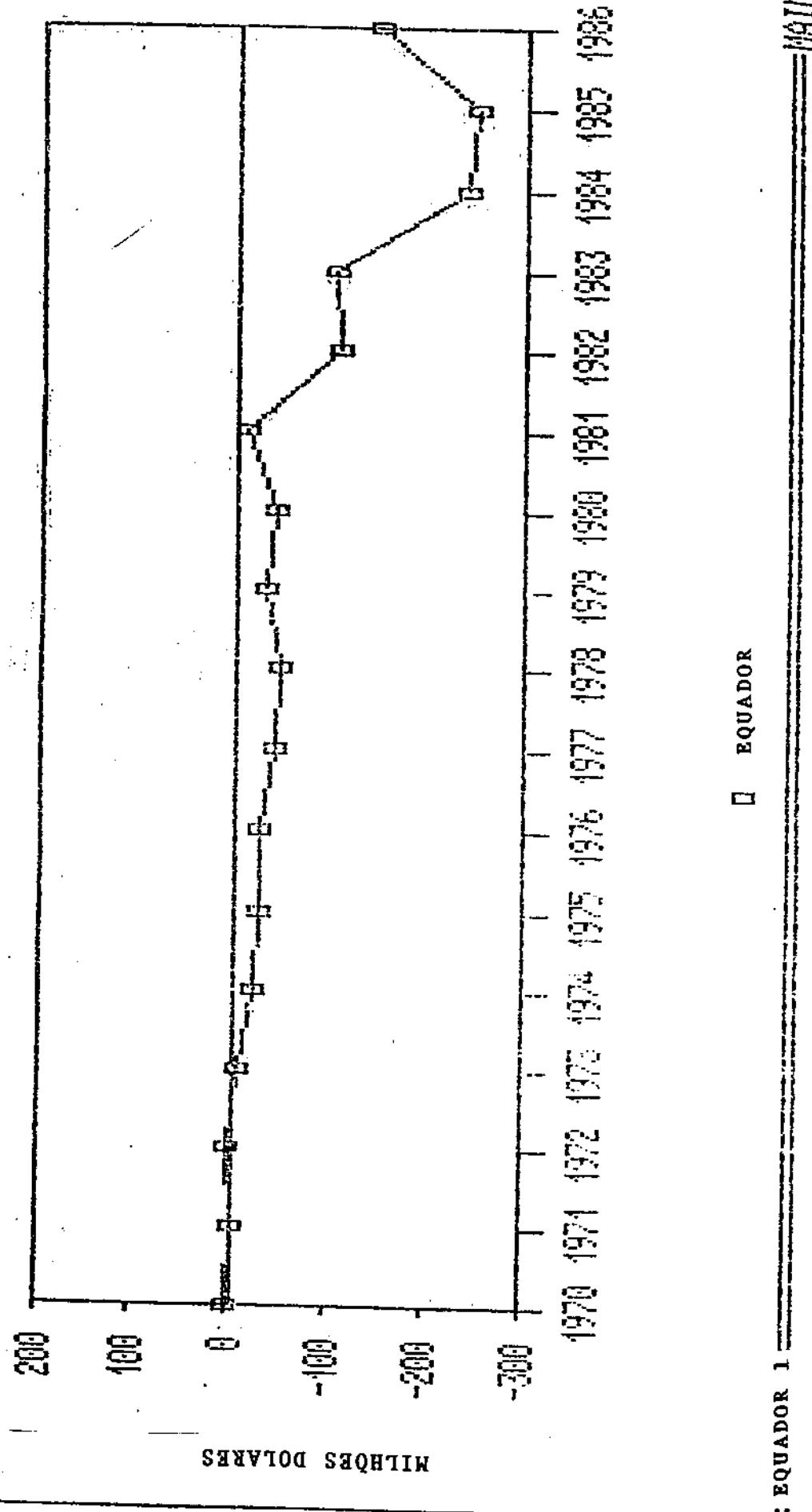
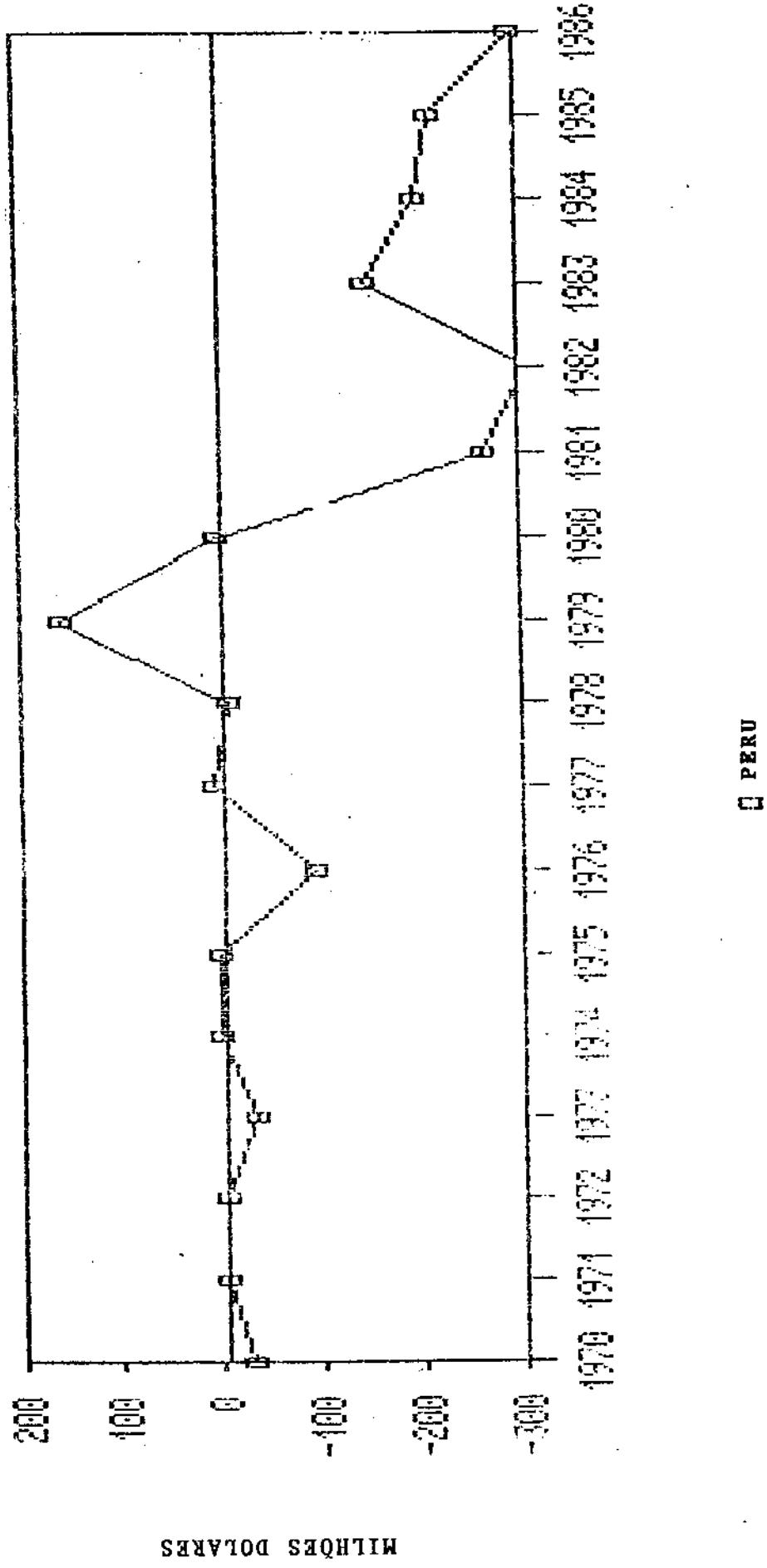


GRÁFICO 6

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI
PERU 1970-1986, SEM COMBUSTIVEIS



PERU 1

O PERU

MAIN

GRÁFICO 7

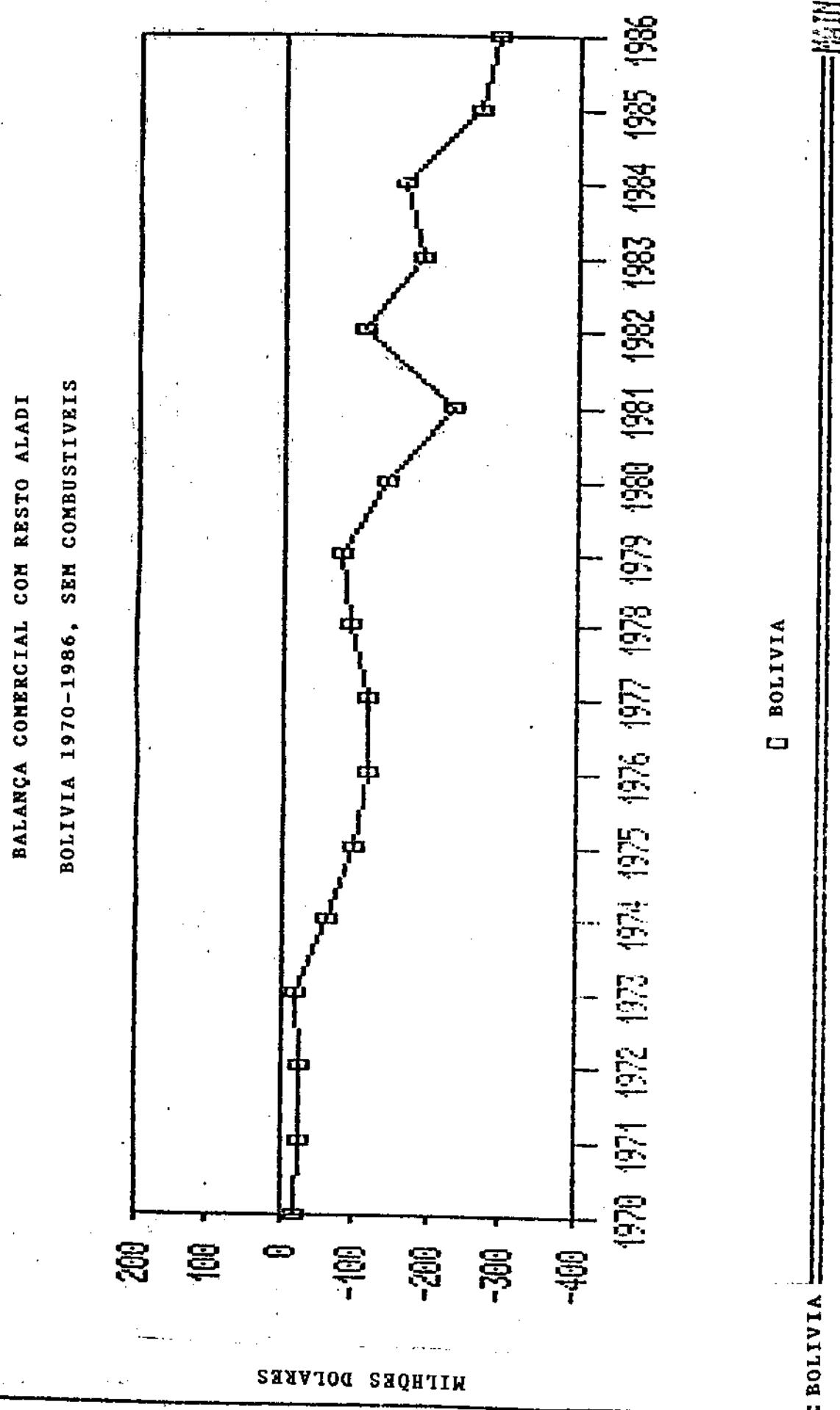


GRÁFICO 8

BALANÇA COMERCIAL COM RESTO ALADI
VENEZUELA 1970-1986, SEM COMBUSTIVEIS

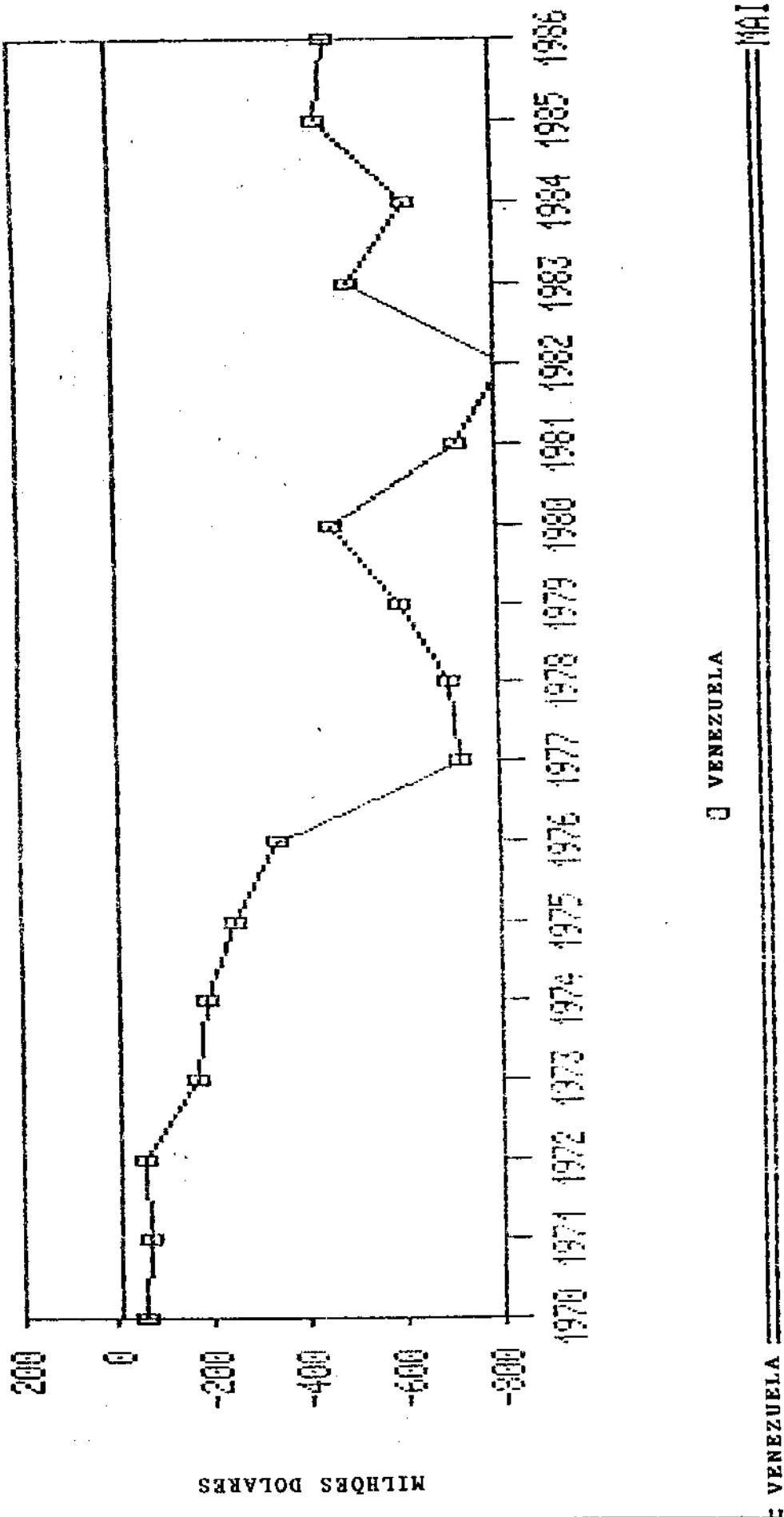
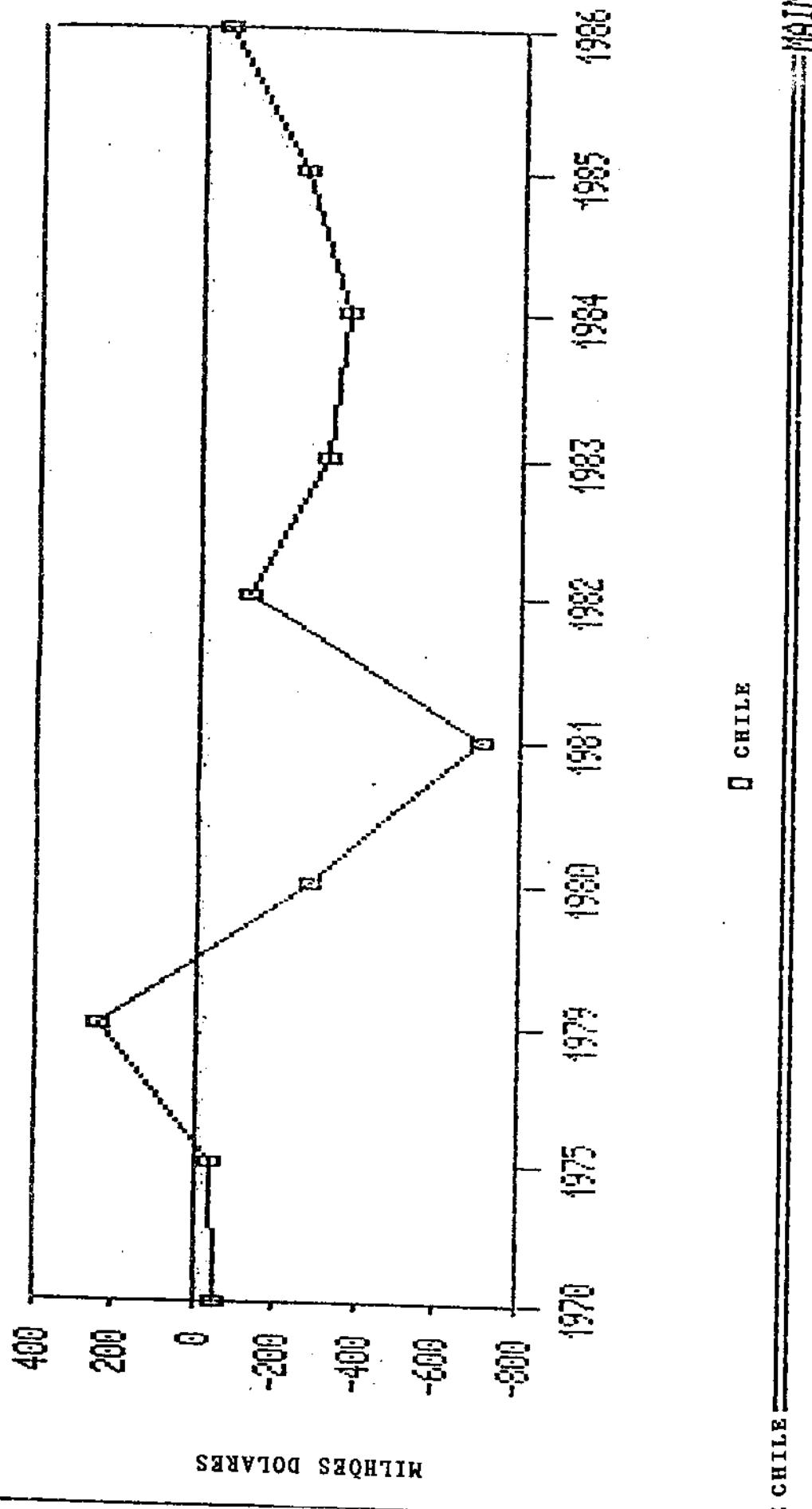


GRÁFICO 9

BALANÇA COMERCIAL COM ALADI

CHILE 1970-1986



BALANÇA COMERCIAL COM ALADI
CHILE 1979-1986, SEM COMBUSTÍVEIS

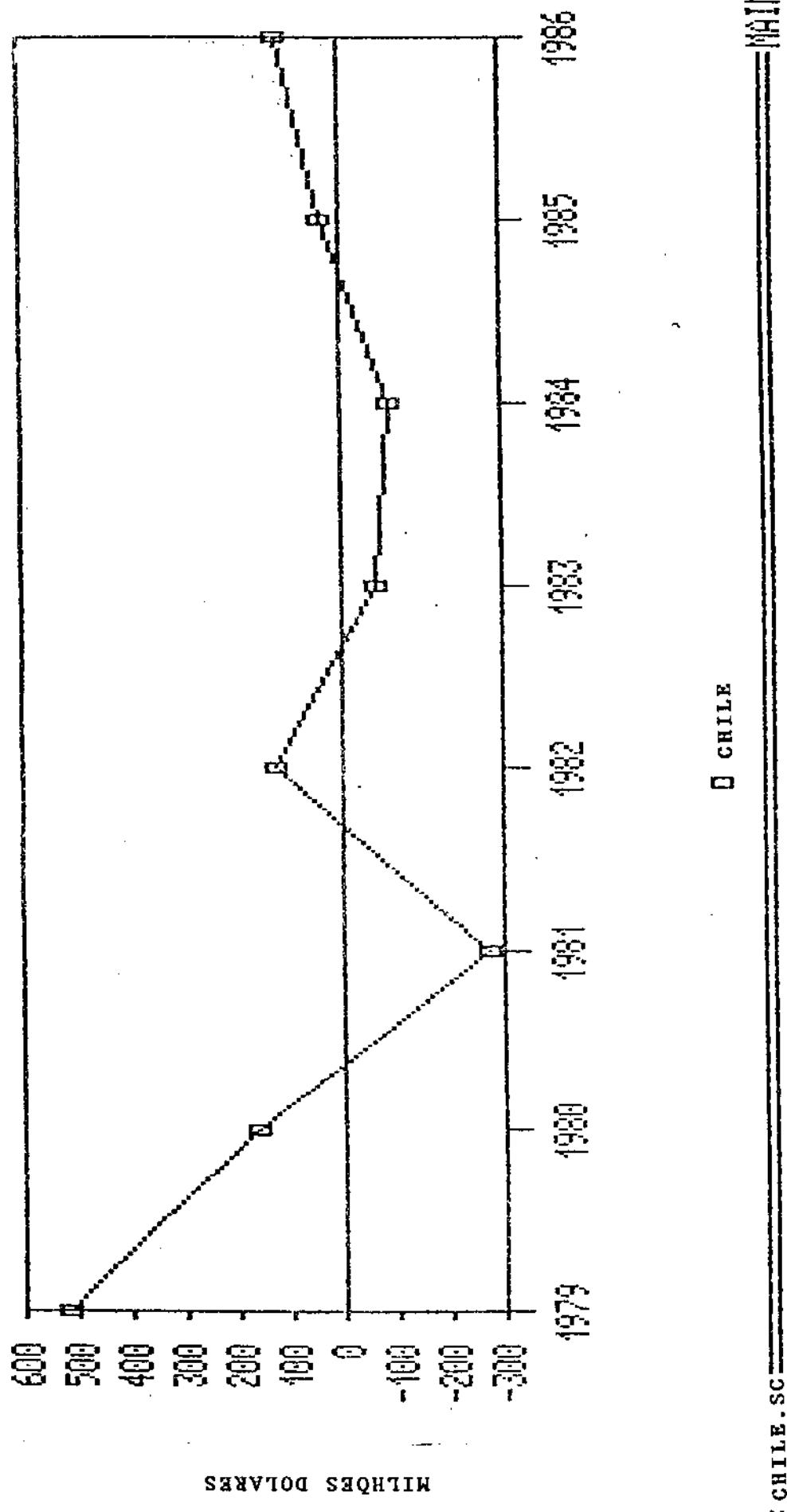
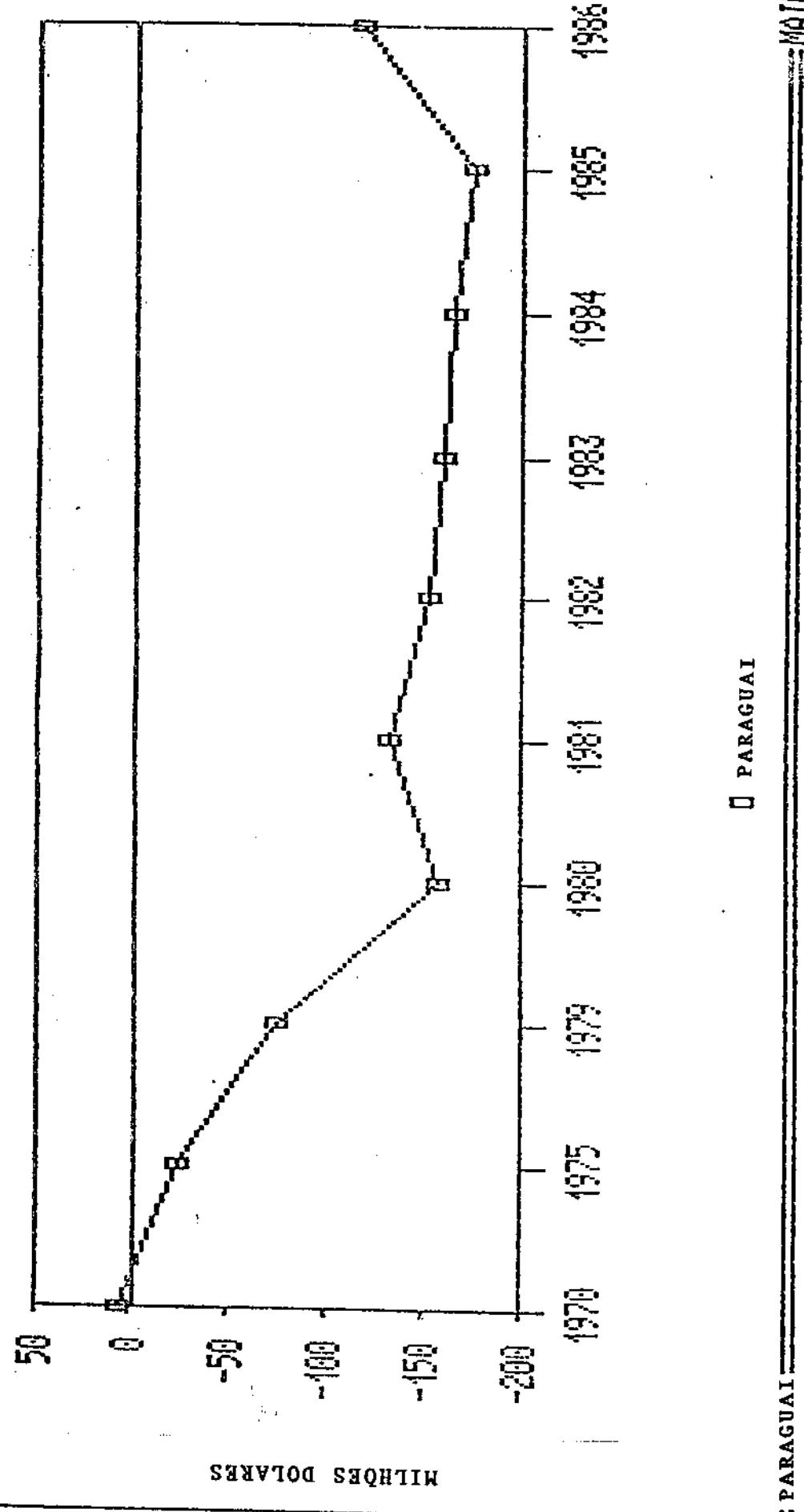


GRÁFICO 11

BALANÇA COMERCIAL COM ALADI
PARAGUAI 1970-1986



MAPA 11

□ PARAGUAI

GRÁFICO 12

BALANÇA COMERCIAL COM ALADI
PARAGUAI 1979-1986, SEM COMBUSTIVEIS

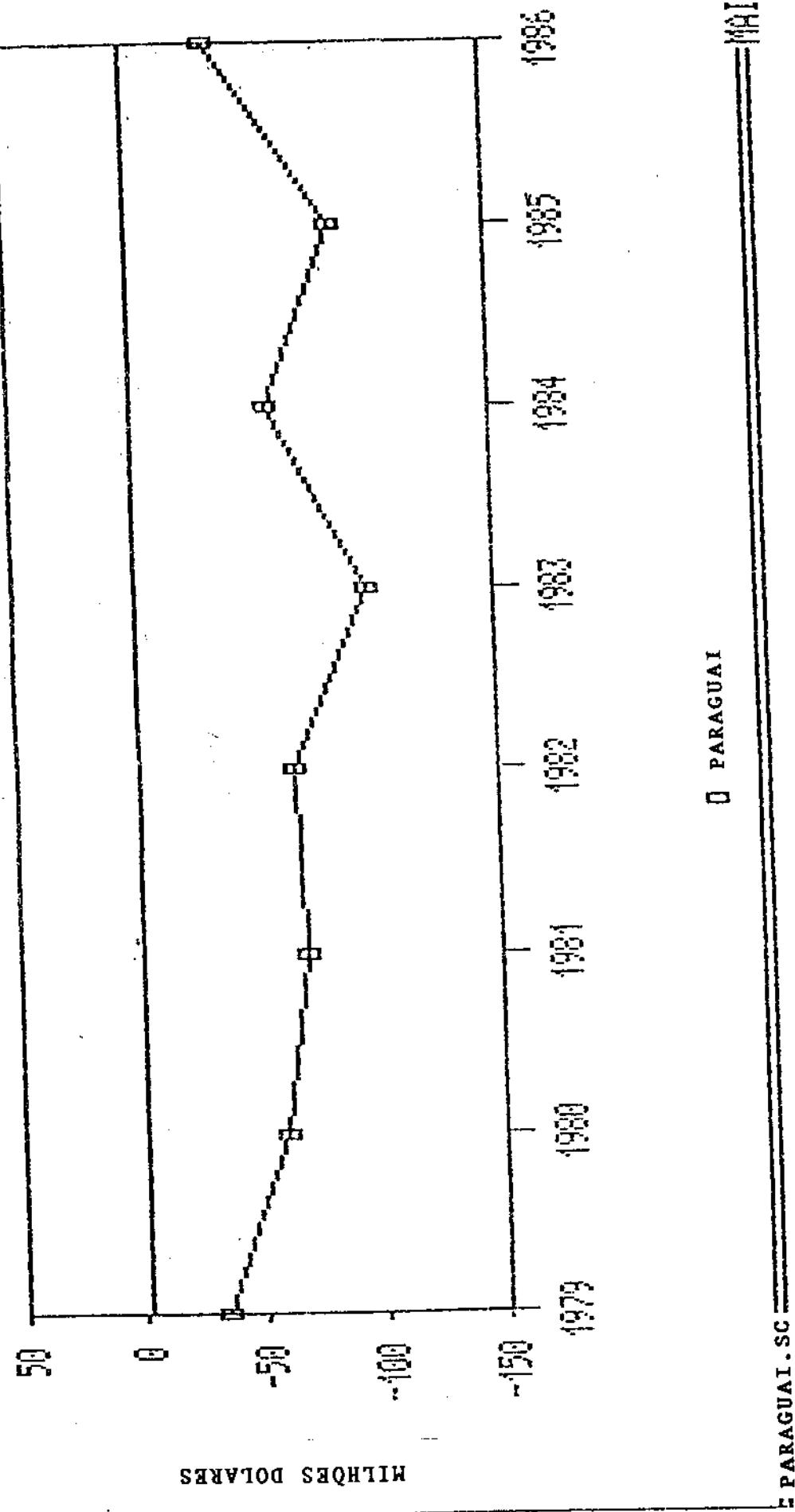


GRÁFICO 13

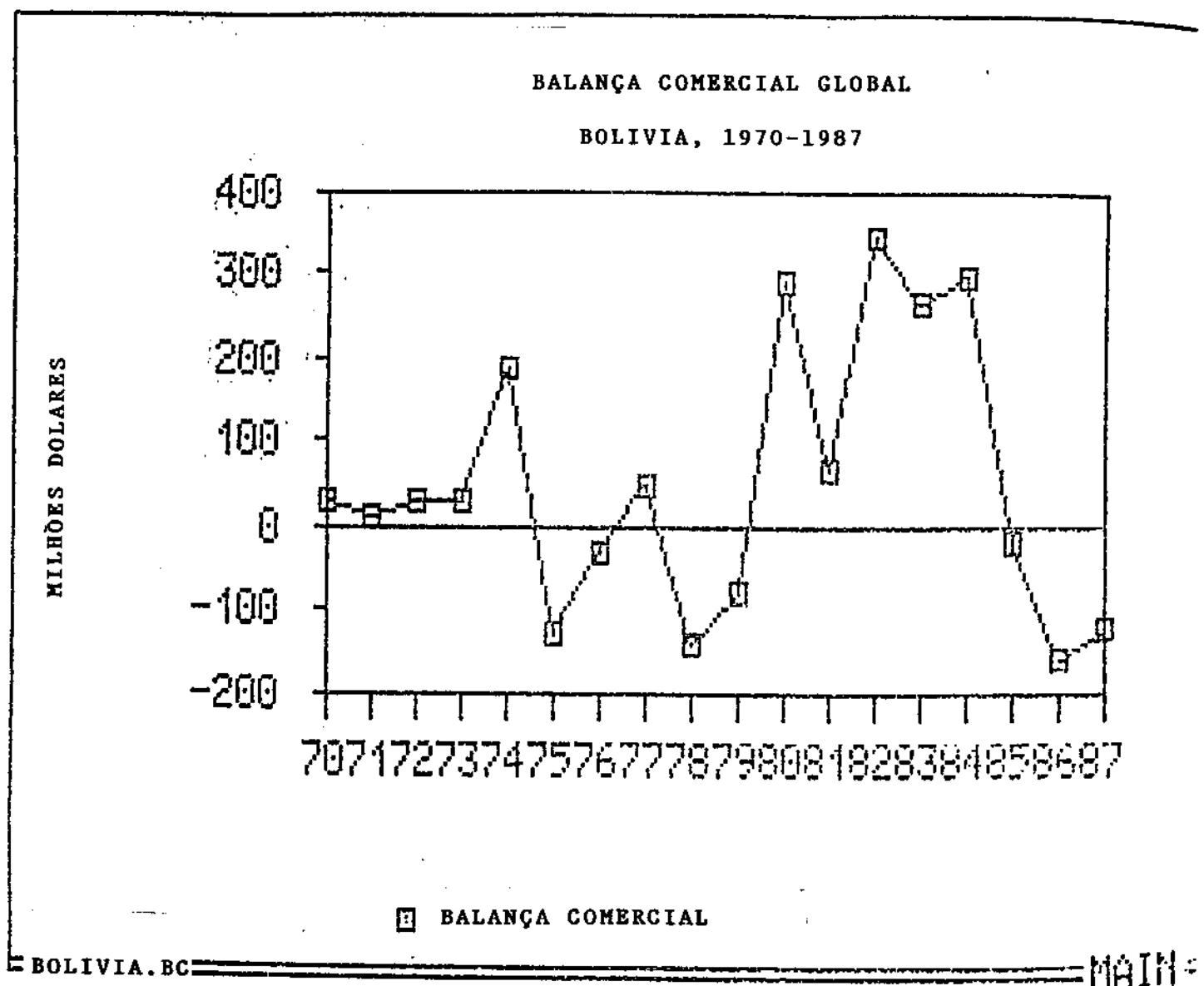
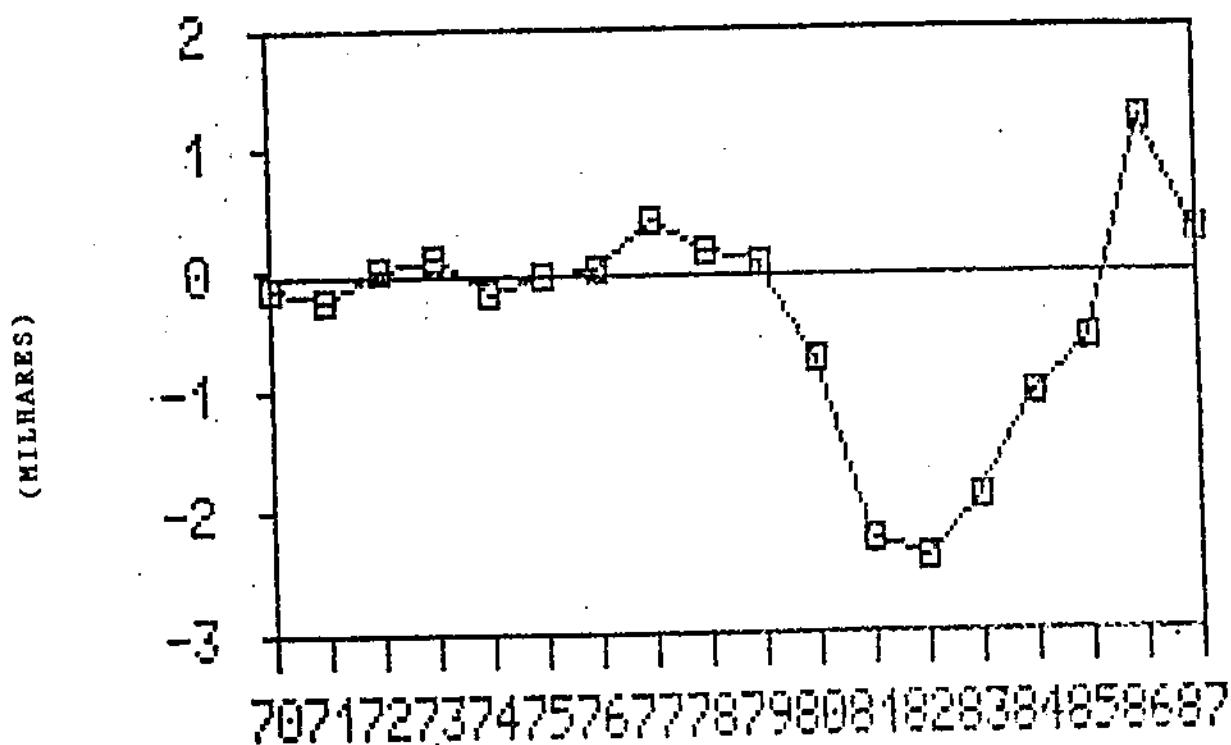


GRÁFICO 14

BALANÇA COMERCIAL GLOBAL

COLOMBIA, 1970-1987



□ BALANÇA COMERCIAL

COLOMBIA.BC

MAIN

GRÁFICO 15

BALANÇA COMERCIAL GLOBAL

EQUADOR, 1970-1987

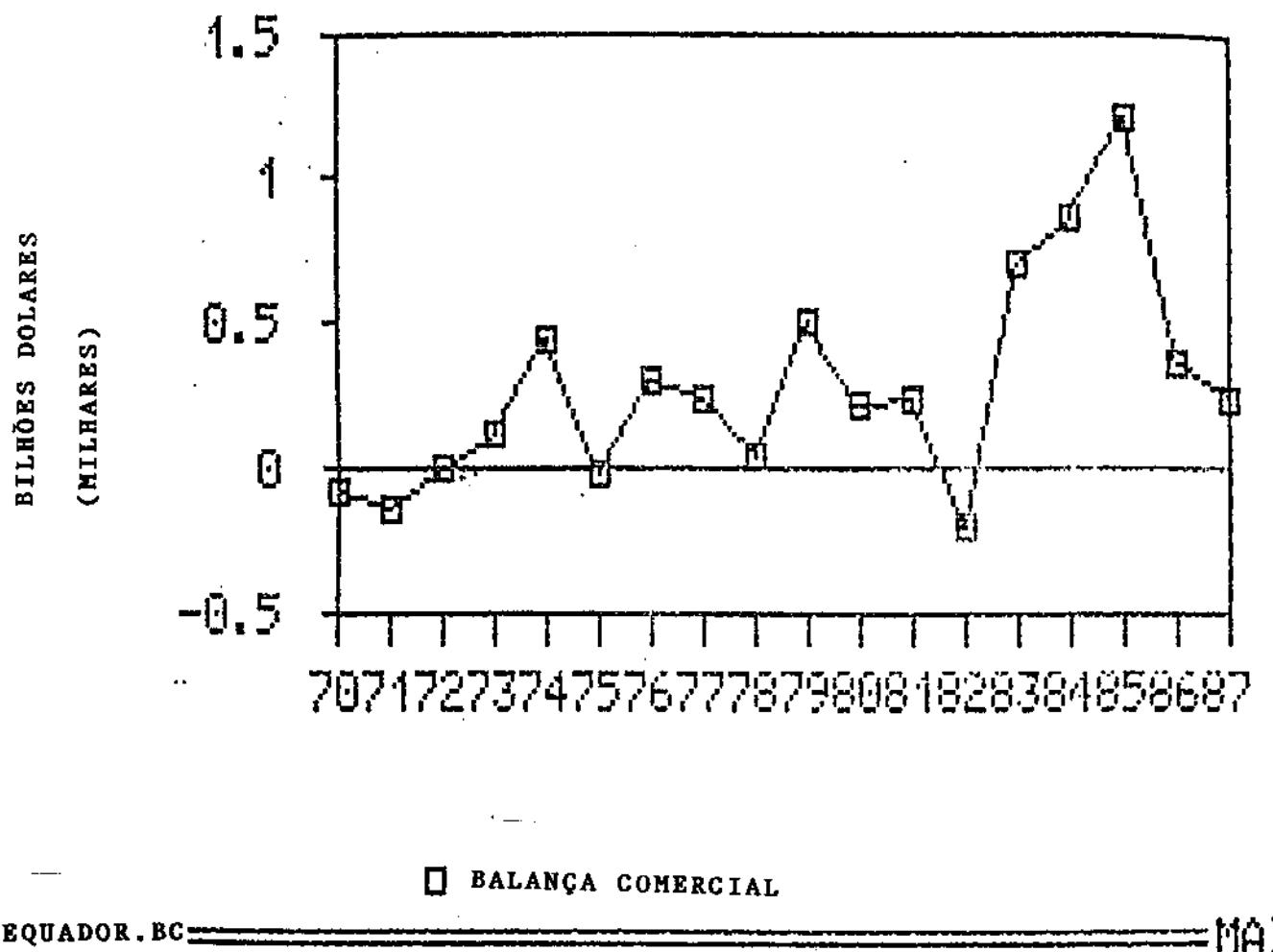


GRÁFICO 16

BALANÇA COMERCIAL GLOBAL

PERU, 1970-1987

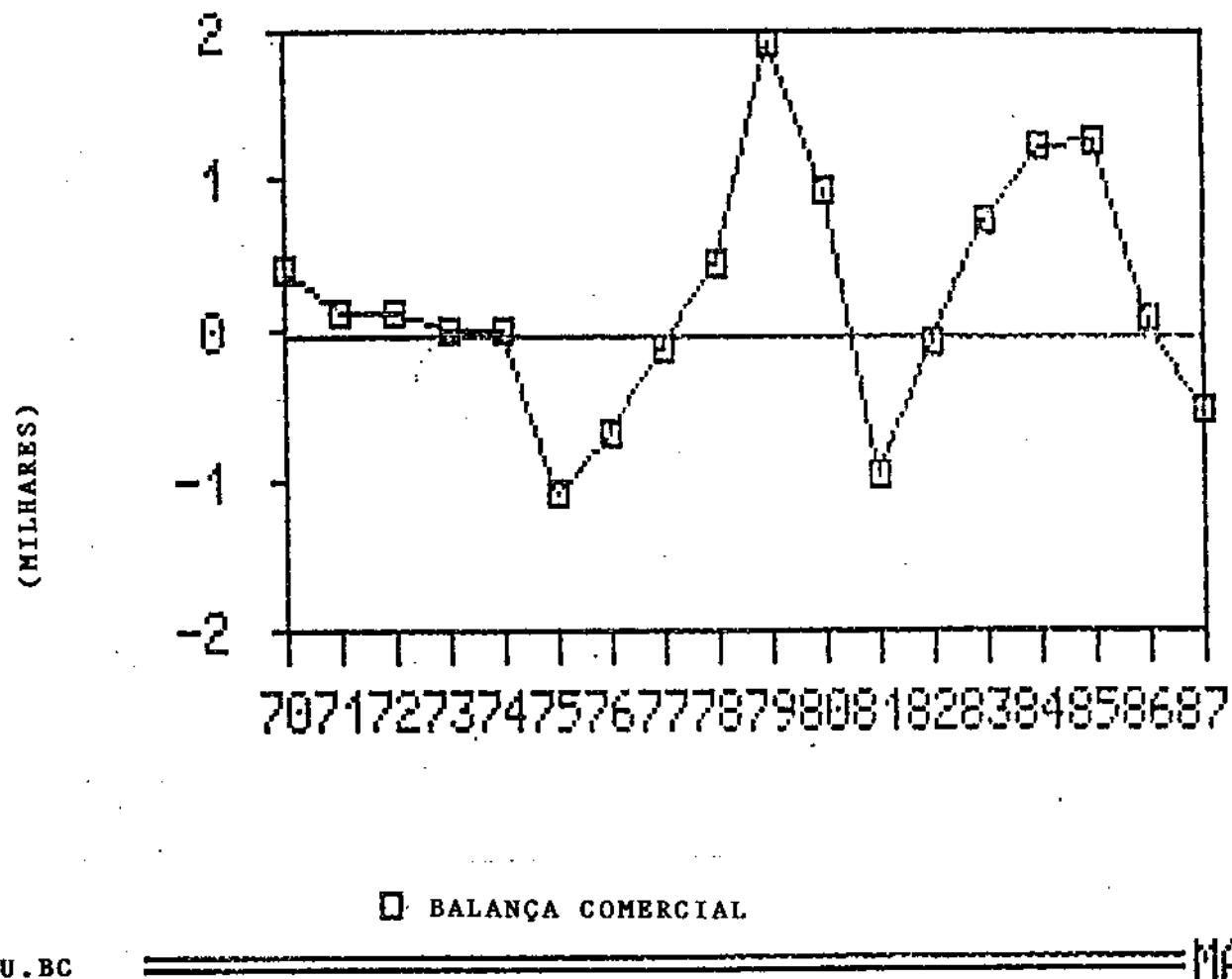
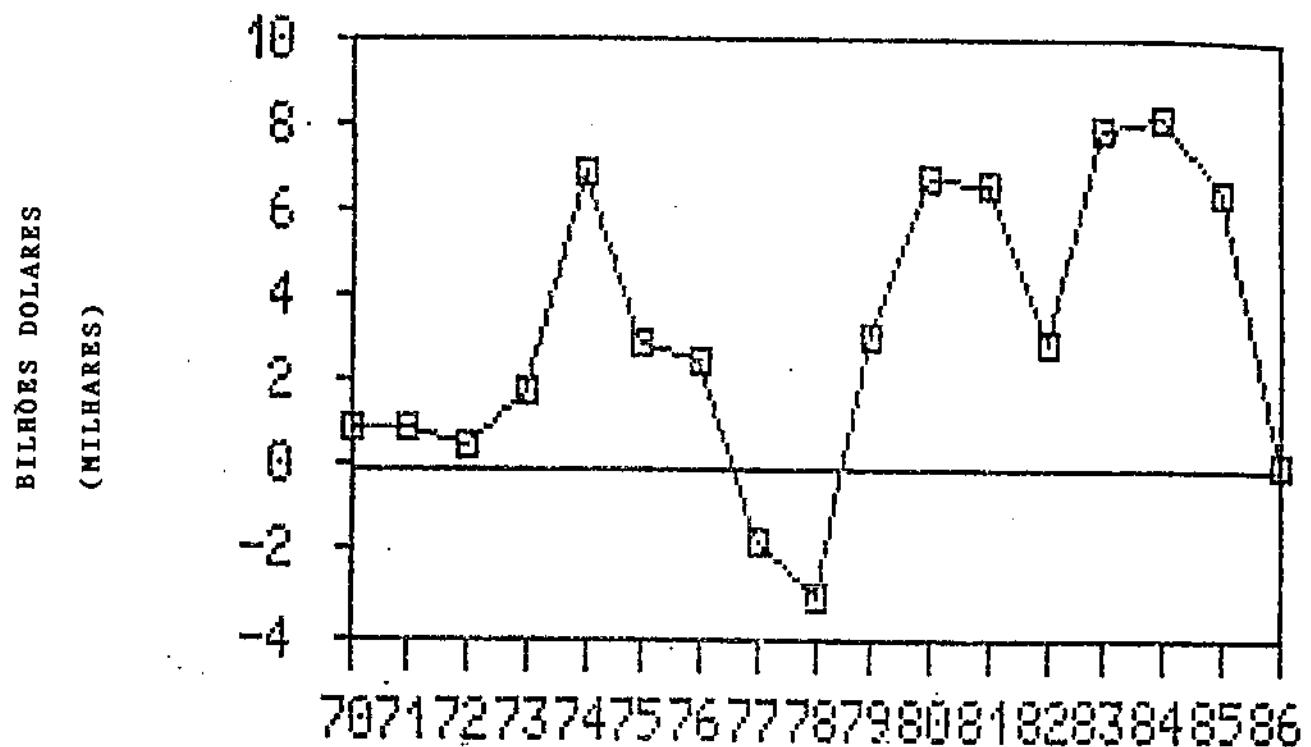


GRÁFICO 17

BALANÇA COMERCIAL GLOBAL

VENEZUELA, 1970-1987



□ BALANÇA COMERCIAL

VENEZUELA, BC

MATI

- 39 -

GRÁFICO 18

BALANÇA COMERCIAL GLOBAL

CHILE, 1970-1986

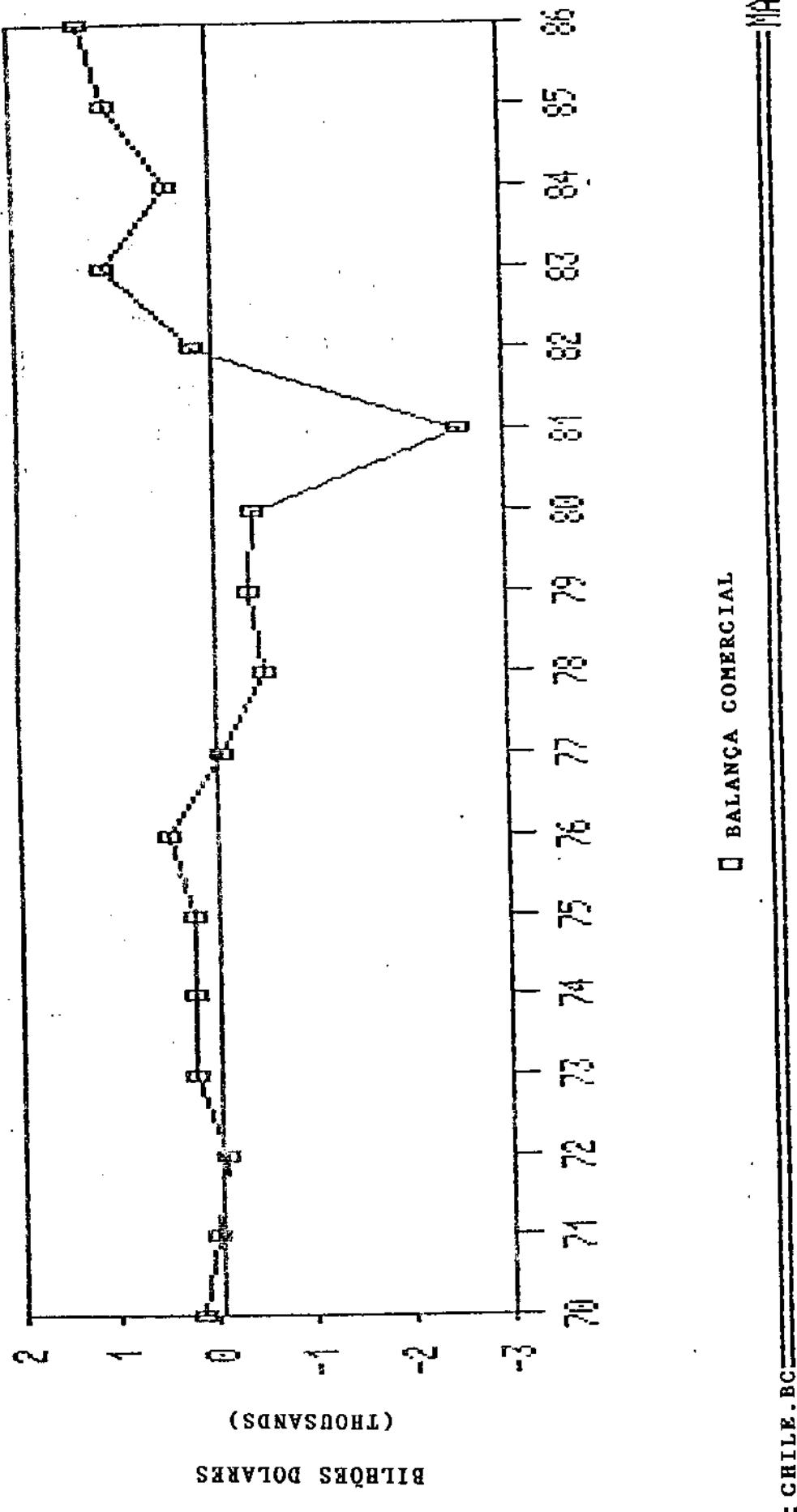
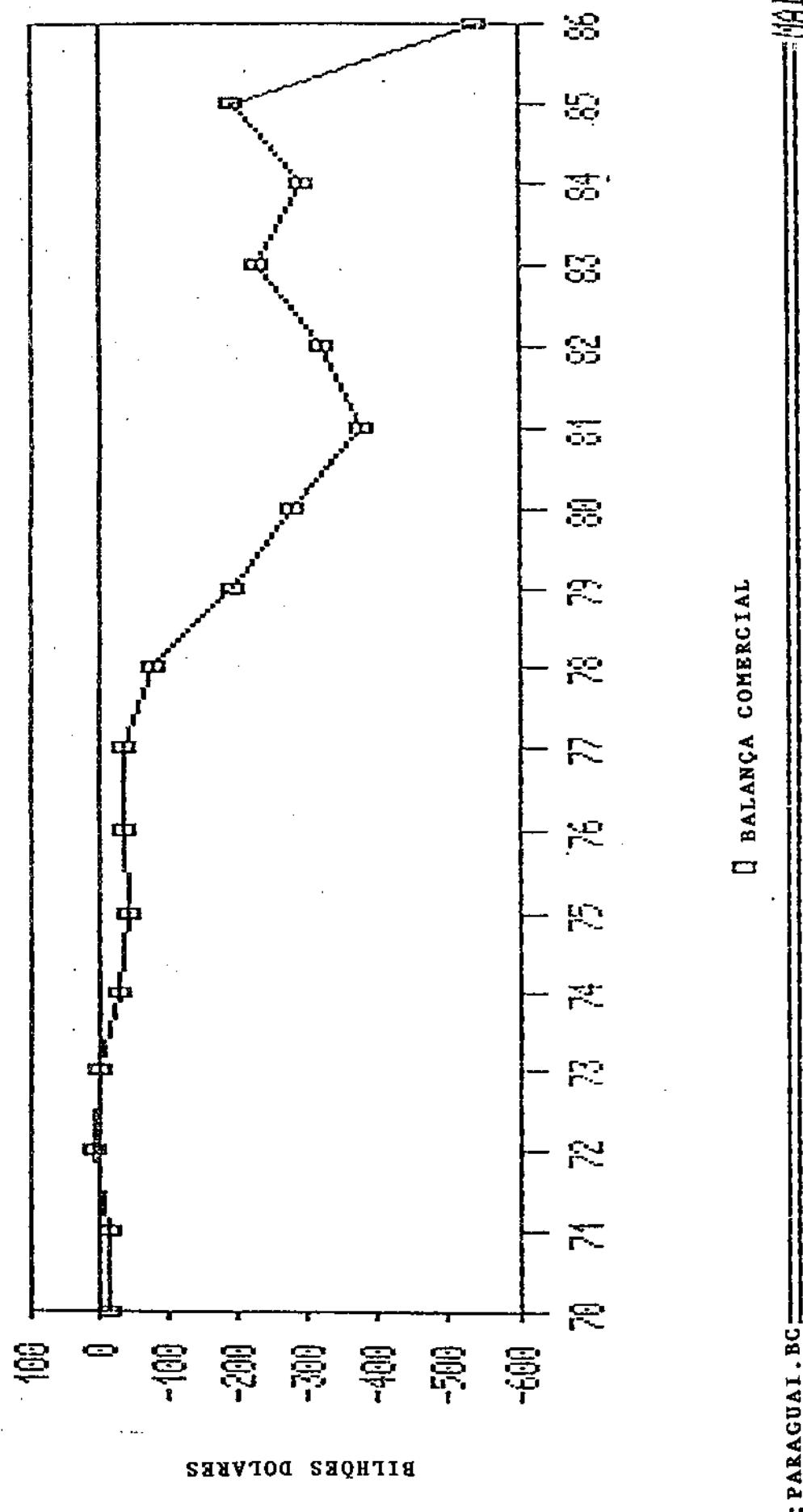


GRÁFICO 19

BALANÇA COMERCIAL GLOBAL
PARAGUAI 1970-1986



PARAGUAI - BC

HAINWELL

GRÁFICO 20

TIPO CÂMBIO DE PARIDADE

BOLÍVIA, BASE 1980

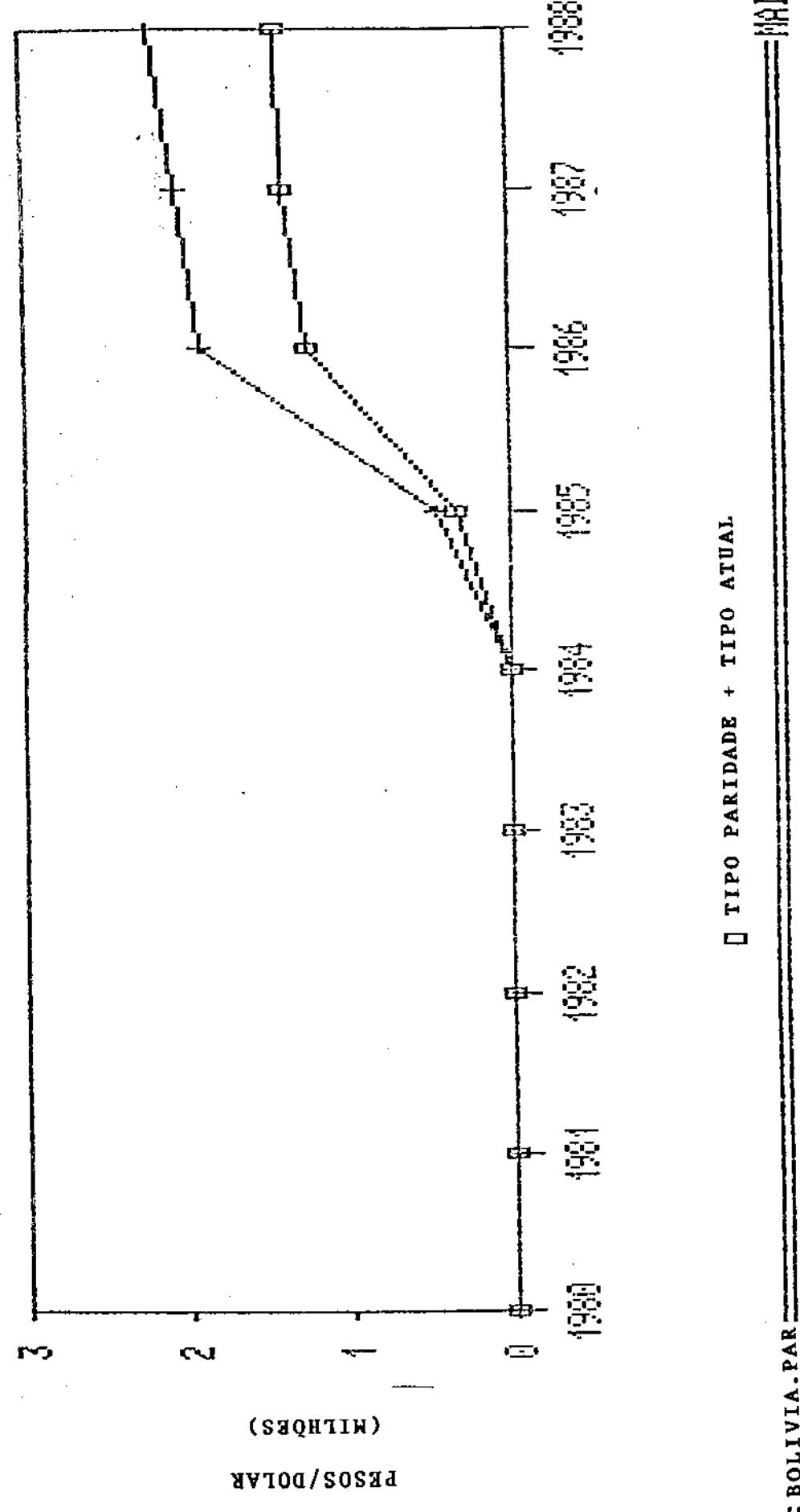


GRÁFICO 21

TIPO CÂMBIO DE PARIDADE

COLÔMBIA, BASE 1980

300

200

100

0

PESOS/DOLAR

70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88

□ TIPO PARIDADE + TIPO ATUAL

MAIN
E COLOMBIA.PAR

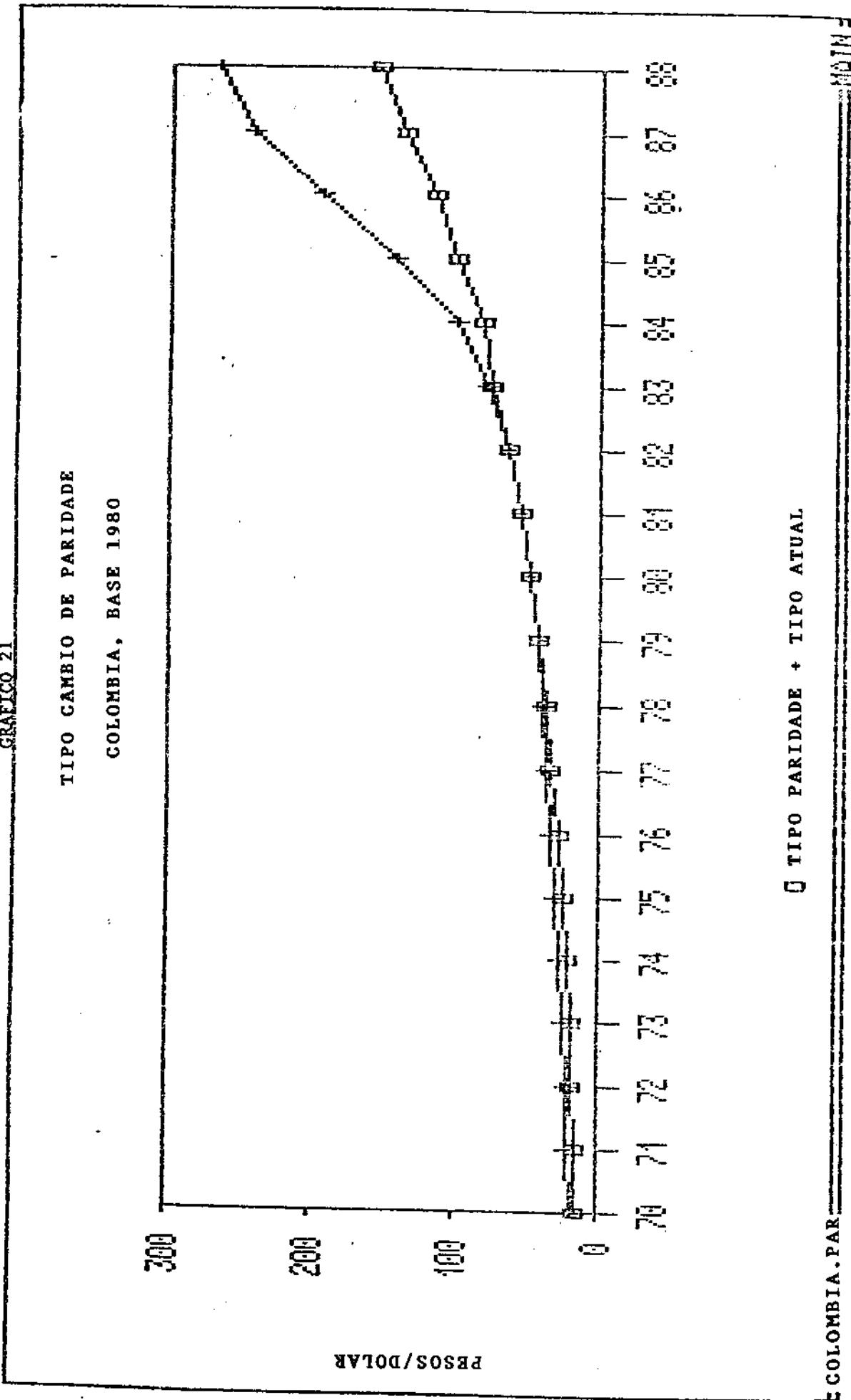


GRÁFICO 22

TIPO CÂMBIO DE PARIDADE

EQUADOR, BASE 1975

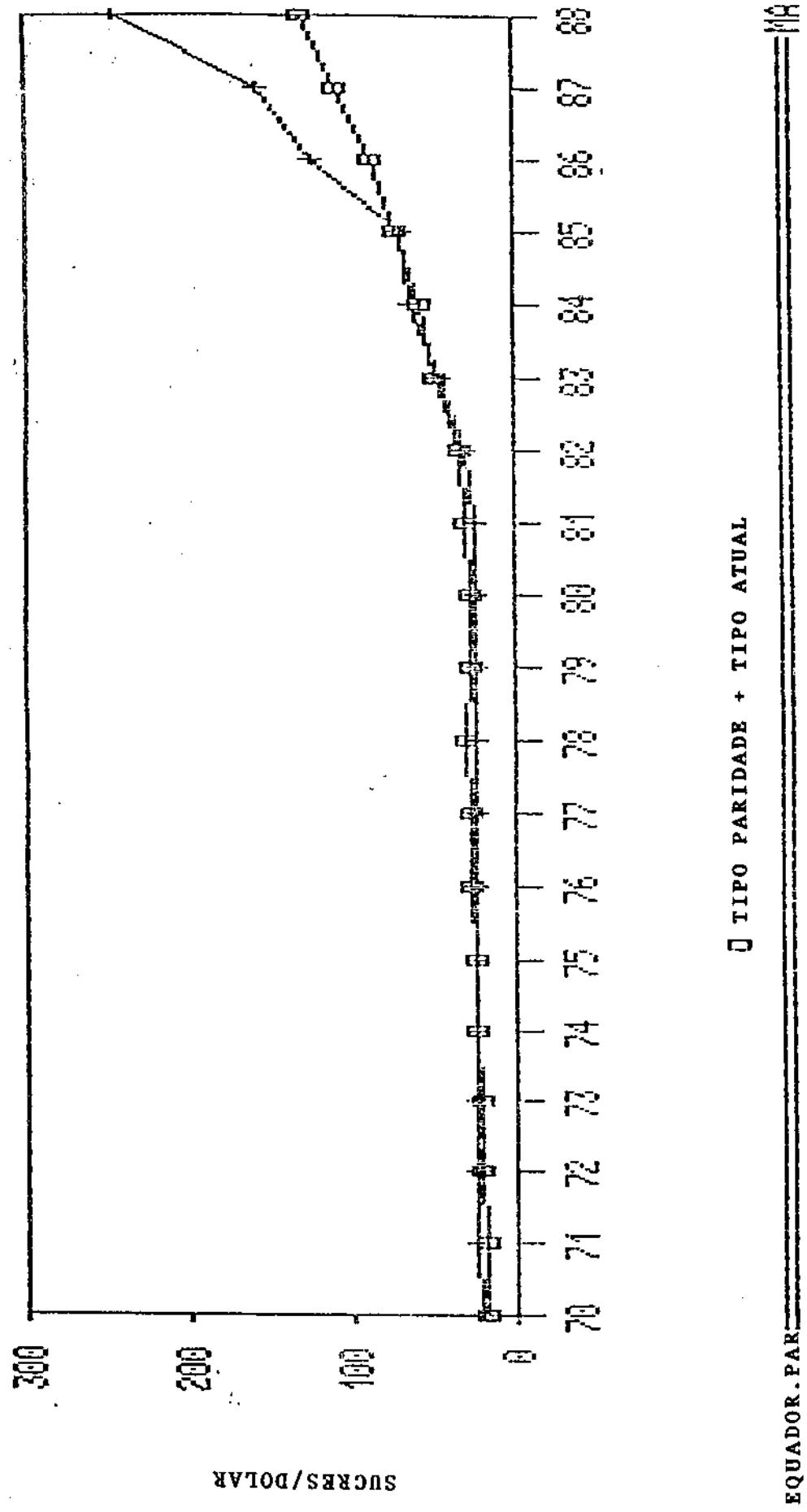
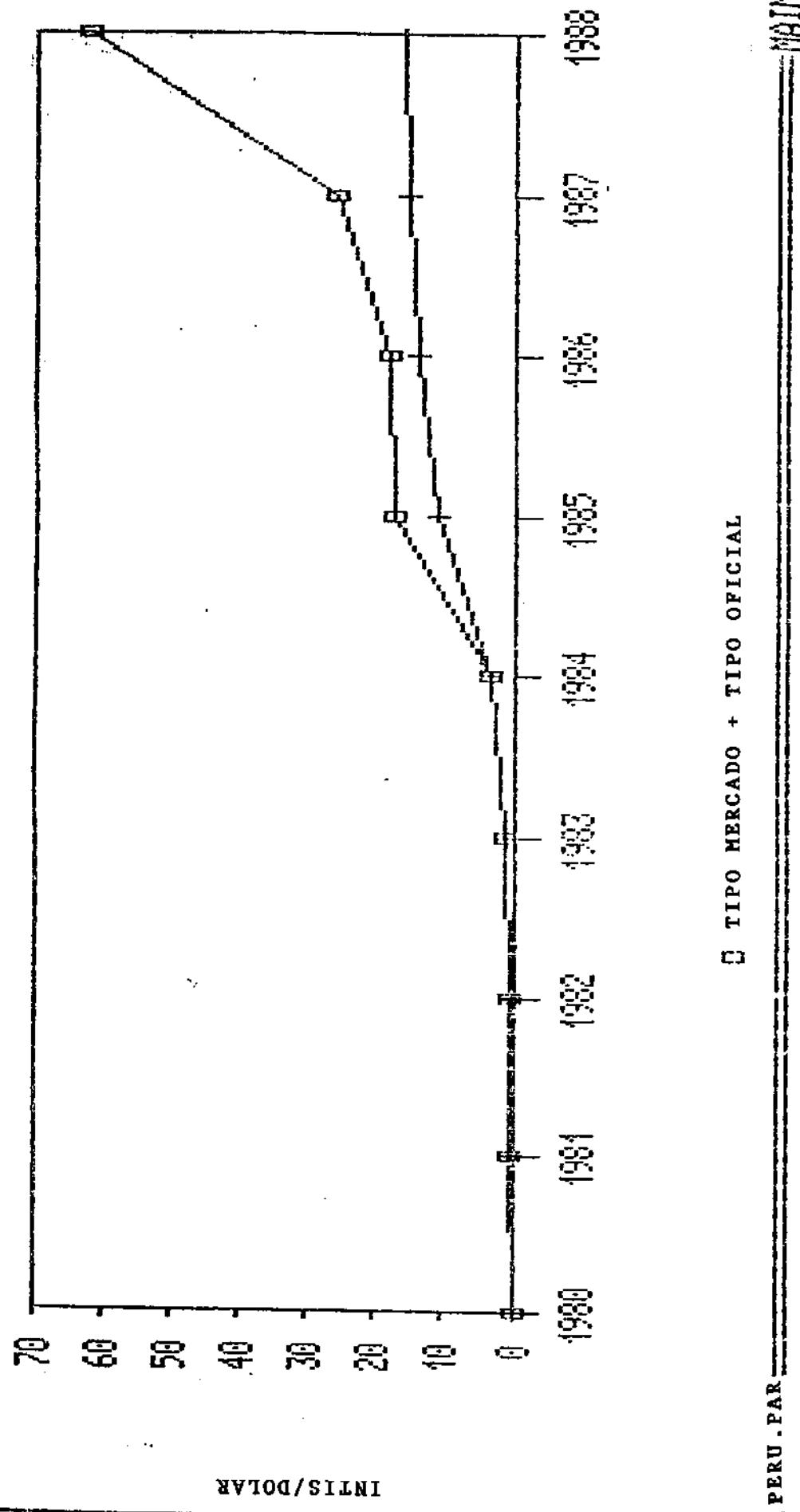


GRÁFICO 23

TIPO CAMBIO DE MERCADO E OFICIAL
PERU, 1980-1988



TIPO CÁMBIO DE MERCADO E OFICIAL

VENEZUELA, 1980-1988

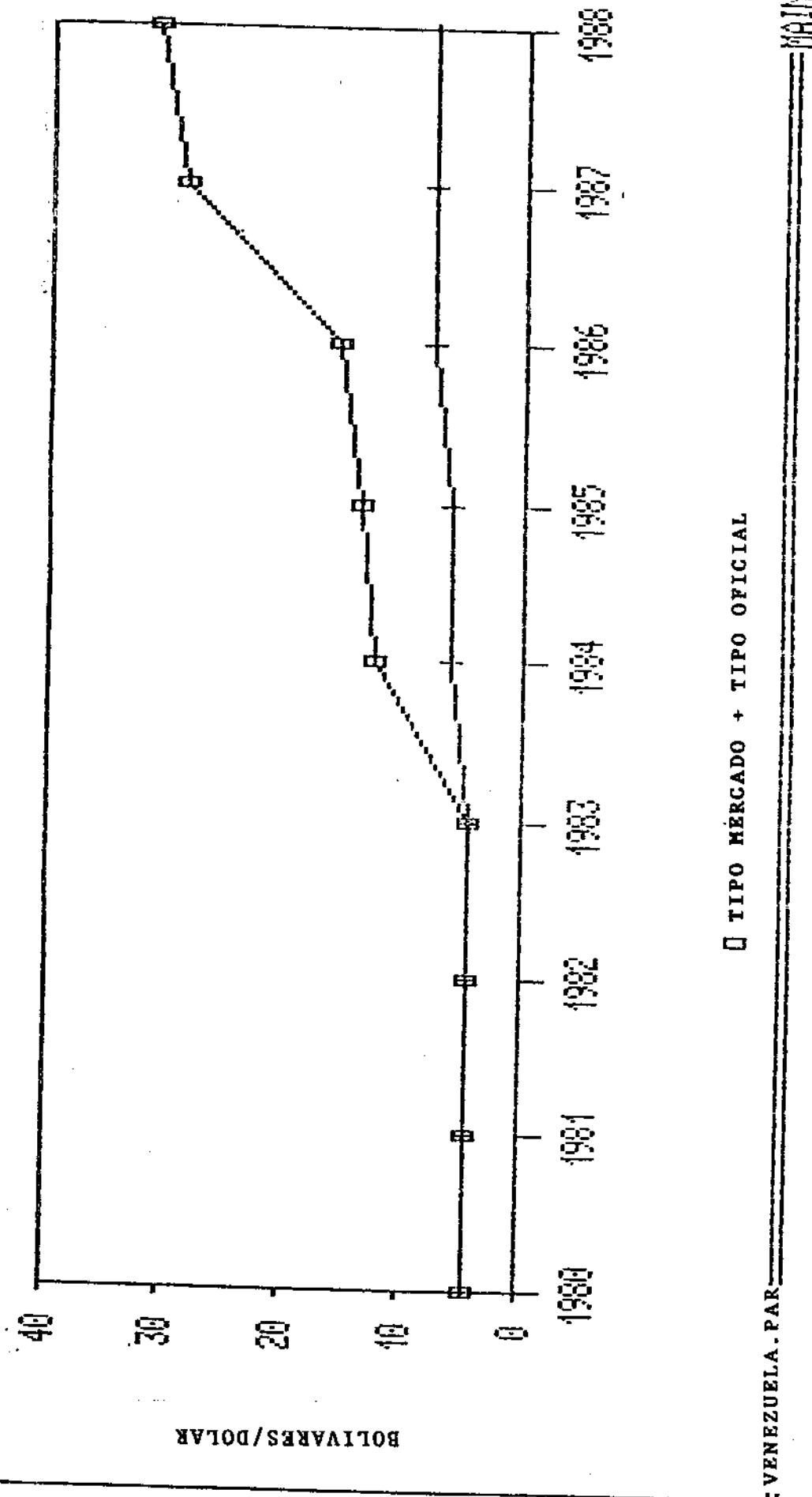


GRÁFICO 25

TIPO CAMBIO PARIDADE

CHILE, BASE 1982

200

150

100

50

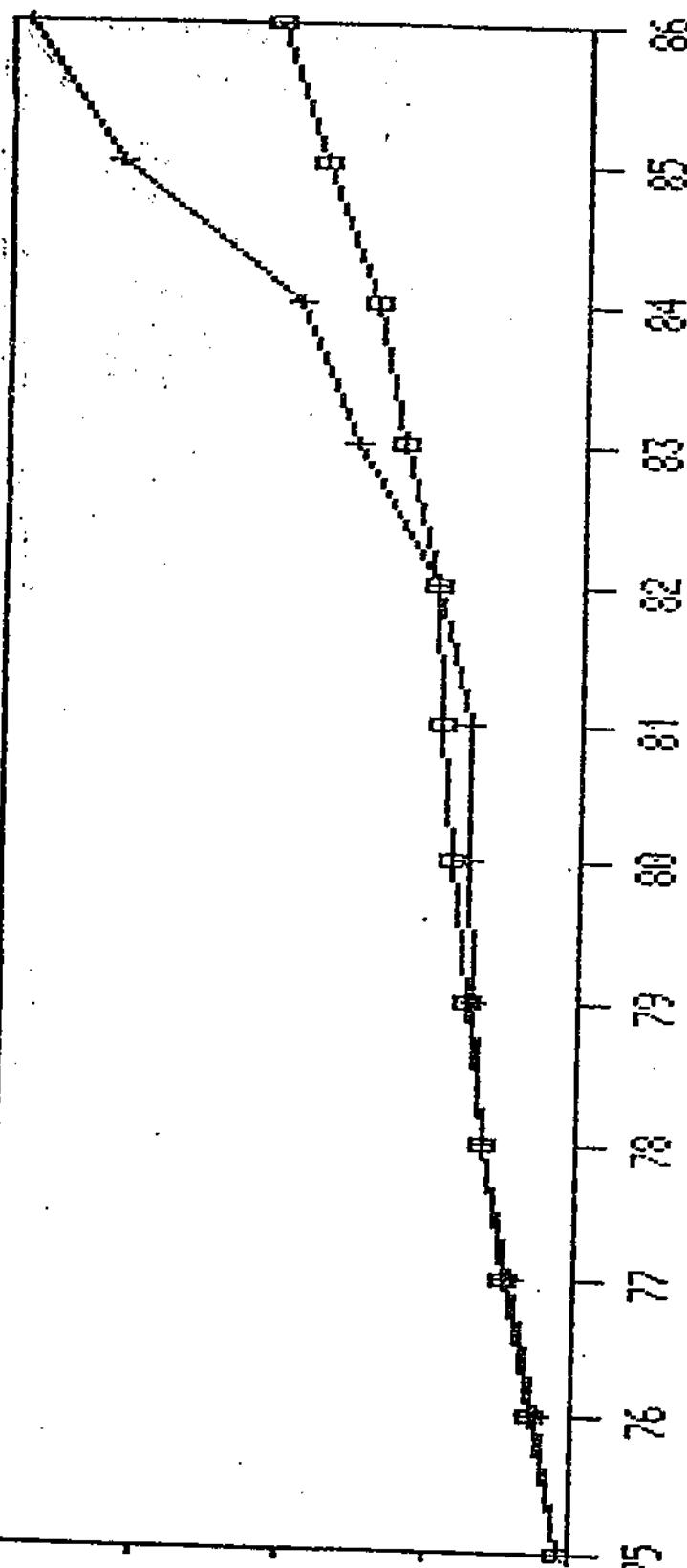
0

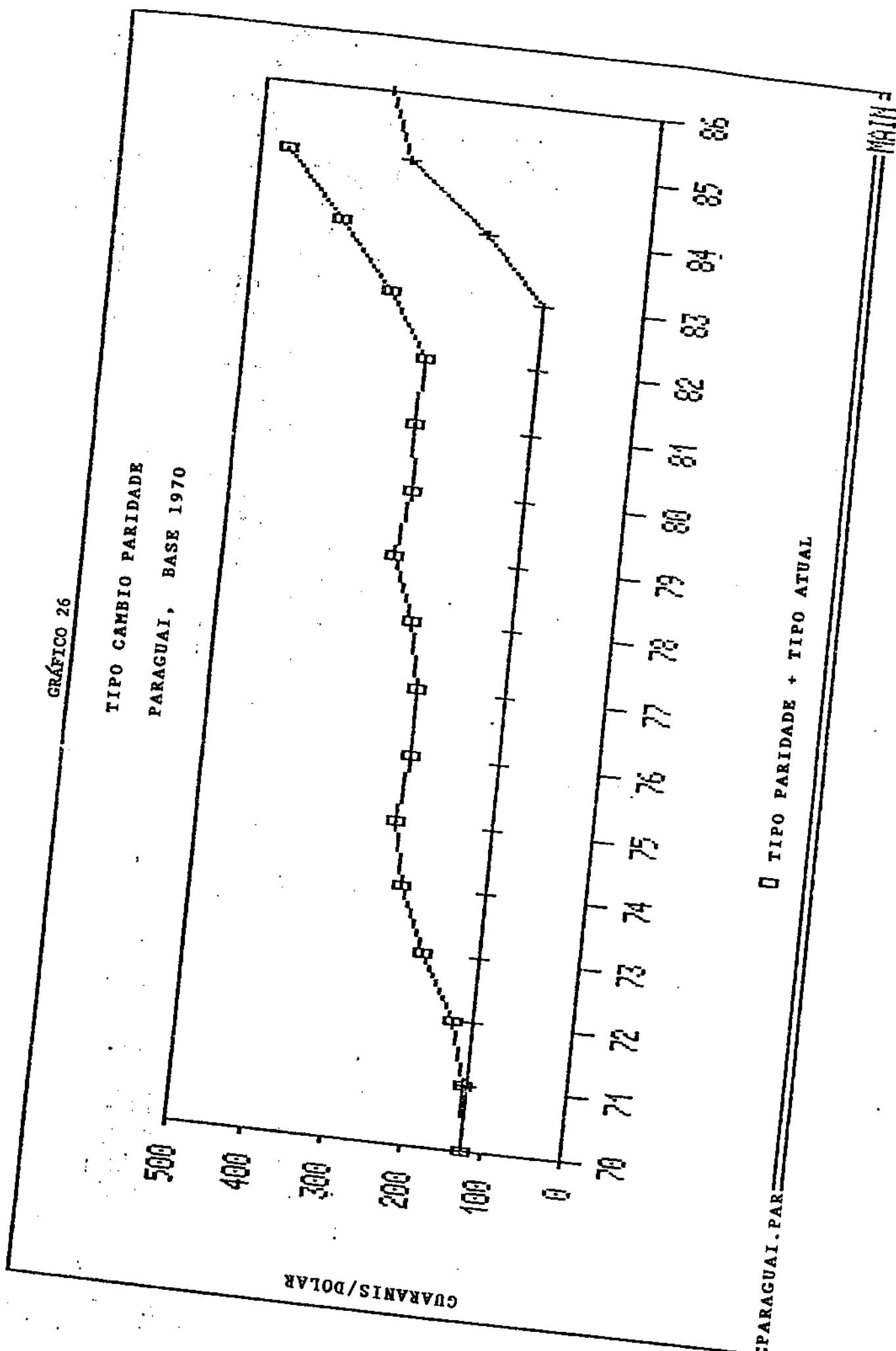
PESOS/DOLAR

75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86

□ TIPO PARIDADE + TIPO ATUAL

MAIN
CHILE.PAR





//

CAPITULO 2

IMPACTO DAS NOVAS NEGOCIAÇÕES SOBRE OS
DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS

CONTEUDO

1. INTRODUÇÃO.
 2. ANALISE DA OFERTA EXPORTAVEL DOS PAISES DEFICITARIOS DA ALADI.
 3. OS PAISES DEFICITARIOS E O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO DO COMÉRCIO.
 4. OS PAISES DEFICITARIOS E A PREFERENCIA TARIFARIA REGIONAL.
 5. OS PAISES DEFICITARIOS E A ELIMINAÇÃO DAS RESTRIÇÕES NÃO-TARIFARIAS.
-

vf

//

//

CAPITULO 2

IMPACTO DAS NOVAS NEGOCIAÇÕES SOBRE OS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS

1. INTRODUÇÃO

Um estudo sobre os possíveis efeitos dos mecanismos em negociação ou de nova aplicação na ALADI, sobre os desequilibrios comerciais, deve considerar o Programa de Recuperação e Expansão do Comércio, os novos níveis da preferência tarifária regional e o levantamento das restrições não-tarifárias.

A metodologia básica da análise de avaliação destes efeitos consistirá em comparar a oferta exportável dos países deficitários com as novas oportunidades comerciais que para eles estariam surgindo. Isto permitirá estimar os prováveis níveis de comércio de exportação que poderiam se gerar. A comparação deste comércio com as importações que os países deficitários poderiam realizar dentro dos mecanismos indicados ofereceria uma estimativa do efeito líquido sobre os desequilibrios comerciais. O objetivo final do estudo é responder à pergunta se os novos mecanismos terão uma orientação corretora dos desequilibrios ou pelo contrário, poderiam levar a um incremento destes desequilibrios.

É importante então, iniciar o tratamento do tema com uma análise das características da oferta exportável dos países deficitários na ALADI. Do mesmo modo que no capítulo anterior, considera-se que os países deficitários, pelo volume ou pela composição do comércio, são os cinco países do Grupo Andino, Chile e Paraguai.

Este capítulo apresenta um primeiro relatório da oferta exportável dos países com base nas estatísticas de comércio exterior de 1981 a 1986. Em segundo lugar, são analisados os efeitos das negociações do Programa Regional de Recuperação e Expansão do Comércio sobre os desequilibrios comerciais. Finalmente, apresenta-se um exame dos efeitos da preferência tarifária regional e o Programa de Levantamento de Restrições Não-tarifárias.

2. ANALISE DA OFERTA EXPORTAVEL DOS PAISES DEFICITARIOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO

A presente análise se baseia em um trabalho de compilação estatística efetuada por um grupo de consultores da Secretaria da ALADI. A essência do trabalho consistiu em recopilar a informação sobre exportações realizada por cada país-membro da Associação no período 1981-1986 em nível muito desagregado de posições tarifárias nacionais e expressar estas posições de exportação segundo a classificação tarifária NALADI para permitir sua comparação.

Do projeto mencionado foi extraída uma lista de superposição da oferta exportável dos sete países deficitários, que se define

//

vf

//

como a matriz de exportações realizadas por cada país deficitário durante o período 1981-1986, para o mundo e para a região. As cifras são expressadas em milhares de dólares FOB e baseiam-se em um extenso trabalho de correlações efetuado em duas partes: 1) atualização das tarifas nacionais de cada país considerando as mudanças produzidas no tempo, e 2) correlação da tarifa em vigor com a nomenclatura da Associação (NALADI).

Deve-se lembrar que os resultados da correlação não são únicos. Isto é, existem casos nos quais uma tarifa nacional corresponde a mais de uma posição NALADI, ou ao invés, uma posição NALADI se correlaciona com várias tarifas nacionais.

A lista de superposição da oferta exportável é de magnitude muito significativa. Ao considerar todas as aberturas tarifárias da nomenclatura, a lista da oferta exportável incorpora perto de quatro mil itens tarifários diferentes. A informação sobre exportações inclui seis diferentes observações para o período 1981-1986, incluindo a exportação para o mundo e a exportação para a ALADI.

As características da oferta exportável dos sete países deficitários podem descrever-se usando variáveis que definam alguns aspectos tais como sua amplitude em termo de número de itens exportáveis, sua magnitude em termos de volume de exportação potencial sua concentração em produtos primários, sua qualidade em termos de especialização em manufaturas, ou sua coincidência em termos da existência de vários países fornecedores de um mesmo item. Nesta análise se considera especialmente importante os seguintes fatores:

- 1) o potencial de exportação de cada país em cada item.
- 2) a concorrência de dois ou mais países na oferta de determinado produto.

A seguir, apresenta-se a metodologia para a análise destas duas características básicas da oferta exportável e os primeiros resultados obtidos de sua aplicação às estatísticas comerciais disponíveis.

2.1 Estimativa do potencial de exportação

Para estimar a capacidade exportadora de um país em determinado item não parece conveniente usar a informação correspondente ao último período ou aos períodos mais recentes da lista. Isto não é apropriado porque a variação das estatísticas é muito grande, observando-se períodos com exportação igual a zero e outros períodos com exportações de milhões de dólares, para uma mesma posição tarifária.

Como é necessário simplificar a informação para uma análise de oferta exportável, considerou-se conveniente usar um dos seguintes métodos:

vf

//

//

- 1) Tomar como estimativa da capacidade exportadora a média da exportação dos seis anos do período 1981-1986, ou seja,

$$T = (T81+T82+T83+T84+T85+T86)/6$$

onde T é o valor médio das exportações totais de cada ano (T_i). Pode calcular-se também a média das exportações intra-regionais (I) ou a média das exportações para o Resto do Mundo (R).

- 2) Tomar como estimativa da capacidade exportadora o valor projetado da regressão linear entre as exportações e o tempo medido em anos. A regressão estimada seria:

$$T = a + b \cdot \text{Tempo}$$

e o valor estimado para as exportações atuais (1988) seria igual a:

$$T = a + b * 8$$

onde T é o valor projetado em milhares de dólares e 8 é o número de anos entre 1981 e o momento atual. Igualmente pode estimar-se a projeção das exportações intra-regionais ou da exportação para o resto do mundo.

Observe-se que este segundo método leva em conta a tendência das exportações no tempo, considerando que estas são incrementadas tanto por um aumento do quantum de exportação como dos preços internacionais.

E importante observar que se a tendência estimada pela regressão não fosse significativa, isto equivaleria, na prática, a regressar ao método primeiro, ou seja, estaria-se usando a média aritmética.

- 3) Tomar como estimativa da capacidade exportadora de cada país-membro para cada item tarifário o valor máximo da exportação alcançada em qualquer ano do período 1981-1986.

Esta estimativa da oferta exportável considera o fato que a capacidade de exportação depende da capacidade de produção instalada em um país antes que nas correntes comerciais recentes. Na realidade uma melhor estimativa da oferta exportável poderia derivar das estatísticas de produção ou de capacidade instalada, mas por não estar geralmente esta informação disponível se recorre ao uso das estatísticas comerciais.

O argumento a favor de usar o valor máximo de exportação é que o valor exportado dos últimos anos do período pode estar artificialmente baixo devido à redução de demanda que acompanha a crise do setor externo latino-americano desde 1981-1982. A formulação é que o valor máximo reflete em melhor medida a capacidade da economia para atender o mercado externo.

Embora um valor máximo de exportação possa estar influenciado por uma redução de inventários de produções de anos anteriores, é pouco provável que se sobreestime por esta razão

vf

//

//

a verdadeira capacidade de exportação anual de uma indústria. Isto é assim porque a capacidade exportadora depende da capacidade de produção, cuja estimativa deve considerar as vendas ao mercado interno, as vendas ao mercado externo e a subutilização da capacidade instalada das empresas da economia.

Poderia fazer-se uma crítica ao uso do valor máximo de exportação é que as condições da empresa exportadora podem ter mudado através do tempo. Se houve um processo de descapitalização, o valor máximo poderia sobreestimar a capacidade exportável. Entretanto, este argumento também afetaria os outros métodos propostos, a média e a tendência. Além disso é pouco provável que se tenha dado um processo significativo de redução da capacidade instalada das indústrias dos países da ALADI, mesmo no período estudado.

Adicionalmente, considera-se que o uso do valor máximo é mais eficiente que a média ou a tendência das exportações do período 1981 a 1986, porque em muitos casos se observam níveis menores de exportação nos últimos anos do período, provocados pela crise do setor externo. Isto traz como consequência tendências negativas para muitos produtos, que significaria que a oferta exportável seria menor que no passado. Os valores menores de exportação dos últimos anos também diminuem a média do período, subestimando dessa maneira a capacidade exportável dos países.

Pelas considerações anteriores este estudo utiliza como estimativa da oferta exportável de cada item em cada país o valor máximo de exportação ao mundo atingido no período. Este método implicará em que os valores agregados de exportação potencial estimados serão superiores às exportações anuais de cada país, porque se consideraram os records históricos de exportação para cada produto em cada país.

2.2 Concorrência da oferta exportável

Em uma análise conjunta da oferta exportável dos países deficitários parece conveniente dar diferente ponderação àque as posições de capacidade exportadora de somente um país-membro. Isto é, do ponto de vista comunitário são importantes as posições tarifárias com dois ou mais países ofertantes. Esta é a definição de concorrência da oferta exportável.

Em consequência, uma segunda simplificação da lista de oferta exportável seria extrair as seguintes listas:

1. Posições NALADI com oferta de 2 países.
2. Posições NALADI com oferta de 3 países.
3. Posições NALADI com oferta de 4 países.
4. Posições NALADI com oferta de 5 países.
5. Posições NALADI com oferta de 6 países.
6. Posições NALADI com oferta de 7 países.

Estas listas simplificadas poderiam então ser comparadas com as listas de produtos incluídas no PREC pelos países de

vf

//

//

ABRAMEX, por exemplo, para determinar que as posições que podem ser consideradas prioritárias do ponto de vista comunitário, não estão sendo consideradas na negociação.

2.3 Resultados da análise

A metodologia anterior foi aplicada às estatísticas de exportações dos países deficitários calculando o valor máximo da exportação do período para cada item tarifário. A maior deficiência dos resultados obtidos deriva dos problemas de correlação tarifária. Por não existir, em muitos casos, uma correlação unívoca entre uma posição tarifária nacional e a correspondente posição NALADI, as estatísticas duplicam um mesmo valor exportado em vários itens NALADI. A solução a estas duplicações poderia ser apresentar a oferta exportável em nível de posições NAB (quatro dígitos da nomenclatura) mas esta seria uma análise demasiado agregada e que restaria validez aos cruzamentos posteriores entre oferta exportável e demanda de outros países da Associação.

A lista de oferta exportável dos sete países deficitários atinge 3.687 itens NALADI que podem ser classificados segundo o número de países fornecedores no seguinte quadro.

Quadro 1

LISTA DE OFERTA EXPORTAVEL DOS PAISES DA ALADI

Número de fornecedores	Número de itens NALADI	Oferta exportável (um bilhão de dólares)
Um país	1.753	2.5
Dois países	942	5.0
Três países	570	5.0
Quatro países	328	4.7
Cinco países	173	15.2
Seis países	37	1.2
Sete países	5	3.7
Total	3.808	41.0

Fonte: elaboração do autor.

Nota: O total do valor não corresponde com a soma da coluna porque se exclui duplicações.

E particularmente importante comprovar a existência de muitos produtos com concorrência de oferta. Parece conveniente, do ponto de vista comunitário, promover as negociações comerciais em produtos com cinco ou mais fornecedores entre os países deficitários. Estes produtos atingem 215 itens NALADI, que representam menos de 6% do total de itens na oferta exportável. O valor da oferta exportável destes produtos dos sete países tomados em seu conjunto é de 20 bilhões de dólares. Entretanto, se se exclui o petróleo cru (11.8 bilhões de dólares) e o café (3.5 bilhões de dólares), a oferta exportável se reduz a 4.7 bilhões de dólares.

//

//

//

Haveria coincidência total de juros para a pequena lista de produtos com sete fornecedores. Estes se referem a café e madeira serrada principalmente (ver quadro do Anexo). Embora o valor da oferta exportável inclua a exportação para terceiros mercados deve se considerar que somente o café representa uma oferta exportável de 3,522 bilhões de dólares.

A lista de produtos com seis fornecedores inclui 37 itens entre os quais se distingue produtos agropecuários, produtos das indústrias alimentícias e produtos da madeira (ver quadro do Anexo). O valor da oferta exportável desta lista é relativamente baixo (1.2 bilhões de dólares).

A lista de produtos com cinco fornecedores é mais variada distinguindo 172 itens com um total de oferta exportável dos sete países de 15.2 bilhões de dólares. No entanto, neste total se consideram 11.8 bilhões de petróleo cru e alguns minérios (1.0 bilhão de dólares). Outros produtos incluídos nesta lista são produtos agropecuários, indústrias alimentícias, químicos, produtos de madeiras, e alguns têxteis (Ver quadro do Anexo).

Se se considera também a lista de quatro fornecedores o número de posições de interesse mútuo atingiria 543 e o valor da oferta exportável aumentaria a 24,8 bilhões de dólares. A lista de produtos com quatro fornecedores considera por si mesma 328 itens com uma oferta exportável de 4,7 bilhões de dólares. Nesta lista destacam alguns combustíveis refinados (posição NAB 2710) e alguns produtos minerais da posição 2601.

Os resultados da oferta exportável em nível de países se apresentam a seguir. Estes resultados podem também apresentar-se em termos do número de posições de exportação ou em termos de valores de exportação potencial.

O número de posições de exportação proporciona uma estimativa da diversificação exportadora de cada país (Quadro 2). Os resultados do quadro 2 indicam que o Chile é o país deficitário com maior diversificação com 2.266 posições NALADI de exportação. Em segundo lugar são colocadas as economias da Colômbia, do Peru e da Venezuela, com âmbitos de exportação de 1.586, 1.458 e 1.384 posições NALADI, respectivamente. Em terceiro lugar se observa o Equador e a Bolívia e, finalmente, encontramos o Paraguai com somente 140 posições de exportação.

E interessante observar que quando são examinadas as posições com fornecedores únicos (1.660 posições) a distribuição dos países é muito similar. O Chile tem 807 posições; a Colômbia, Peru e Venezuela 334, 237 e 228 posições, respectivamente; a Bolívia, Equador e Paraguai 55, 64 e 28 posições respectivamente.

//

vf

//

Quadro 2

POSIÇÕES NALADI DE EXPORTAÇÃO DE PAISES DEFICITARIOS

(Número de posições NALADI)

Paises Fornec.	Bo	Co	Ch	Eq	Pa	Pe	Ve	Total*
Um	55	334	807	64	28	237	228	1753
Dois	83	391	550	85	23	376	376	942
Três	80	371	413	108	29	362	347	570
Quatro	85	281	293	117	22	273	241	328
Cinco	75	169	162	119	15	170	155	173
Seis	29	35	36	37	18	35	32	37
Sete	5	5	5	5	5	5	5	5
Totais	412	1.586	2.266	535	140	1458	1.384	3.808

* Não corresponde à soma dos elementos da fila porque uma mesma posição NALADI pode ser exportada por vários países.

Fonte: Elaboração do autor.

Por outro lado, os resultados da análise do valor da oferta exportável potencial dos países deficitários são bastante positivos. A conclusão mais clara que surge dos cálculos realizados é que se os países repetissem sua performance de exportação record em cada item da nomenclatura, o valor de sua exportação global chegaria a níveis muito superiores das exportações atuais. Para este cálculo comparou-se a suma do valor máximo da exportação para cada posição com o nível da exportação de 1986, ano mais próximo para o qual se dispõe de estatísticas oficiais de caráter definitivo, para todos os países.

O resultado é que em alguns casos, como a Bolívia, poderia mais que duplicar as exportações; em outros casos como o Equador, Paraguai e Peru a exportação poderia quase duplicar-se. As menores diferenças entre exportação potencial e atual se observam para a Colômbia (20%) e para o Chile (40%), o que deve interpretar-se como maior regularidade das exportações nesses países. Para o caso da Venezuela considera-se que as exportações poderiam duplicar-se, mas isto é somente um efeito do baixo nível que atingiram as exportações do petróleo em 1986.

//

vf

//

Quadro 3

OFERTA EXPORTAVEL DE PAISES DEFICITARIOS
(Exportação máxima 1981-1986, milhões de dólares)

Paises Fornec.	Bo	Co	Ch	Ec	Pa	Pe	Ve	Total
Um	546	141	1139	28	59	287	302	
Dois	369	566	2468	58	126	790	660	
Três	201	541	1953	249	33	993	7204	
Quatro	144	1055	916	367	224	1449	573	
Cinco	151	933	587	2595	18	1238	9728	
Seis	24	323	158	381	19	77	178	
Sete	31	2990	7	312	19	273	74	
Totais	1447	6089	6033	3942	482	4421	18641	41028
Export.	640	5108	4199	2186	272	2510	8727	
Relação	2.3	1.2	1.4	1.8	1.8	1.8	2.1	

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: Os totais não correspondem à soma das colunas porque se observam duplicações de posições NALADI em dois ou mais listas. Isto é um resultado da correlação tarifária que asigna dois ou mais posições NALADI a uma posição tarifária nacional.

— — — — —

E necessário insistir que os níveis de oferta exportável aqui apresentados são superiores aos níveis de exportação atual dos países, já que estas cifras incorporaram os records históricos de exportação de cada país em cada item da nomenclatura.

A comparação da oferta potencial e a exportação atual também pode realizar-se em nível de setores econômicos. Isto permitiria visualizador setores onde poderia gerar-se maior momento exportador. Os setores escolhidos para esta comparação foram agropecuários (capítulos 1 a 24 da NAB), químicos (capítulos 29 a 40 da NAB) têxteis e confecções (capítulos 50 a 67), metalúrgicos (capítulos 72 a 83) e maquinaria e equipamento (capítulos 84 a 92).

Os resultados indicam que para a Bolívia, Chile, Peru e Venezuela o setor exportador de maior potencialidade é o mineiro-metalo-mecânico, na Colômbia, Chile e Paraguai o agropecuário, no Equador os setores predominantes são o mineiro e o agropecuário.

//

sp

//

Quadro 4

OFERTA EXPORTAVEL DE PAISES DEFICITARIOS
POR SETORES ECONOMICOS

(Exportação máxima 1981-1986, milhões de dólares)

Paises Setores	Bo	Co	Ch	Ec	Pa	Pe	Ve	Total *
Agropec.	85	3811	1595	1581	234	870	573	8583
Mineiro	714	928	1359	2206	1	1739	15145	21976
Químico	6	928	1359	2206	1	1739	15145	21976
Têxteis	9	391	49	36	147	449	14	1088
Metal-mec.	559	157	1852	6	0	687	1976	5232
Maquinaria	14	175	202	29	0	83	252	746
Outros	60	357	787	61	85	482	189	1993
Totais	1447	6089	6033	3942	482	4421	18614	41028
Export. 86	640	5108	4199	2186	272	2510	8727	

Fonte: Elaboração do autor.

Os resultados anteriores mostram as grandes orientações da capacidade exportadora dos países deficitários. Uma primeira conclusão é que as vantagens comparativas destes países estiveram orientadas ao desenvolvimento de exportações agropecuárias e agro-industriais (Colômbia, Chile, Paraguai, Equador) e as exportações metal-mecânicas que incorporaram um maior valor agregado às anteriores exportações de produtos minerais primários exclusivamente (Bolívia, Chile, Peru e Venezuela).

Pelo anterior uma possível orientação das negociações comerciais na ALADI poderia ser enfatizar as concessões tarifárias e a abertura de mercados nacionais por parte dos países maiores, que beneficiem produções dos países deficitários nestas grandes áreas de especialização.

A análise da diversificação de exportações também pode realizar-se em nível de setores econômicos. O quadro 5 apresenta a exportação dos países deficitários em termos de número de posições NALADI, classificadas segundo setores econômicos.

//

sp

Quadro 5

OFERTA EXPORTAVEL DE PAISES DEFICITARIOS
POR SETORES ECONOMICOS
(Número de posições NALADI)

Paises Setores	Bo	Co	Ch	Ec	Pa	Pe	Ve	Total *
Agropecuário	86	222	524	136	66	303	239	
Mineiro	75	81	123	15	2	109	40	
Químico	32	254	472	83	18	226	229	
Têxteis	48	224	149	111	17	197	86	
Metal-mec.	33	136	258	27	0	160	196	
Maquinaria	9	369	391	80	0	233	395	
Outros	129	300	349	83	38	229	198	
Totais	412	1586	2266	535	141	1457	1383	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em nível de setores, a diversificação de exportações também é similar à do total de posições. No setor agropecuário, o Chile é o país mais diversificado, deixando em segundo lugar os demais países médios, Peru, Venezuela e Colômbia. Nos setores químico, metal-mecânico e maquinaria diversificação dos quatro países médios é da mesma magnitude, deixando em segundo nível o Equador e a um nível muito menor de diversificação a Bolívia e o Paraguai. Finalmente, no setor têxtil, a diversificação é maior nos países médios e o Equador e de menor nível na Bolívia e no Paraguai.

Na análise a seguir, tratar-se-á de examinar se as negociações atualmente em andamento na ALADI prestam atenção às possibilidades de exportação dos países deficitários. Em particular, a análise tratará de responder a interrogante se as concessões que outorgariam a Argentina, Brasil e México em favor dos países médios e menores incorporam as linhas de produtos agroindustriais e metalúrgicos-metal-mecânicos nos quais pode dar-se uma especialização nestes países deficitários.

Em primeiro lugar, serão analisadas as listas apresentadas por ABRAMEX para a negociação do Acordo PREC. Em uma segunda parte de desenvolverá uma análise do que pode significar um desmembramento das restrições não-tarifárias ainda em vigor na Argentina, Brasil e México. Finalmente se estudará os efeitos positivos que teria a aplicação da preferência tarifária regional aprofundada a 10% como média, mas que para os países médios atingira 14% e para os países menores 20% das tarifas nacionais em ABRAMEX.

//

Uma diferença na análise do seguinte acápite que é necessário explicar é a exclusão do Chile. A economia chilena que no período 1980-1987 cumprira com as condições para ser definida deficitária em nível da ALADI, expande significativamente suas exportações nos últimos anos de maneira a transformar-se em país superavitário em suas relações comerciais com a ALADI em 1987. Em consequência, não se considerou necessário inclui-lo na análise do impacto das novas negociações sobre os desequilíbrios comerciais dos países deficitários.

3. OS PAISES DEFICITARIOS E O ACORDO PREC

3.1 Introdução metodológica

O Acordo Regional para a Recuperação e Expansão do Comércio Intra-regional (PREC) foi aprovado por Resolução 15 (III) do Conselho de Ministros e foi reformulado por Resolução 17 (VIII-E) da Conferência de Avaliação e Convergência da ALADI. As principais reformas introduzidas significaram a redução do âmbito de aplicação do PREC e sua aplicação escalonada no tempo.

Em primeiro lugar, o campo de aplicação do PREC, que em primeira instância era de 30% das importações de terceiros para todos os países-membros, foi objeto de tratamentos diferenciais por categorias de países segundo a seguinte matriz:

Outorgante	Arg.Bra.Mex.	Países		
		recipciendários	Menor	Desenvolvimento
		Desenvolvimento	desenvolvimento	intermediário
ABM		10	15	20
PDI		5	10	15
PMDR		2	5	10

A média do campo de aplicação é 10% das importações de terceiros países e aplica-se entre países da mesma categoria. Esta média vai se incrementando em 5 pontos quando o destino é um país da categoria imediata menor e em 10 pontos quando o destino é um país da categoria subsequente. A mesma regra se aplica no sentido inverso diminuindo 5 pontos quando o destino é um país com maior desenvolvimento econômico e em 8 pontos quando a diferença é duas categorias de desenvolvimento.

Em segundo lugar, a aplicação do PREC se efetua em datas diferentes segundo o país recebedor e outorgante de acordo com a seguinte matriz:

Outorgante	Arg.Bra.Mex.	Países		
		recipciendários	Menor	Desenvolvimento
		Desenvolvimento	desenvolvimento	intermediário
ABM		1989	1989	1989
PDI		1991	1990	1990
PMDR		1992	1991	1990

sn

//

//

O escalonamento das obrigações em função das três categorias de países se refere a três aspectos no novo PREC: o nível da preferência, o âmbito de aplicação e a data de obrigação. Portanto, é provável que estes três escalonamentos concedam ao comércio gerado no PREC um caráter equilibrado ou favorável para os países de menor e médio desenvolvimento. Se isto não for suficiente, a Resolução 17 (VIII-E) também contempla um mecanismo de compensação através do Anexo 2 e um mecanismo correcional de suspensão parcial ou total de concessões para negociar correções de desequilibrios.

O efeito líquido do novo PREC sobre os desequilibrios comerciais pode, então supor-se, terá caráter menor e não contribuirá presuntamente a induzir um incremento dos desequilibrios comerciais, já que o acordo foi reesboçado precisamente com a finalidade de tomar as necessidades do caso.

Em qualquer caso, este estudo deseja analisar qual seria o efeito comercial de exportação da abertura de mercados que os três países de ABRAMEX iniciariam em 1º. de janeiro de 1989. Para realizar este estudo serão cruzadas as listas de oferta exportável dos países deficitários com as listas de produtos apresentados pela Argentina, Brasil e México para a aplicação do PREC.

A análise deverá necessariamente realizar-se usando a mesma classificação tarifária. Entretanto, as listas de oferta exportável são consignadas em função da NALADI enquanto as listas do PREC são apresentadas com base nas tarifas nacionais.

O cruzamento da oferta exportável com as listas PREC terá, então, um caráter aproximado, devido aos problemas de correlações. Em uma primeira instância deverão cruzar-se ambas listas a nível de quatro dígitos (posição NAB) para depois precisar se existe uma verdadeira correlação a nível de produto. Os resultados do cruzamento das listas dos seis países deficitários (exclue-se o Chile pelas razões mencionadas) com as listas correspondentes da Argentina, Brasil e México leva a 18 listas de oportunidades comerciais dos países deficitários nos mercados maiores da região.

O seguinte passo consistirá em depurar estas 18 listas pela existência de oferta exportável nos mesmos países de ABRAMEX. Assim, por exemplo, se um produto da oferta da Bolívia e da lista Argentina é também produzido e exportado pelo Brasil, o país deficitário deveria compartilhar com o Brasil do mercado argentino. Isto se complica se o produto está outorgado com uma concessão ao Brasil, através do próprio PREC ou do Acordo 5 de Cooperação Argentina-Brasil.

A metodologia para esta depuração pode ser a seguinte. Se existe uma preferência tarifária em favor do Brasil se suporá que a Bolívia não poderá competir e o produto será eliminado da lista de oportunidades comerciais da Bolívia. Se não existe preferência em favor do Brasil se supõe uma certa distribuição do mercado argentino.

//

//

Corresponde lembrar que a análise das potencialidades comerciais do PREC se baseia na informação estatística sobre produtos com correntes de exportação estabelecidas. Não se estudam as possibilidades de novos produtos de exportação pelas dificuldades óbvias para sua determinação.

Os resultados da análise anterior se apresentam no anexo e devem interpretar-se como oportunidades comerciais de longo prazo dos países deficitários no mercado ABRAMEX. Os resultados aqui analisados correspondem somente ao cruzamento da oferta exportável de países deficitários com a Argentina e com o Brasil, devido às dificuldades encontradas em primeira instância, para correlacionar a tarifa mexicana com a classificação NALADI.

3.2 Oportunidades comerciais no mercado argentino

As oportunidades comerciais no mercado argentino estão concentradas nas posições NALADI de exportação dos países médios (Quadro 6). Somente 11 posições das 57 com potencialidade comercial são de exportação dos países menores; inclusive 9 destas são da oferta exportável do Equador e somente 1 posição é exportável pela Bolívia e 1 pelo Paraguai.

QUADRO 6

OPORTUNIDADES COMERCIAIS DOS PAISES DEFICITARIOS NO MERCADO ARGENTINO (MILHÕES DE DOLARES)

País	Posições NALADI	Exportação	Importação Resto Mundo	Importação ALADI
Bolívia	1	0	7	3
Colômbia	18	193	101	11
Equador	9	2	60	13
Paraguai	1	0	2	0
Peru	14	5	47	7
Venezuela	14	135	152	5
Totais	57	335	369	39

Fonte: Elaboração do autor.

Em termos de valores, a exportação total máxima dos 6 países nos itens com oportunidades PREC no mercado argentino atinge 335 milhões de dólares. Entretanto, este total está concentrado fortemente na Colômbia (58%) e na Venezuela (40%). Os demais países somente representam 2%, com a Bolívia e o Paraguai com exportações anuais.

Quanto ao tamanho do mercado argentino que enfrentam as ofertas exportáveis de países deficitários se observa que as importações totais da Argentina para este âmbito são de

sp

//

//

408 milhões de dólares anuais. Novamente, o total se concentra fortemente em produtos colombianos (27%) e venezuelanos (38%). Entretanto, a participação do Equador (18%) e do Peru (13%) é relativamente importante e reflete certas potencialidades de comércio que poderiam realizar-se se a oferta exportável destes produtos equatorianos e peruanos pudesse expandir-se no médio prazo.

Em conclusão, a lista argentina do PREC não oferece maiores oportunidades comerciais à Bolívia, Paraguai, Equador e Peru. Os países com melhores oportunidades são a Colômbia e a Venezuela.

3.3 Oportunidades comerciais no mercado do Brasil

As oportunidades comerciais no mercado brasileiro (Quadro 7) também estão concentradas nas ofertas exportáveis dos países médios: a Venezuela (59 posições), a Colômbia (44 posições) e o Peru (56 posições). As oportunidades dos países de menor desenvolvimento relativo são melhores que no caso da lista argentina: 16 posições do Equador, 11 posições da Bolívia e somente 3 do Paraguai.

QUADRO 7

OPORTUNIDADES COMERCIAIS DOS PAISES DEFICITARIOS NO MERCADO BRASILEIRO (MILHÕES DE DOLARES)

País	Posições NALADI	Exportação	Importação Resto do Mundo	Importação ALADI
Bolívia	11	7	104	1
Colômbia	44	84	318	25
Equador	16	105	174	1
Paraguai	3	1	20	1
Peru	56	382	284	21
Venezuela	59	319	448	20
Totais	189	989	1348	69

Fonte: Elaboração do autor.

Em termos de potencial de exportação a distribuição é um pouco diferente. Em primeiro lugar estão o Peru e a Venezuela com 42% e 36% da oferta exportável agregada, respectivamente. Em segundo lugar, o Equador e a Colômbia com 12% e 9%, respectivamente. A participação é quase nula para a oferta exportável da Bolívia e do Paraguai.

Quanto ao tamanho do mercado brasileiro nos produtos em questão (medido pelas importações do mundo) a distribuição é a seguinte. A oferta exportável da Venezuela enfrenta mercados pertencentes a 500 milhões de dólares anuais; a Colômbia e o

sp

//

//

Peru têm mercado potencial entre 300 e 350 milhões de dólares; o Equador e a Bolívia têm mercado potencial entre 100 e 200 milhões e o Paraguai apenas 20 milhões de dólares.

Concluindo, a lista brasileira do PREC oferece aceitáveis oportunidades comerciais para a Colômbia, Venezuela, Peru e Equador e menores oportunidades para a Bolívia e para o Paraguai, ocasionada basicamente pela escassez de oferta exportável nestes países.

3.4 Estimativa do impacto comercial do PREC

Os números anteriores apresentam uma análise mais qualitativa das oportunidades comerciais dos países deficitários nas listas PREC da Argentina e o Brasil. Uma estimativa quantitativa dos impactos comerciais de médio e curto prazos requer de supostos adicionais.

Para o cálculo do comércio potencial se considera para cada produto o nível da demanda, ou seja as importações do resto do mundo da Argentina ou do Brasil, e o nível da oferta, ou seja a oferta exportável dos países deficitários tomados em seu conjunto. Supõe-se que a substituição de importações de terceiros não poderá ser total nem mesmo em longo prazo, por razões de competitividade e de mercados segmentados por qualidades de produtos. O limite do comércio de desvio que se poderá gerar em favor dos países deficitários se supõe igual a 50% da demanda total. E claro que quando o tamanho do mercado (isto é, 50% da demanda) seja superior à oferta exportável, as exportações geradas serão iguais ao valor menor.

Ao fazer esta estimativa superficial do impacto comercial gerado pelas oportunidades PREC sobre os países deficitários, teríamos que lembrar em primeiro lugar, a magnitude do desequilíbrio dos países andinos e do Paraguai com o resto da ALADI, que foi de 1,465 bilhões de dólares em 1986, excluindo o comércio de combustíveis.

Quando se realiza este cálculo estima-se que o valor máximo da exportação para a Argentina seria de 69 milhões e para o Brasil de 123 milhões de dólares. Observe-se que este nível somente seria obtido se toda a capacidade exportável dos países deficitários nos produtos estudados se reorientasse a vender aos mercados argentino e brasileiro.

O cálculo anterior pode interpretar-se como uma estimativa dos benefícios comerciais dos países deficitários no PREC. Isto deve complementar-se com uma estimativa dos custos, que seriam as exportações da Argentina e do Brasil aos países deficitários ao amparo das listas PREC destes países. No entanto, supõe-se que as vendas da Argentina e do Brasil de produtos de listas PREC nos mercados de países deficitários não se tornam efetivas em um futuro imediato devido a que as obrigações destes países em favor daqueles estão diferidas no tempo, a que o tamanho dos mercados outorgados é inferior, e devido ao menor nível das preferências tarifárias comprometidas.

//

sp

//

Sob o suposto anterior o comércio PREC poderia significar uma leve atenuação do déficit comercial dos países médios e menores com o resto da ALADI. O déficit poderia reduzir-se em 192 milhões de dólares como resultado do pleno uso das oportunidades comerciais PREC nos mercados da Argentina e do Brasil. Isto significaria em termos percentuais, uma atenuação de 73% do valor obtido em 1986.

E importante salientar que as oportunidades comerciais são para médio prazo. As exportações atualmente realizadas em 1984 pelos países andinos e pelo Paraguai aos mercados da Argentina e do Brasil, para os produtos das listas PREC, foram de somente 535 mil dólares de 17.8 milhões de dólares, respectivamente. Em consequência, no curto prazo uma estimativa de incremento das vendas do Grupo Andino-Paraguai a esses mercados deveria partir desses valores.

A metodologia do cálculo do comércio potencial de curto prazo supõe que a exportação é uma função dos preços e custos de acesso aos mercados regionais. Uma proposta de estimativa seria incrementar estes níveis considerando a preferência-preço e a elasticidade da oferta exportável dos países deficitários. A preferência-preço depende do nível tarifário e da preferência percentual do PREC; enquanto a elasticidade pode supor-se na categoria de 1 a 2, continuando outros trabalhos (Ver Torres y Gana, "Comercio y Equilibrio entre países de ALADI", Revista CEPAL, no. 27, Santiago, Diciembre 1985). Supondo níveis tarifários médios para a Argentina e para o Brasil se chega aos seguintes resultados:

	Argentina	Brasil
Tarifa média	23	75
Preferência PREC (%)	70	70
Preferência-preço (%)	13	30
Elasticidade máxima	2	2
Incremento export. (%)	26	60
Exportação atual (milhões \$)	0.5	17.8
Incremento export. (milhões \$)	0.1	10.7

No curto prazo, a utilização das preferências PREC nos mercados da Argentina e do Brasil somente dariam lugar a um incremento de 11 milhões de dólares anuais, que representa 1% da magnitude do desequilíbrio estimado em 1986.

Concluindo, os impactos positivos do comércio potencial, dos países deficitários para os mercados da Argentina e do Brasil em produtos das listas PREC destes países, têm caráter marginal. E possível afirmar que o comércio gerado não significará uma atenuação importante dos desequilíbrios comerciais, mesmo considerando os cenários mais otimistas para esta realização.

Adicionalmente, as estimativas anteriores do impacto comercial do PREC a curto e médio prazos devem ser condicionados pelo efeito mencionado na introdução metodológica a esta

sp

//

//

seção de que os produtos de exportação dos países deficitários podem enfrentar uma competência adicional pela existência de oferta exportável destes mesmos produtos nos mesmos países de ABRAMEX.

A depuração das listas de oportunidades comerciais PREC nos mercados da Argentina e do Brasil levaria a uma redução importante destas oportunidades comerciais.

Assim, a lista de oportunidades comerciais da lista PREC-Argentina atingia 57 posições NALADI das ofertas exportáveis dos seis países deficitários (Quadro 6), que se reduz a 39 diferentes posições quando são excluídas as duplicações. Demonstra-se que 28 destas posições estão na oferta exportável dos países de ABRAMEX, que representa 70% das oportunidades comerciais. O valor da exportação conjunta do Brasil e do México nestas posições é de 480 milhões de dólares (sem incluir a própria exportação argentina, que é superior à exportação conjunta dos países deficitários nos 39 diferentes itens, o que chega a 335 milhões de dólares (Quadro 6).

Por outro lado, a lista de oportunidades comerciais da lista PREC-Brasil atingia 189 posições NALADI (quadro 7), que se reduz a 111 posições diferentes quando se excluem as duplicações. Verificou-se que 99 destas posições estão na oferta exportável de ABRAMEX, que representa perto de 90% do total de oportunidades. O valor da exportação conjunta da Argentina e do México (exclue-se a própria exportação brasileira) é de 2.150 bilhões de dólares anuais, que se compara com 898 milhões de dólares exportados pelos países deficitários nos 111 itens (quadro 7).

vf

//

//

4. OS PAISES DEFICITARIOS E A PREFERENCIA TARIFARIA REGIONAL

A preferência tarifária regional foi aprovada em 1984, através do Acordo de alcance regional no. 4, como o primeiro mecanismo de caráter multilateral da ALADI. Em sua origem consistiu em uma preferência média de 5% dos níveis da tarifa em cada país, diferenciada segundo o país de origem e destino de acordo com a seguinte tabela:

Outor gante	AR. BR. ME.	Países recipiendários		
		Desenvolvimento intermediário	Menor desenvolvimento	
ABM	5	10	15	
PDI	3	5	10	
PMDR	2	3	5	

É consenso reconhecido que a colocação em vigor da preferência tarifária regional não significou um incentivo do comércio intra-regional nos primeiros anos da década de 1980. Os fatores que explicam este efeito nulo foram o caráter simbólico da preferência (5% de uma tarifa nacional que era muitas vezes proibitivo), o reduzido nível da preferência-preço envolvida, as elevadas tarifas residuais depois da aplicação da preferência tarifária regional, e o desconhecimento de parte dos agentes econômicos deste mecanismo.

A preferência tarifária regional foi reformulada através do Protocolo Modificativo do Acordo de alcance regional no. 4 em 1987, incrementando seu nível médio a 10% das tarifas nacionais, diferenciando-a segundo a origem e destino de acordo com a seguinte tabela:

Outor gante	ABM	Países recipiendários		
		Desenvolvimento intermediário	Menor desenvolvimento	País mediterrâneo
ABM	10	14	20	22
PDI	6	10	14	15
PMDR	4	6	10	11

Para uma avaliação do significado da preferência tarifária regional para os países deficitários vis-à-vis os países maiores da Associação é necessário analisar a natureza das concessões tarifárias envolvidas na preferência tarifária regional.

Esta análise deve considerar três variáveis de valoração das concessões tarifárias. Em primeiro lugar, a margem de preferência absoluta (MP) que se define como a diferença entre a tarifa aplicável a terceiros (T) e a tarifa aplicável ao país de origem (t). Em segundo lugar, o gravame residual que resulta de aplicar a preferência tarifária regional. Em terceiro lugar, a preferência-preço que vem a ser a mudança percentual no preço de exportação que se

vf

//

//

derivaria da margem de preferência. As fórmulas respectivas para o cálculo são: gravame residual é $t=(1-PTR)*T$; a margem de preferência é $MP=T-t$; e a preferência-preço é $PP=(T-t)/(1+T)$.

No seguinte exercício são calculados os diferentes valores que surgem de aplicar as fórmulas anteriores aos níveis de tarifas médias em vigor nos países da Associação. O cálculo considera a preferência outorgada pelos países de menor desenvolvimento relativo e de desenvolvimento intermediário em favor dos países de ABRAMEX e vice-versa.

Quadro 8

AVALIAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS PACTUADAS NO PROTOCOLO MODIFICATIVO DO ACORDO REGIONAL No. 4 SOBRE A PREFERÊNCIA TARIFARIA REGIONAL

Paises	PTR(%)	Tarifa média	Tarifa residual	Margem preferencial	Preferência preço
1. Países de menor desenvolvimento econômico relativo em favor de ABRAMEX					
Bolívia	4	20	19	1	1
Equador	4	39	37	2	1
Paraguai	4	89	85	4	2
2. Países de desenvolvimento intermediário em favor de ABRAMEX					
Colômbia	6	49	46	3	2
Peru	6	67	63	4	3
Venezuela	6	32	30	2	2
3. ABRAMEX em favor de países de desenvolvimento intermediário					
Argentina	14	23	20	3	2
Brasil	14	75	64	11	6
México	14	23	20	3	2
4. ABRAMEX em favor de países de menor desenvolvimento relativo					
Argentina	20	23	18	5	4
Brasil	20	75	60	15	9
México	20	23	18	5	4
5. ABRAMEX em favor de países mediterrâneos					
Argentina	22	23	18	5	4
Brasil	22	75	58	17	10
México	22	23	18	5	4

Fonte: As tarifas dos países andinos são médias simples de suas tarifas nacionais em vigor a 1987; as tarifas da Argentina, Brasil, México e Paraguai vigoraram até 1984 e são tomadas de Macon, Jorge, "Estructura de los aranceles aduaneros en los países de ALADI", Revista INTAL no. 89, abril 1984.

E possível inferir no quadro que embora o tratamento diferencial incorporado na preferência tarifária seja significativo, este não chega a compensar pela diferença nos níveis tarifários aplicáveis nos diferentes países. Assim, por exemplo, o gravame residual das exportações da Bolívia para o Brasil seria de 60 pontos percentuais enquanto o gravame residual das exportações do Brasil para a Bolívia é somente 19.6 pontos. Isto é consequência dos elevados

vf

//

//

níveis da tarifa no Brasil e os correspondentes baixos níveis na Bolívia. É possível que as tarifas no Brasil tenham caráter redundante pelo que ainda uma redução importante de seus níveis não implique uma efetiva concessão de mercados. Por outro lado, uma tarifa baixa e uniforme como o boliviano dificilmente pode ter caráter redundante e qualquer redução pode originar concessões importantes de mercado.

Quando se calcula os níveis absolutos da margem de preferência e os níveis da preferência-preço se observa que as diferenças aparentemente significativas da preferência tarifária regional se tornam muito similares em termos das variações percentuais de preços envolvidas. Assim, as variações de preços implícitas nas concessões dos países médios e menores em favor de ABRAMEX variam somente entre 1% e 2%, mas os valores correspondentes de ABRAMEX em favor dos médios são entre 2% e 6% e de ABRAMEX em favor dos menores são entre 4% e 9%. Devido ao caráter redundante que podem ter as elevadas tarifas em alguns países de ABRAMEX, é possível que estas variações de preços sejam ainda menores.

Concluindo, até a data não se observa uma diferença significativa entre as concessões tarifárias outorgadas através de preferência tarifária regional, segundo o nível do desenvolvimento econômico dos países. Não é claro que os países deficitários estejam recebendo concessões tarifárias significativamente superiores às que outorgam em termos de tarifas residuais ou preferência-preço. A explicação disto pode encontrar-se nas diferenças existentes entre as tarifas absolutas dos países, que em alguns casos anula as diferenças entre as percentagens negociadas na preferência tarifária regional.

5. OS PAISES DEFICITARIOS E A ELIMINAÇÃO DE RESTRIÇÕES NÃO-TARIFÁRIAS

Os países da Associação acordaram, através da Resolução 5 (I) do Conselho de Ministros um programa de desmantelamento de restrições não-tarifárias aplicáveis ao comércio regional que deveria cumprir-se em um período de 3 anos, entre 1984 e 1986. A falta de resultados na implementação desta resolução foi um dos fatores que motivou a promoção da Rodada Regional de Negociações em 1985.

As negociações levaram à aprovação da Resolução 17 (III) do Conselho de Ministros, onde se reconhece a complexidade do tema estendendo os prazos para a eliminação das restrições não-tarifárias e se relaciona esta eliminação de restrições com os outros instrumentos da Associação. Assim, as restrições nos acordos de alcance parcial serão eliminadas antes de março de 1988; as restrições não-tarifárias para produtos beneficiados com a preferência tarifária regional se desmontarão, de acordo com o estabelecido no Protocolo Modificativo do Acordo Regional no. 4; as restrições não-tarifárias aplicáveis aos produtos dos Anexos 1 e 2 do PREC se eliminarão imediatamente após sua colocação em vigor, salvo que expressamente se convenha a necessidade de atender situações especiais.

vf

//

//

E evidente a falta de avanços nesta linha de negociações e, também, que os três países maiores continuam mantendo, como fator importante de sua política de comércio exterior, a aplicação de restrições não-tarifárias na forma de proibições, licenças, e gravames adicionais à importação. A situação entre os países menores e médios é diversa: existem países como a Bolívia, Chile e Paraguai que não aplicam restrições não-tarifárias à importação e que são os mais prejudicados por esta situação; por outro lado estão os demais países como a Colômbia, Equador, Peru e Venezuela que sim utilizam estes instrumentos como parte importante de sua política comercial.

E neste campo onde parece necessária uma atitude muito mais positiva por parte da Argentina, Brasil e México que são os países mais desenvolvidos da área e os países secularmente beneficiários do comércio intra-regional. O desmonte significativo do âmbito a profundidade das restrições à importação de produtos procedentes dos países deficitários poderia ser de benefícios não somente destes países senão dos próprios países de ABRAMEX. Uma abertura dos mercados dos países maiores, fomentando a competência com a produção regional não significará um deslocamento da produção nacional nos mercados de ABRAMEX senão um fomento à eficiência de produção nas empresas marginais de somente alguns setores específicos. A capacidade de penetração das produções dos países menores e médios nos mercados de ABRAMEX é limitada e não deveria significar maior perigo comercial para as indústrias desses países, no curto prazo. Os benefícios desta atitude seriam dados pelas melhores expectativas de participação no médio prazo para os países de menor desenvolvimento relativo e de desenvolvimento intermediário.

vf

//

//

CAPITULO 3

TRATAMENTO DOS DESEQUILIBRIOS COMERCIAIS

1. Justificação de um tratamento de desequilíbrios comerciais

O tratamento dos desequilíbrios comerciais deve ser iniciado com o questionamento do porquê esta situação é visualizada como um problema que poderia constituir-se em uma limitação ao aprofundamento da integração regional. O problema é importante porque os países-membros têm mostrado uma permanente preocupação pelo tema da distribuição dos custos e dos benefícios do processo de integração regional. Neste contexto os custos são associados às importações desde a região e os benefícios às exportações à região, e como resultado a relação benefício custo da participação de um país-membro na ALADI tem sido vinculada diretamente ao saldo de sua balança comercial com a região.

Este modo de avaliação foi tornando-se mais exigente a partir de 1982, quando o início da crise do setor externo das economias da região. O processo de ajuste das economias dos países-membros teve como resultado que os países outorgassem uma maior importância nas balanças comerciais, perante a necessidade de gerar substituição e juros da dívida externa.

Teoricamente, os benefícios da participação de um país em um marco de integração devem ir além de sua balança comercial com os demais países sócios. É possível que um país deficitário regionalmente receba benefícios de sua participação no processo, sempre que seu comércio global esteja equilibrado, que a destinação dos recursos produtivos dentro de um país seja mais eficiente, confrontado com a situação prévia à integração e sempre que o ingresso e a riqueza na economia tenha sido incrementado.

Não obstante, no caso dos países da ALADI, a percepção política é que não se poderá continuar com as negociações para o aprofundamento da integração regional, se não existir maior clareza dos benefícios da integração para os países atualmente deficitários no seu comércio regional. Por isso é lícita a preocupação por esta situação e é válida a motivação para propor fórmulas de atenuação dos atuais desequilíbrios quantitativos e qualitativos do comércio intra-regional.

2. Metodologia de correção de desequilíbrios

O tratamento dos desequilíbrios comerciais em nível regional pode ser enfocado de diferentes modos. Em primeiro lugar, no espírito da Resolução 14, trata-se de corrigir desequilíbrios através de um incremento das exportações do país deficitário e não através de uma redução de suas compras no mercado regional.

vf

//

//

O incremento corretor das exportações do país deficitário requererá uma expansão da oferta exportável, de um incremento da demanda por estes bens nos países superavitários, ou de uma combinação de ambos.

Os instrumentos propostos na Resolução 14 para atingir essa meta são o aprofundamento substancial das preferências e ampliação das quotas, a eliminação de restrições, a inclusão de novos produtos apropriados nos acordos de alcance parcial, a orientação de compras do setor público, o aperfeiçoamento de programas de co-investimento e o estabelecimento de modalidades financeiras especiais.

Estes instrumentos constituem o enfoque tradicional das negociações na ALADI, embora a experiência demonstre que estes seriam insuficientes para enfrentar o problema dos desequilíbrios. No seguinte acápite, tratar-se-á de apresentar algumas idéias básicas sobre mecanismos alternativos e/ou complementares dos instrumentos que figuram na Resolução 14.

3. Alternativas de tratamento dos desequilíbrios comerciais

3.1 Limitações e condicionantes

O ponto de partida para analisar soluções ao problema dos desequilíbrios comerciais é o reconhecimento da impossibilidade de corrigir certo tipo de situações de déficit. Em particular, há países que necessitam da importação de combustíveis ou outra matéria-prima essencial para o funcionamento de sua economia ou para o abastecimento de sua povoação. Por esta razão, a atenção deve centralizar-se na correção ou atenuação dos desequilíbrios de tipo qualitativo.

Em segundo lugar, existem limites e condições para as possibilidades de correção dos desequilíbrios, inclusive os desequilíbrios qualitativos. Isto está relacionado com a causa original dos déficit comerciais que pode ser, como foi analisado no capítulo primeiro, resultado das distorções da política macroeconômica do país deficitário, ou seja mais bem um produto das características da estrutura produtiva ou das características estruturais do sistema de integração regional.

A esse respeito, as conclusões do capítulo primeiro são que as economias do Peru, Venezuela e Paraguai têm aplicado políticas econômicas que alentaram a importação e desestimularam a exportação, causando os déficit comerciais. Nestes países as possibilidades de correção dos desequilíbrios dependem, em primeiro lugar, de uma reorientação da política macroeconômica, embora seja descartada que a correção das distorções de política, seja uma condição necessária mas insuficiente para resolver seus problemas de desequilíbrios.

Por outro lado, os desequilíbrios da Bolívia, Colômbia e Equador parecem mais relacionados com as características

vf

//

//

de sua estrutura produtiva à carência de complementariedade com as produções dos demais países-membros, ao menor nível de desenvolvimento e à estrutura das preferências do sistema de integração regional.

3.2 Tratamento dos desequilíbrios qualitativos estruturais

A correção dos desequilíbrios estruturais, sim, deve considerar medidas tendentes à ampliação e diversificação da oferta exportável, à ampliação das oportunidades comerciais na região, ou à combinação de ambas.

A maior limitação para a correção dos desequilíbrios comerciais para alguns países como a Bolívia, o Paraguai e em menor medida o Equador, é que a oferta exportável abrange um número inferior de produtos e tende a ser competitiva com a oferta exportável dos demais países da região.

Finalmente, para os países de menor desenvolvimento relativo, as ações para a correção de desequilíbrios estruturais devem ser iniciadas com esforços de co-investimento, financiamento e esboços de "joint venture" que permitam o desenvolvimento da produção nacional visando a exportação para o mercado regional. É necessário que os novos investimentos estejam orientados a vender por fora das limitações do reduzido mercado interno. É certo que o âmbito de especialização destes investimentos deve estar muito unido à dotação de recursos naturais dos países e às possibilidades de desenvolvimento de vantagens comparativas nos países menores.

Para outros países com uma maior diversificação da oferta exportável como a Colômbia, o Peru e a Venezuela, para a correção dos déficits estruturais (uma vez corrigidos os desequilíbrios induzidos autonomamente), requerer-se-á de uma reestruturação das oportunidades comerciais na região. Neste caso, podem ser de maior valor as medidas de correção na Resolução 14.

Seja como for, feitas as limitações assinaladas, é necessário considerar o estabelecimento de mecanismos alternativos que permitam participar de maneira mais equitativa, aos países deficitários no processo de integração regional.

Uma possibilidade é ampliar o âmbito das negociações da integração regional, extensivo com outros campos fora do comércio de bens e do sistema regional de pagamentos. Uma possibilidade real é a negociação do comércio de serviços. Neste âmbito pode-se concentrar, inicialmente, os esforços em turismo, transporte de pessoas e transporte de mercadorias.

E possível desenvolver esboços de cooperação regional em turismo especialmente das possibilidades turísticas dos países deficitários. Isto pode ajudar a paliar o problema

vf

//

//

dos desequilíbrios comerciais ou atenuar a importância que lhe atribuem os países na atualidade.

As despesas, no item fretes da balança de pagamentos dos países da região são consideráveis e constituem um importante item dos débitos para com serviços. Este item inclui os fretes sobre as mercadorias, mas também as despesas em portos estrangeiros dos navios de bandeira nacional. Um acordo regional sobre distribuição de fretes, com tratamento especial para os países deficitários, pode significar uma vantagem para estes países que ajude a compensar os prejuízos concebidos dos deficit comerciais.

Como consequência, a proposta avançada é que para os países de menor desenvolvimento relativo, deve ser estudado um programa de financiamento de "joint venture" para o desenvolvimento da produção nacional para exportação, quase exclusiva no mercado regional. O âmbito destas produções deve estar muito unido às vantagens comparativas e à dotação de recursos naturais destes países. Para os países deficitários médios, as ações passam por uma reestruturação das oportunidades comerciais na região. Para ambos grupos de países deve estudar-se um programa de negociação do comércio de serviços que poderiam vender no mercado regional, com especial atenção dos serviços de turismo e serviços de transporte.

vf

//

ANEXO CAPITULO :

//

QUADRO 1

EXPORTAÇÕES TOTAIS DO GRUPO ANDINO PARA RESTO ALADI

Milhões dólares

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	14	30	11	44	109	209
1971	26	28	13	55	103	224
1972	53	36	21	55	118	283
1973	93	31	37	57	161	379
1974	184	86	100	109	304	784
1975	164	67	100	174	259	764
1976	188	44	94	107	275	709
1977	174	67	129	158	341	868
1978	179	51	127	112	314	783
1979	215	94	202	305	538	1355
1980	327	163	301	322	1057	2171
1981	364	108	177	209	1386	2243
1982	429	70	346	135	1123	2103
1983	421	81	57	136	712	1406
1984	396	99	41	137	731	1404
1985	386	70	58	147	537	1200
1986	388	119	107	156	217	987

Fonte: Secretaria ALADI.

QUADRO 2

IMPORTAÇÕES TOTAIS DO GRUPO ANDINO DO RESTO ALADI

Milhões dólares

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	23	49	9	71	71	223
1971	36	60	12	57	67	231
1972	43	60	14	56	75	248
1973	56	75	22	89	169	410
1974	121	129	48	114	209	620
1975	151	101	61	164	267	743
1976	182	117	61	181	363	905
1977	172	164	79	147	749	1311
1978	158	248	94	121	721	1341
1979	187	333	104	146	634	1404
1980	233	319	126	301	521	1500
1981	262	401	142	473	771	2050
1982	147	540	240	445	862	2234
1983	223	378	134	284	503	1522
1984	179	395	267	337	625	1803
1985	281	449	276	361	495	1862
1986	335	405	219	454	479	1892

Fonte: Secretaria ALADI.

ac

//

//

QUADRO 3

BALANÇA COMERCIAL DO GRUPO ANDINO COM RESTO ALADI

Milhões dólares

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	-9	-19	2	-27	39	-15
1971	-10	-32	1	-2	36	-7
1972	10	-24	7	-1	43	34
1973	37	-44	15	-32	-8	-31
1974	64	-42	52	-5	96	165
1975	13	-34	39	10	-7	20
1976	6	-73	33	-74	-88	-196
1977	2	-98	50	11	-409	-443
1978	21	-197	33	-10	-406	-558
1979	28	-239	98	160	-96	-49
1980	95	-155	175	22	535	671
1981	101	-293	34	-264	615	193
1982	282	-470	106	-310	261	-131
1983	198	-297	-78	-148	209	-116
1984	217	-296	-225	-199	106	-399
1985	105	-378	-218	-214	42	-663
1986	53	-286	-112	-298	-262	-905

Fonte: Quadro anterior.

QUADRO 4

EXPORTAÇÕES TOTAIS DO GRUPO ANDINO AO
RESTO ALADI SEM COMBUSTIVEIS

(Milhões dólares)

ANO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	4	20	10	43	13	91
1971	12	22	12	54	9	108
1972	18	34	16	55	23	146
1973	40	30	15	56	7	148
1974	55	83	25	109	28	301
1975	49	67	34	161	16	327
1976	64	44	32	81	24	246
1977	58	63	34	150	27	331
1978	70	51	45	112	18	296
1979	109	92	70	305	39	616
1980	95	163	74	302	68	703
1981	28	108	87	209	55	486
1982	30	70	37	135	43	315
1983	35	81	32	136	7	290
1984	15	99	26	137	8	285
1985	11	70	28	146	61	318
1986	46	110	46	148	17	367

Fonte: Secretaria ALADI.

//

ac

//

QUADRO 5

IMPORTAÇÃO TOTAIS DO GRUPO ANDINO DO RESTO ALADI
SEM COMBUSTIVEIS (MILHÕES DOLARES)

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	22	49	9	71	71	222
1971	35	60	12	57	67	230
1972	42	60	14	55	75	246
1973	56	75	22	87	169	408
1974	119	129	48	107	209	611
1975	149	97	61	156	266	728
1976	180	117	61	176	363	898
1977	171	153	79	144	749	1296
1978	158	195	94	118	721	1285
1979	186	260	104	145	633	1328
1980	233	319	114	301	521	1488
1981	257	401	99	473	770	2001
1982	141	520	146	445	862	2114
1983	222	344	134	284	503	1487
1984	178	322	267	337	625	1729
1985	281	332	276	361	495	1745
1986	335	350	195	443	474	1797

Fonte: Secretaria ALADI.

QUADRO 6

BALANÇA COMERCIAL DO GRUPO ANDINO COM RESTO ALADI
SEM COMBUSTIVEIS (MILHÕES DOLARES)

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	-18	-29	1	-20	-57	-132
1971	-23	-38	0	-3	-58	-122
1972	-24	-26	2	0	-52	-101
1973	-16	-45	-7	-31	-162	-260
1974	-63	-45	-23	2	-180	-309
1975	-100	-30	-27	5	-249	-402
1976	-116	-73	-29	-95	-339	-652
1977	-113	-91	-45	6	-723	-965
1978	-88	-144	-49	-7	-702	-989
1979	-77	-168	-34	161	-594	-712
1980	-137	-155	-40	2	-454	-785
1981	-230	-293	-13	-264	-715	-1515
1982	-111	-450	-109	-310	-819	-1799
1983	-187	-263	-103	-148	-496	-1197
1984	-163	-223	-240	-199	-617	-1444
1985	-270	-261	-248	-215	-434	-1428
1986	-289	-240	-149	-295	-457	-1430

Fonte: Quadro anterior.

gml

//

//

QUADRO 7

BALANÇA COMERCIAL DO CHILE E DO PARAGUAI COM ALADI 1970-1986
COMERCIO GLOBAL E SEM COMBUSTIVEIS (MILHÕES DOLARES)

CHILE	EXPORT	IMPORT	SALDO	EXPORT SC	IMPOR SC	SALDO
1970	138	188	-50			
1975	390	424	-34			
1979	936	688	248	926	409	517
1980	1106	1386	-280	1097	929	168
1981	808	1510	-702	804	1081	-277
1982	700	824	-124	681	552	129
1983	449	762	-313	449	511	-62
1984	536	900	-364	534	624	-90
1985	534	784	-250	533	497	36
1986	666	732	-66	664	549	115

PARAGUAI	EXPORT	IMPORT	SALDO	EXPORT SC	IMPOR SC	SALDO
1970	25	17	8			
1975	62	84	-22			
1979	149	222	-73	149	182	-33
1980	141	298	-157	141	200	-59
1981	147	279	-132	147	217	-70
1982	165	317	-152	165	231	-66
1983	103	262	-159	103	200	-97
1984	127	291	-164	127	185	-58
1985	97	273	-176	97	183	-86
1986	152	268	-116	152	187	-35

Fonte: Secretaria ALADI.

gml

//

//

QUADRO 8

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR TOTAL DE PAÍSES ANDINOS

IMPORTAÇÕES

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	159	843	274	622	2202	4100
1971	170	929	340	753	2066	4258
1972	173	859	319	796	2441	4588
1973	230	1062	397	1024	2816	5529
1974	366	1597	678	1514	4347	8502
1975	575	1495	987	2378	6107	11542
1976	594	1708	958	1954	6911	12125
1977	586	2028	1189	1764	11225	16792
1978	769	2836	1505	1356	12195	18661
1979	842	3233	1600	1476	11051	18202
1980	744	4663	2253	2915	12250	22825
1981	917	5199	1921	4108	13561	25706
1982	554	5478	2424	3296	13397	25149
1983	577	4968	1507	2254	6654	15960
1984	484	4492	1716	1882	7724	16298
1985	691	4131	1690	1564	7865	15941
1986	797	3852	1810	2424	8590	17473
1987	689	4322	1761	3096	8548	18416

EXPORTAÇÕES

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA	GRAN
1970	190	736	190	1048	3181	5345
1971	181	690	199	893	3037	5000
1972	201	866	326	944	2947	5284
1973	261	1177	532	1050	4568	7588
1974	556	1417	1124	1534	11190	15821
1975	445	1465	974	1315	8976	13175
1976	566	1745	1258	1304	9358	14231
1977	634	2443	1436	1666	9527	15706
1978	627	3038	1557	1820	9178	16220
1979	762	3300	2104	3390	14177	23733
1980	1037	3945	2481	3864	19016	30343
1981	984	2956	2168	3155	20099	29362
1982	899	3095	2237	3227	16293	25751
1983	841	3081	2226	3017	14494	23659
1984	782	3483	2583	3131	15928	25907
1985	673	3552	2905	2842	14304	24276
1986	640	5108	2186	2510	8727	19171
1987	567	4644	2007	2599		

Fonte: JUNAC, Sistema Subr. Estatístico, "Comércio Exterior 1970-1980"
 JUNAC "Estatística Agropecuária Andina 1980-1984", J/UI.ES/26/R.2
 JUNAC "Estatística Agropecuária Andina 1982-1986", J/UI.ES/26/R.3
 JUNAC "Indicadores Mensais, Feb. 1988", J/UI.ES/041 R.1

gml

//

//

QUADRO 9

SALDO DO COMERCIO EXTERIOR GLOBAL DE PAISES ANDINOS
EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES

PERÍODO	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA
70	31	-107	-84	426	979
71	11	-239	-141	140	971
72	28	7	7	148	506
73	31	115	135	26	1752
74	190	-180	446	20	6843
75	-130	-30	-13	-1063	2869
76	-28	37	300	-650	2447
77	48	415	247	-98	-1698
78	-142	202	52	464	-3017
79	-80	67	504	1914	3126
80	293	-718	228	949	6766
81	67	-2243	247	-953	6538
82	345	-2383	-187	-69	2896
83	264	-1887	719	763	7840
84	298	-1009	867	1249	8204
85	-18	-579	1215	1278	6439
86	-157	1256	376	86	137
87	-122	322	246	-497	

Fonte: Quadro anterior.

QUADRO 10

COMERCIO EXTERIOR GLOBAL DO CHILE E DO PARAGUAI 1970-1986

Milhões dólares

CHILE PERÍODO	PARAGUAI			BALANÇA COMERC.				
	EXPORTAÇ FOB	IMPORTAÇ CIF	BALANÇA COMERC.		PERÍODO	EXPORTAÇ FOB	IMPORTAÇ FOB	BALANÇA COMERC.
70	1113	941	172	70	65	77	-11	
71	1000	980	20	71	67	83	-16	
72	851	941	-90	72	86	79	7	
73	1316	1098	218	73	128	127	1	
74	2152	1911	241	74	173	198	-25	
75	1590	1338	252	75	188	227	-39	
76	2116	1643	473	76	202	236	-34	
77	2186	2259	-73	77	327	360	-33	
78	2460	3002	-542	78	356	432	-76	
79	3835	4218	-383	79	385	577	-193	
80	4705	5124	-419	80	400	675	-275	
81	3836	6364	-2528	81	399	772	-374	
82	3706	3529	177	82	396	711	-315	
83	3831	2754	1077	83	326	551	-225	
84	3650	3191	459	84	361	649	-288	
85	3804	2743	1061	85	324	516	-192	
86	4199	2914	1285	86	272	811	-539	

Fonte: FMI, "Estatísticas Financeiras Internacionais: Anuário 1987".

:ml

//

QUADRO 11

TIPOS DE CÂMBIO DE PAÍSES ANDINOS 1970-1988 (MOEDA NACIONAL/DO)

	bolívia	colômbia	equador	peru I	peru 2	venezue 1	venezue 2
1970	11.88	18.44	20.92	0.038	0.038	4.450	4.450
1971	11.88	19.93	25.00	0.038	0.038	4.447	4.447
1972	13.29	21.87	25.00	0.038	0.038	4.400	4.400
1973	20.00	23.64	25.00	0.038	0.038	4.305	4.305
1974	20.00	26.06	25.00	0.038	0.038	4.285	4.285
1975	20.00	30.93	25.00	0.038	0.038	4.285	4.285
1976	20.00	34.69	25.00	0.060	0.060	4.290	4.290
1977	20.00	36.78	25.00	0.080	0.080	4.293	4.293
1978	20.00	39.10	25.00	0.160	0.160	4.293	4.293
1979	20.39	42.55	25.00	0.220	0.220	4.293	4.293
1980	24.51	47.28	25.00	0.290	0.290	4.293	4.293
1981	24.51	54.49	25.00	0.420	0.420	4.293	4.293
1982	63.81	64.09	30.03	0.700	0.700	4.293	4.293
1983	229.78	78.85	44.12	1.630	1.630	4.293	4.293
1984	2177.78	100.82	62.54	3.470	3.470	6.000	12.655
1985	441900	142.31	69.56	10.970	17.380	6.000	13.759
1986	1922000	194.26	122.78	13.950	18.450	7.500	15.783
1987	2062500	241.39	159.05	15.810	25.890	7.500	28.847
1988	2210000	265.82	244.5	15.940	62.000	7.500	30.910

Fontes: "FMI, "Estatísticas financeiras internacionais".
JUNAC, "Indicadores mensais, janeiro/1988".

Nota: Para o Peru, remete-se ao tipo de câmbio financeiro de 1985.
Para a Venezuela, as taxas secundária e terciária em vigor desde 1984.
Os tipos de câmbio são médias do período exceto para 1987 e 1988 que são cotações para junho e janeiro respectivamente.

QUADRO 12

ÍNDICE PREÇOS CONSUMIDOR EM PAÍSES ANDINO E EUA (1980 = 100)

	<u>bolívia</u>	<u>colômbia</u>	<u>equador</u>	<u>peru</u>	<u>venezuela</u>	<u>EUA</u>
1970	18	14.7	30.6	7.2	44.7	46.1
1971	18	16.1	33.1	7.6	46.1	49.1
1972	20	18.2	35.7	8.2	47.4	50.8
1973	26	22	40.4	9	49.4	53.9
1974	42	27.4	49.8	10.5	53.5	59.8
1975	46	33.6	57.4	13	58.9	65.3
1976	48	40.4	63.6	17.3	63.4	69.1
1977	51	53.8	71.9	23.9	68.4	73.6
1978	57	63.4	80.2	37.7	73.2	79.2
1979	68	79	88.5	62.8	82.3	88.1
1980	100	100	100	100	100	100
1981	129	127.5	116.4	175.4	116.2	110.4
1982	300	158.8	135.3	288.4	127.3	117.1
1983	1107	190.2	200.8	609	135.3	120.9
1984	15294	220.8	253.6	1280.2	151.8	126.1
1985	1812000	273.9	337.3	3372	169.1	130.5
1986	6820000	325.7	415	5999.5	188.6	133.1
1987	7786000	400.6	535.3	10329	238	137.8
1988	8075000	448.8	636.1	17836.3	280.5	137.8

onnte: FMI, "Estatísticas financeiras internacionais", para o IPC para 1987 cor
esponde a junho. O IPC para janeiro 1988.
JNAC, "Indicadores mensais janeiro/1988".

QUADRO 13

TIPOS CAMBIO PARIDADE EM PAISES ANDINOS (MOEDA NACIONAL/DOLAR)

	bolívia	colômbia	equador	peru 1	peru 2	venezuela	venezuela 2
1970	916	15.076	18.878	0.045	0.045	4.606	4.606
1971	9.0	15.503	19.173	0.045	0.045	4.460	4.460
1972	9.6	16.939	19.987	0.047	0.047	4.433	4.433
1973	11.8	19.298	21.317	0.048	0.048	4.354	4.354
1974	17.2	21.663	23.685	0.051	0.051	4.250	4.285
1975	17.3	24.328	25.000	0.058	0.058	4.285	4.285
1976	17.0	27.643	26.177	0.073	0.073	4.359	4.359
1977	17.0	34.561	27.784	0.094	0.094	4.415	4.415
1978	17.6	37.848	28.800	0.138	0.160	4.391	4.391
1979	18.9	42.396	28.570	0.207	0.220	4.438	4.438
1980	24.5	47.280	28.441	0.290	0.290	4.751	4.751
1981	28.6	54.603	29.996	0.461	0.461	5.000	5.000
1982	62.8	64.117	32.861	0.714	0.714	5.164	5.164
1983	224.4	74.381	47.237	1.461	1.630	5.316	5.316
1984	2972.7	82.787	57.197	2.944	3.470	5.719	12.655
1985	340322.8	99.234	73.510	7.493	17.380	6.156	13.758
1986	1255884	115.896	88.677	13.072	18.450	6.732	15.783
1987	1384868	137.448	110.481	21.737	25.890	8.205	28.847
1988	1436272	153.986	131.286	37.536	62.000	9.670	30.91

Fonte: Estimados a partir de tipos oficial e índices de inflação.

Para o Peru e a Venezuela se consigna o tipo de câmbio inflacionário ou dos bancos comerciais quanto este seja superior ao tipo paridade.
O ano base do cálculo é 1980 para a Bolívia, Colômbia, Peru e 1975 para o Equador e a Venezuela.

QUADRO 14

TIPOS DE CÂMBIO DO CHILE E DO PARAGUAI 1970-1986

PERÍODO	CHILE PESOS/\$	PARAGUAI GUARANT/\$
70	0.012	126
71	0.012	126
72	0.019	126
73	0.111	126
74	0.332	126
75	4.911	126
76	13.054	126
77	21.529	126
78	31.656	126
79	37.246	126
80	39.000	126
81	39.000	126
82	50.909	126
83	78.842	126
84	98.656	201
85	161.001	307
86	193.016	339

Fonte: FMI, "Estatísticas financeiras internacionais".

QUADRO 15

ÍNDICE DE PREÇOS DO CHILE, PARAGUAI E EUA

PERÍODO	CHILE 1982=100	PARAGUAI 1970=100	EUA 1980=100	EUA 1982=100	EUA 1970=100
70		100.0	46.1	39.4	100.0
71		112.9	49.1	41.9	106.5
72		133.7	50.8	43.4	110.7
73		184.6	53.9	46.0	118.3
74		240.8	59.8	51.1	120.7
75	5.0	277.3	65.3	55.8	141.6
76	15.7	280.4	69.1	59.0	149.9
77	30.1	302.9	73.6	62.9	150.7
78	42.2	341.7	79.2	67.6	171.8
79	56.2	431.5	88.1	75.2	191.1
80	76.0	465.1	100.0	85.4	216.9
81	91.0	521.9	110.4	94.3	230.5
82	100.0	539.9	117.1	100.0	254.0
83	127.3	658.7	120.9	103.2	262.3
84	152.5	844.7	126.1	107.7	273.5
85	199.3	1042.7	130.5	111.4	283.1
86	238.1		133.1	113.7	288.7

Fonte: FMI, "Estatísticas financeiras internacionais".

//

QUADRO 16

TIPOS CÂMBIO PARIDADE DO CHILE E DO PARAGUAI

PERÍODO	CHILE BASE 1982	PARAGUAI BASE 1970
70		126.0
71		133.5
72		152.9
73		198.9
74		233.9
75	4.6	246.7
76	13.5	235.7
77	24.4	239.0
78	31.7	250.6
79	38.0	284.5
80	45.3	270.2
81	49.1	274.6
82	50.9	267.8
83	62.8	316.4
84	72.1	389.1
85	91.1	464.1
86	106.7	

Fonte: Quadros anteriores.

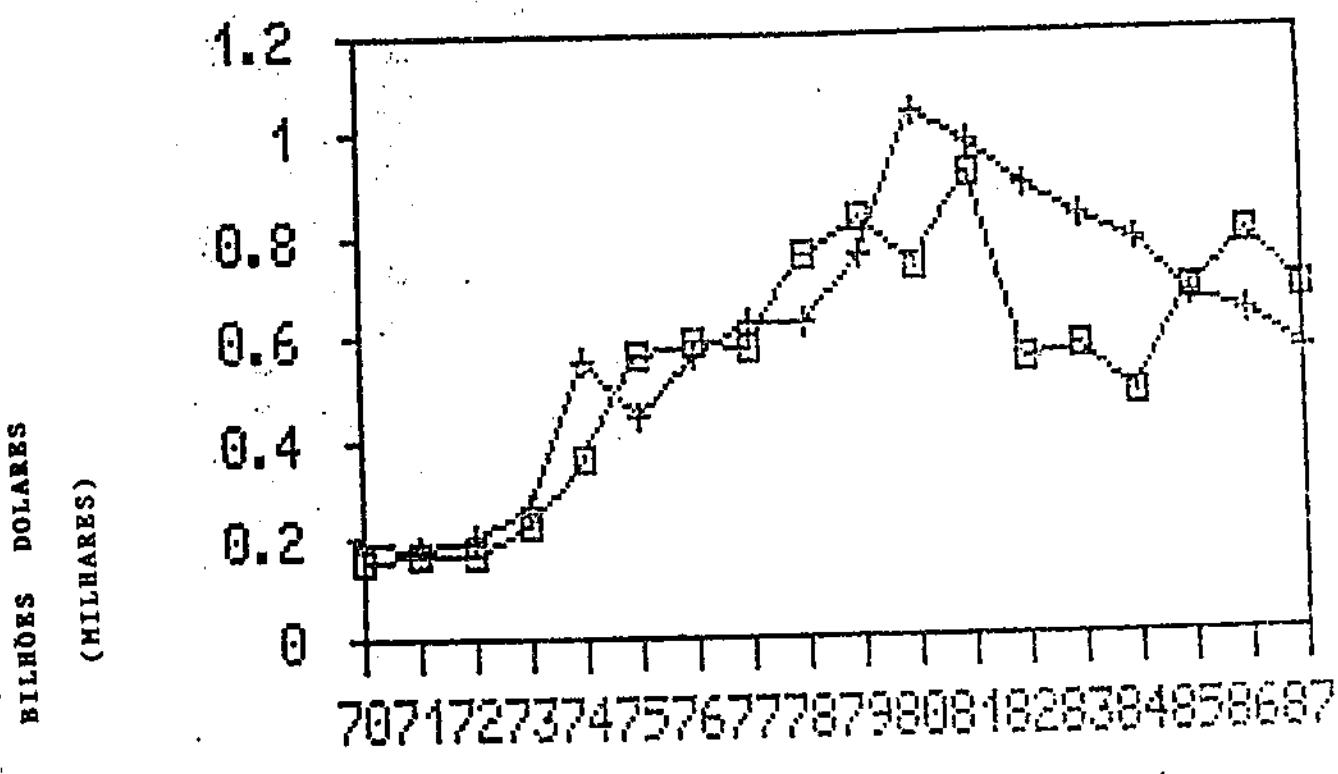
gml

//

GRÁFICO A1

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

BOLIVIA, 1980-1987



□ IMPORTAÇÕES + EXPORTAÇÕES

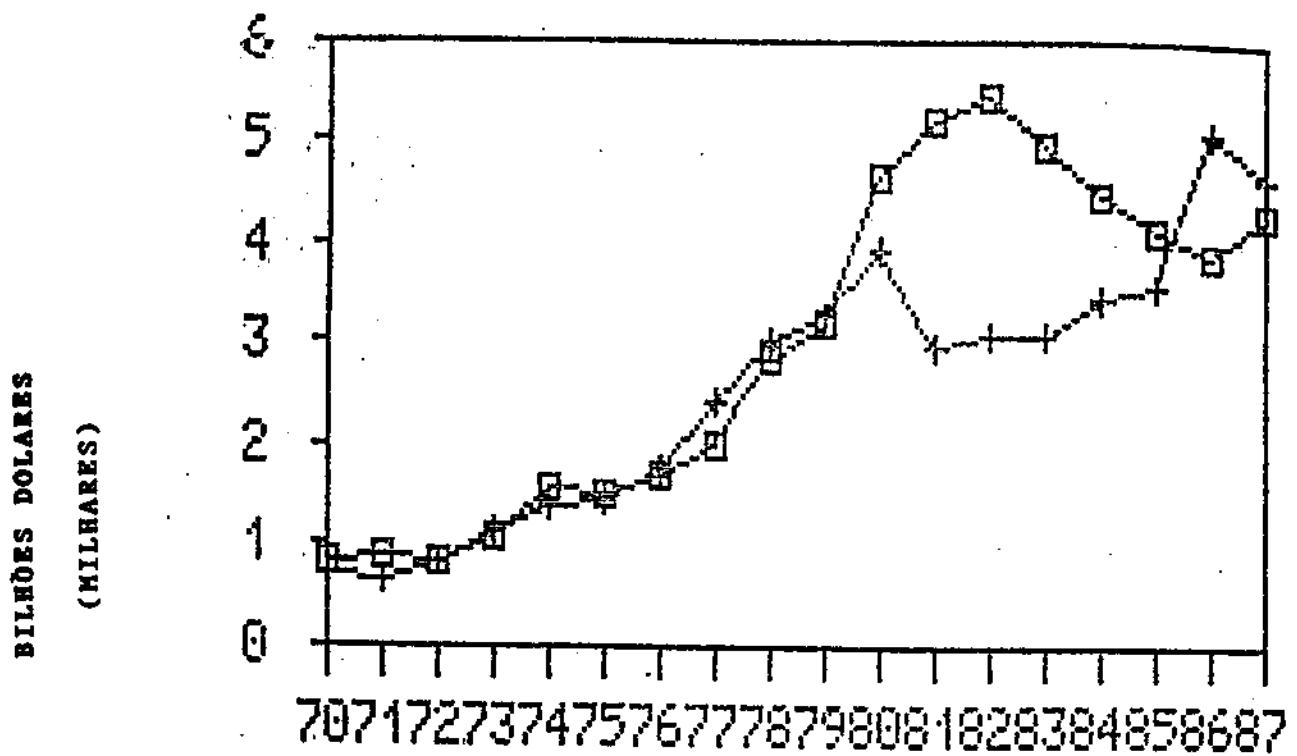
BOLIVIA

MAIN

GRÁFICO A2

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

COLOMBIA, 1970-1987



■ IMPORTAÇÕES + EXPORTAÇÕES

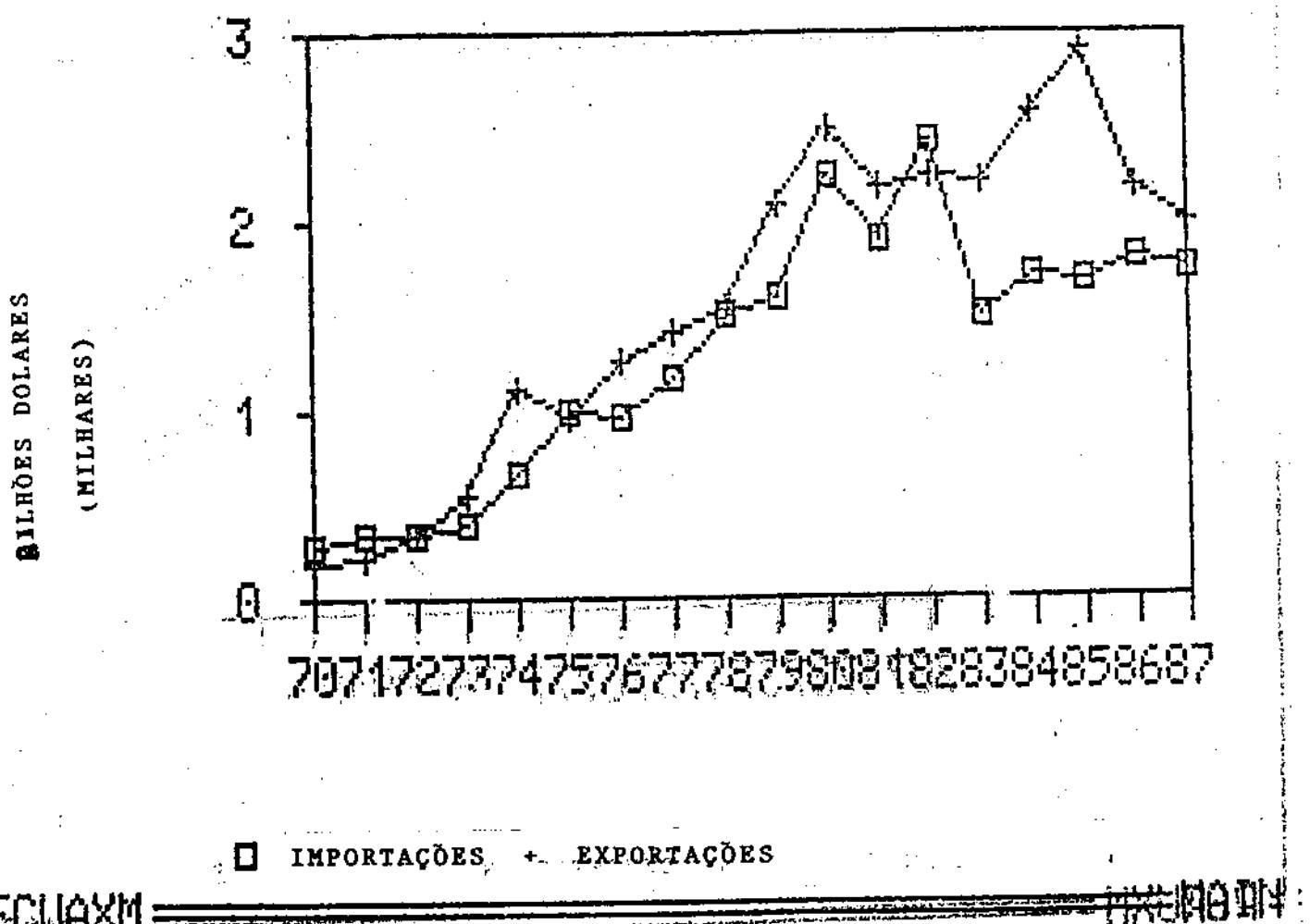
= COLXM =

MAIN

GRÁFICO A3

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

EQUADOR, 1970-1987



EQUADOR

GRÁFICO M4

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

PERU, 1970-1987

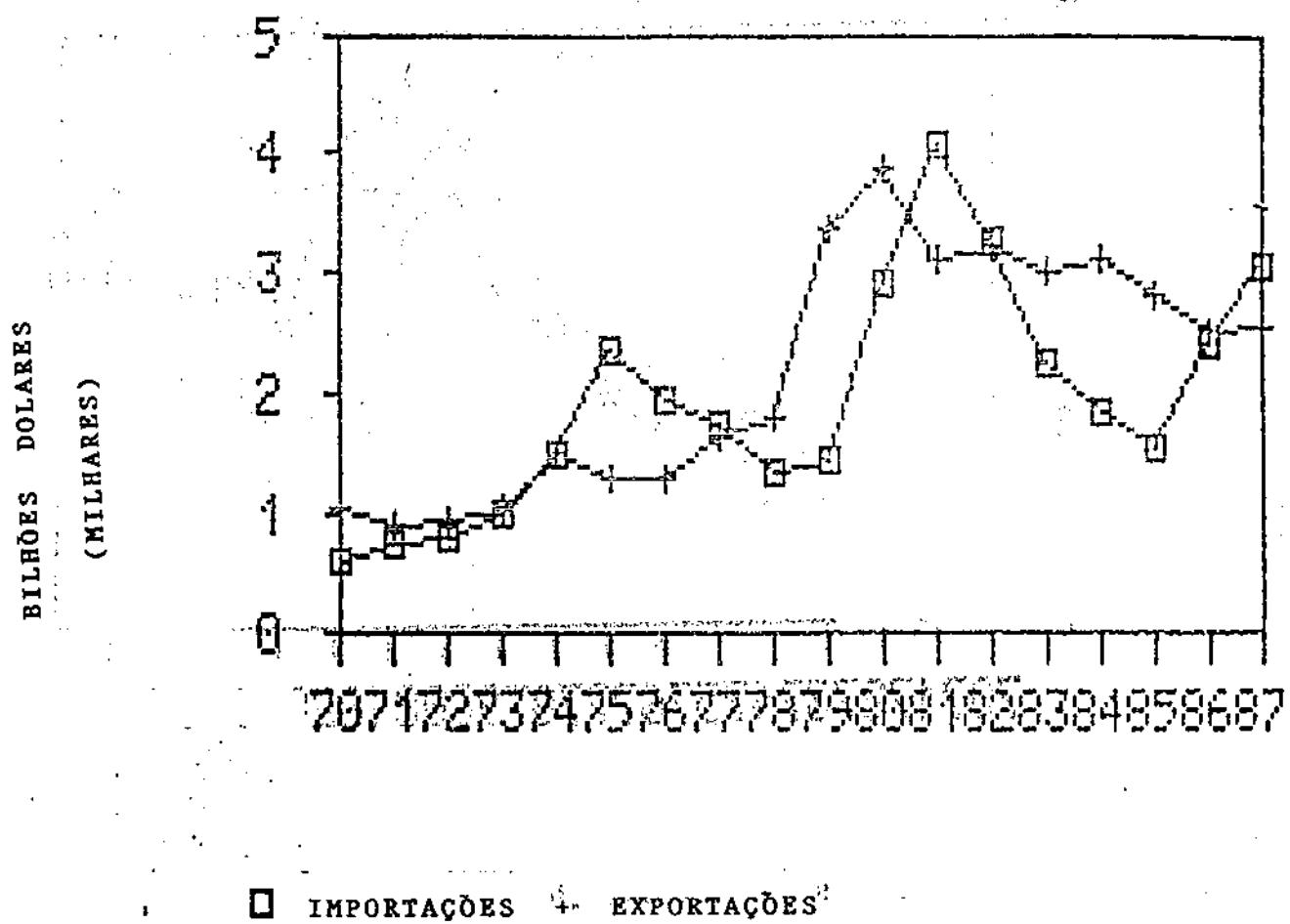


GRÁFICO AS

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

VENEZUELA, 1970-1987

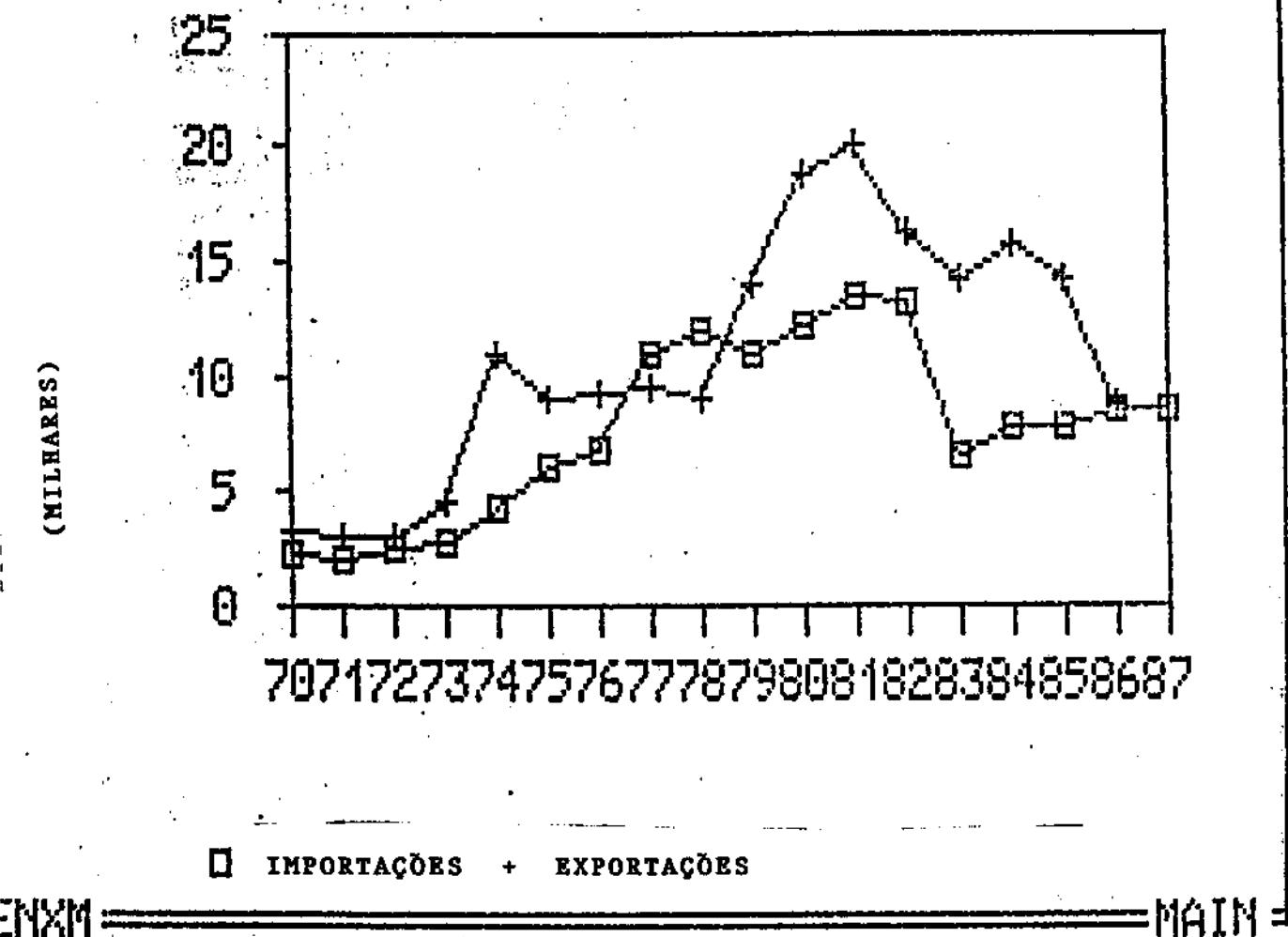
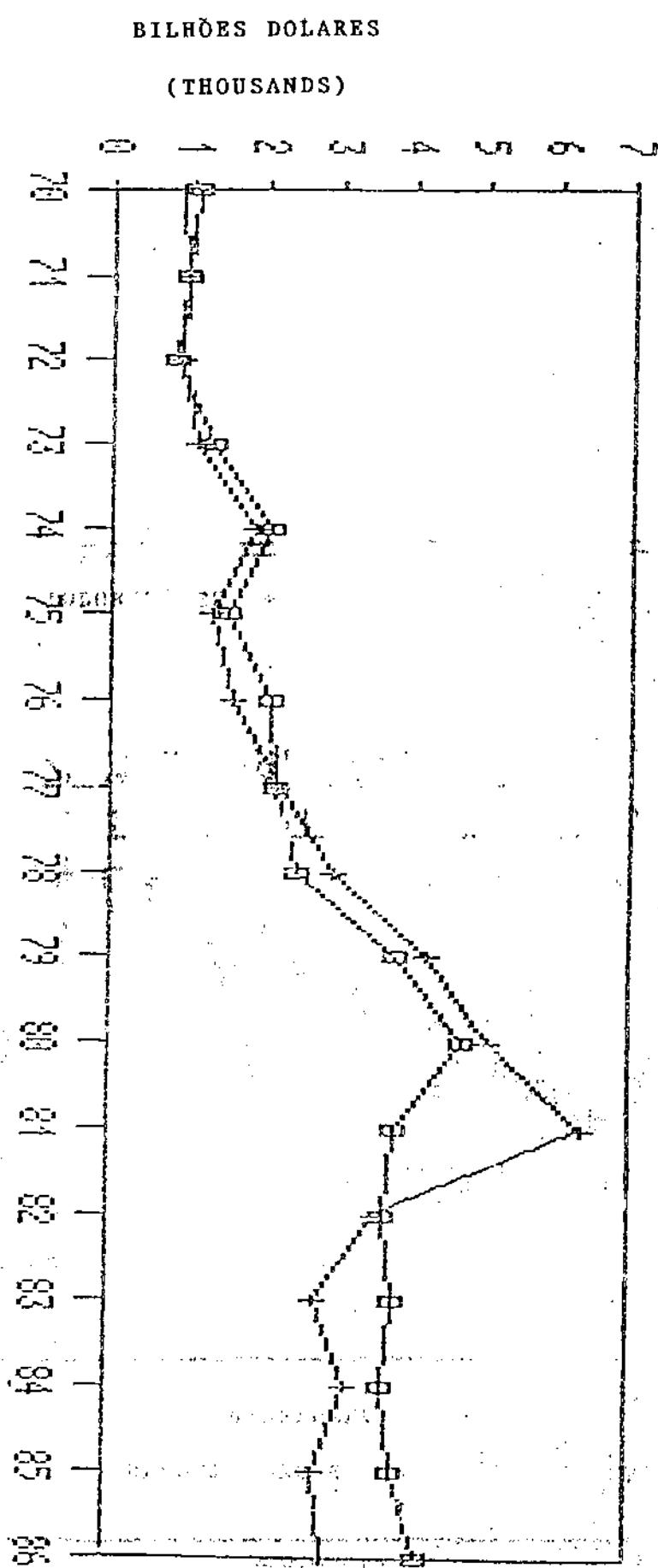


GRÁFICO A6

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

CHI. 1970-1986

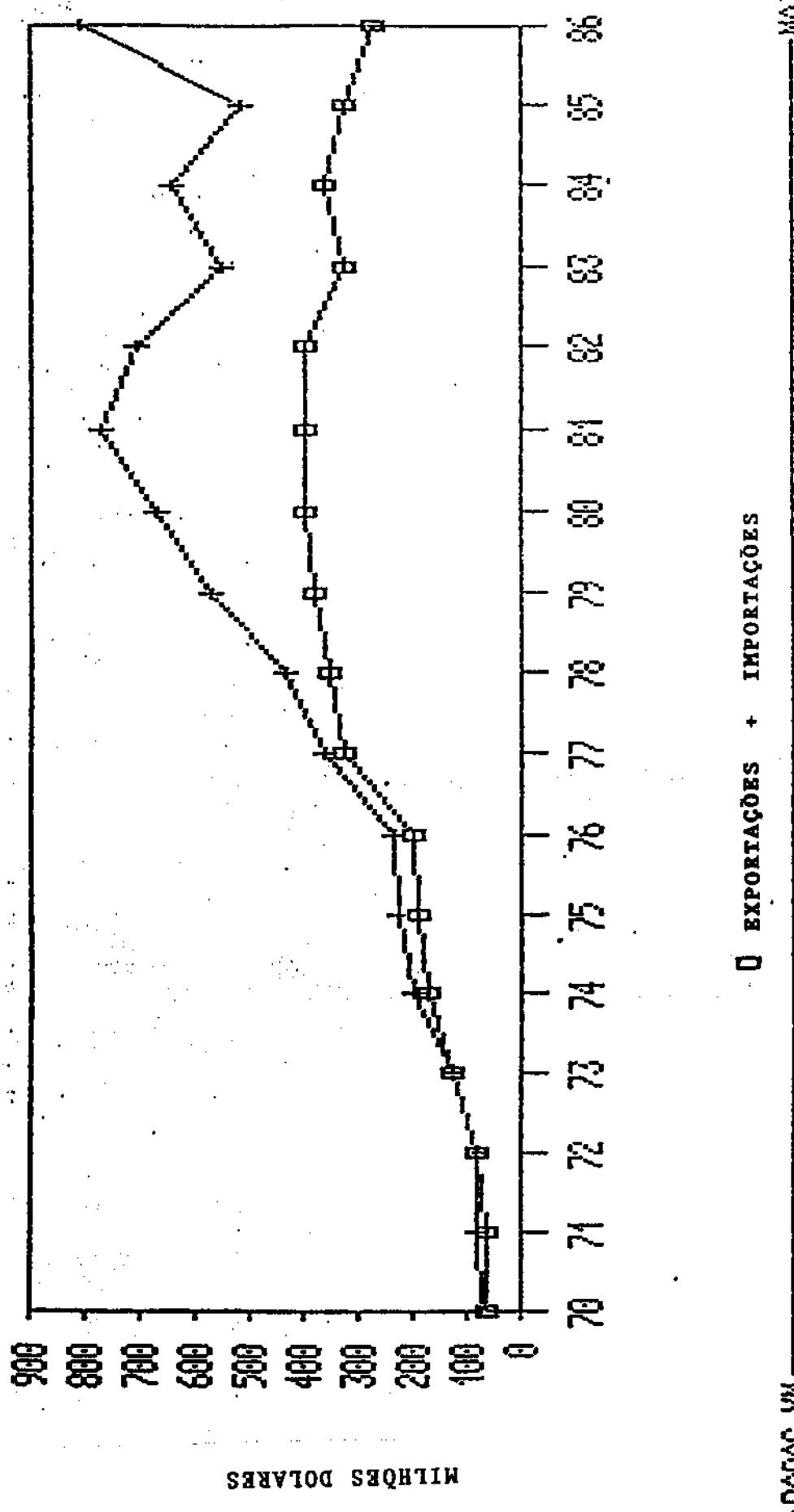


CHILE, AN
= MAIN =

GRÁFICO A7

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES GLOBAIS

PARAGUAI, 1970-1986



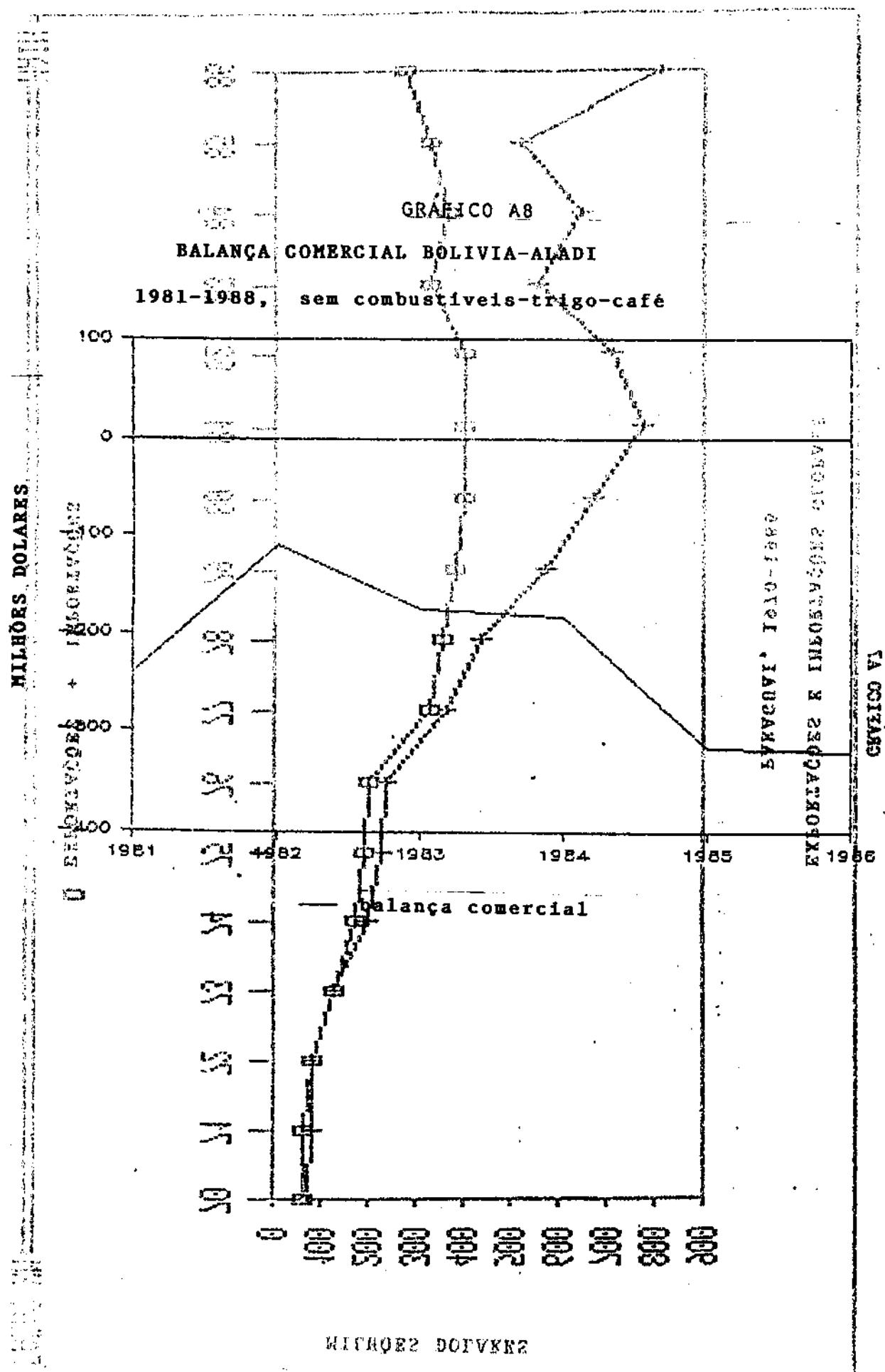


GRÁFICO A9
BALANÇA COMERCIAL COLOMBIA-ALADI
1981-1988, sem combustíveis-trigo-café

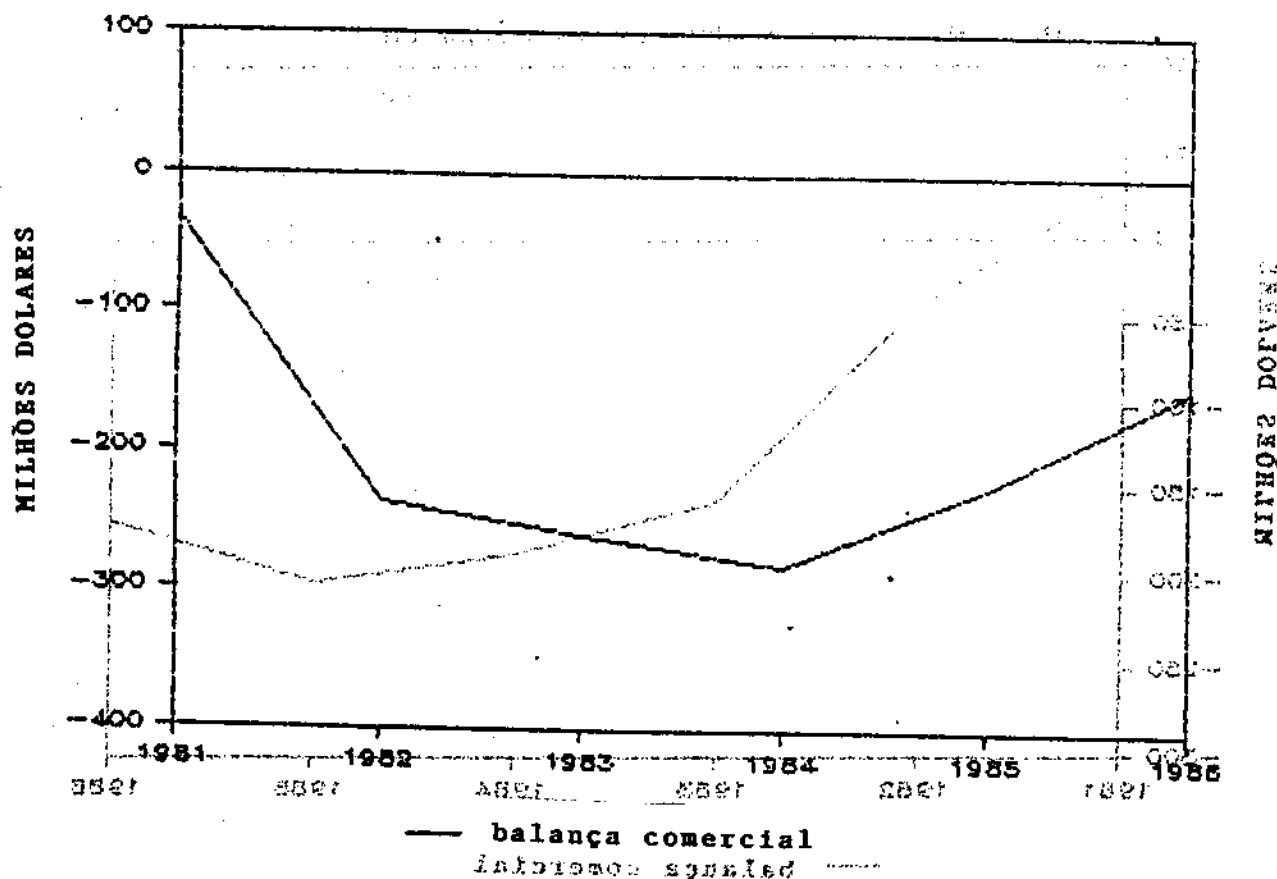


GRÁFICO A10

BALANÇA COMERCIAL EQUADOR-ALADI

1981-1988, sem combustíveis-trigo-café

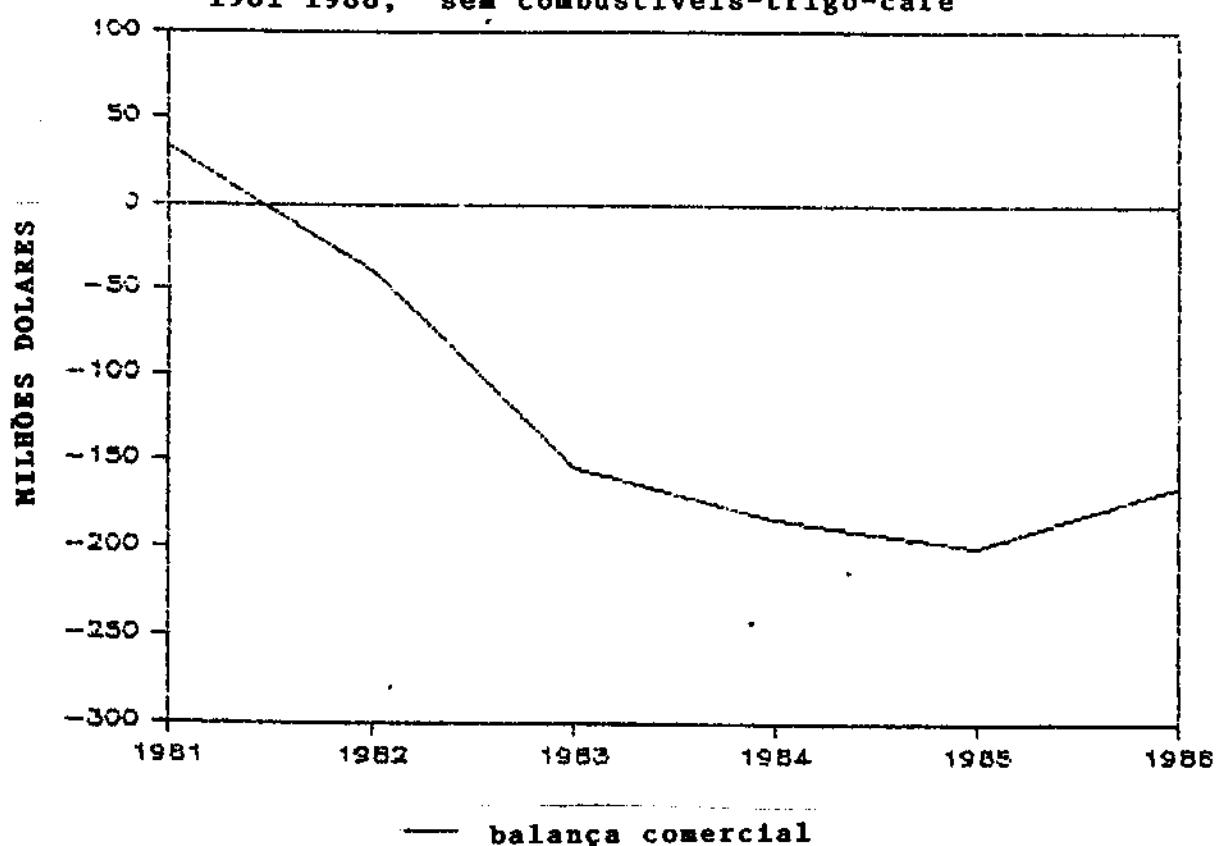


GRAFICO A11

BALANÇA COMERCIAL PERU-ALADI

1981-1988, sem combustíveis-trigo-café

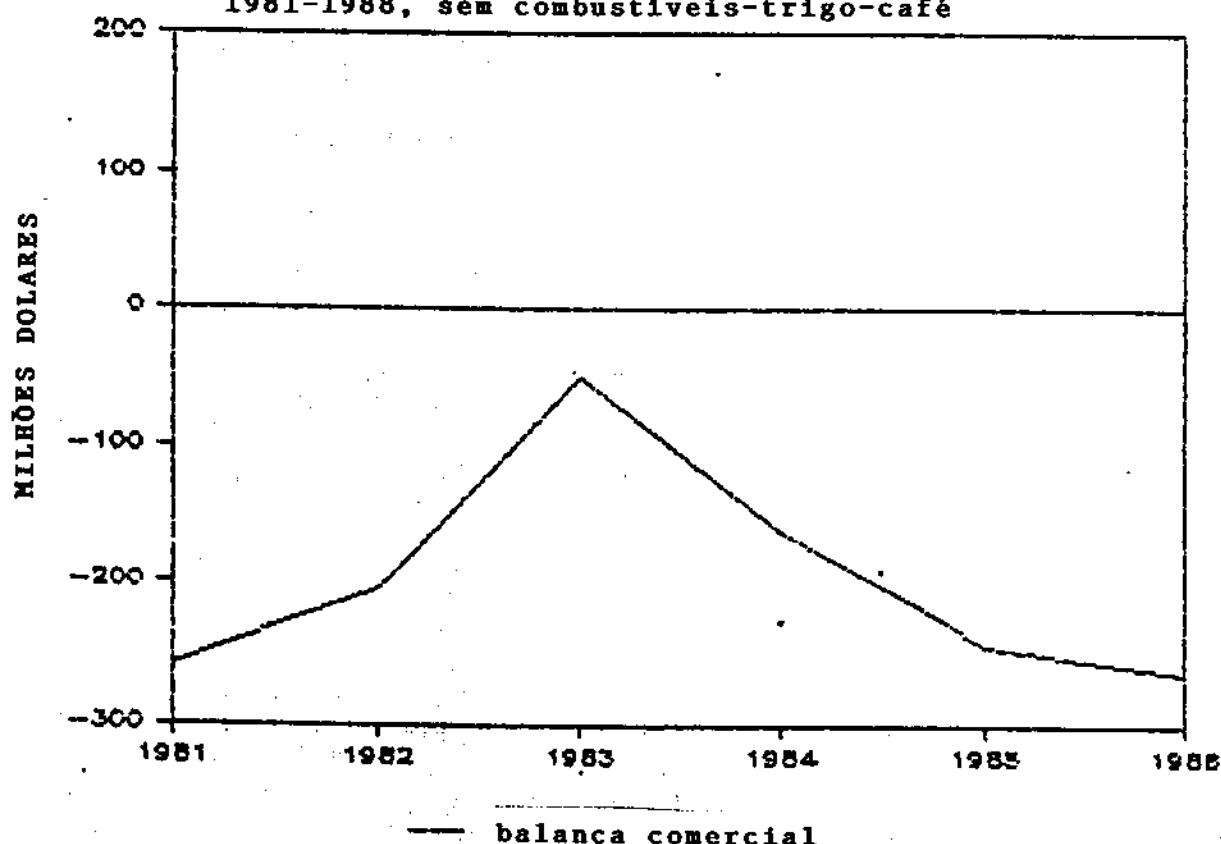
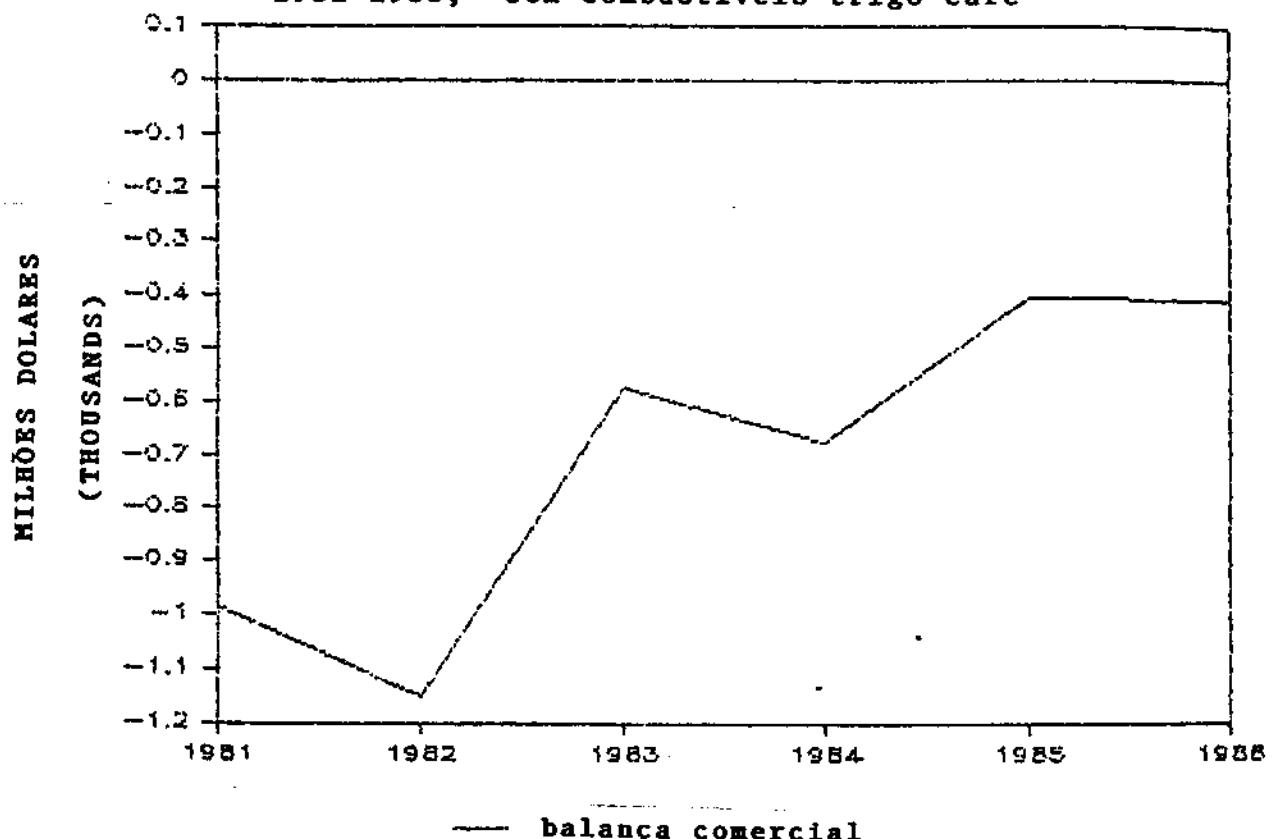


GRÁFICO A12

BALANÇA COMERCIAL VENEZUELA-ALADI

1981-1988, sem combustíveis-trigo-café



ANEXO CAPITULO II

//

GRÁFICO +1

OFERTA EXPORTAÇÕES PAÍSES DEFICITÁRIOS

número posições NALADI

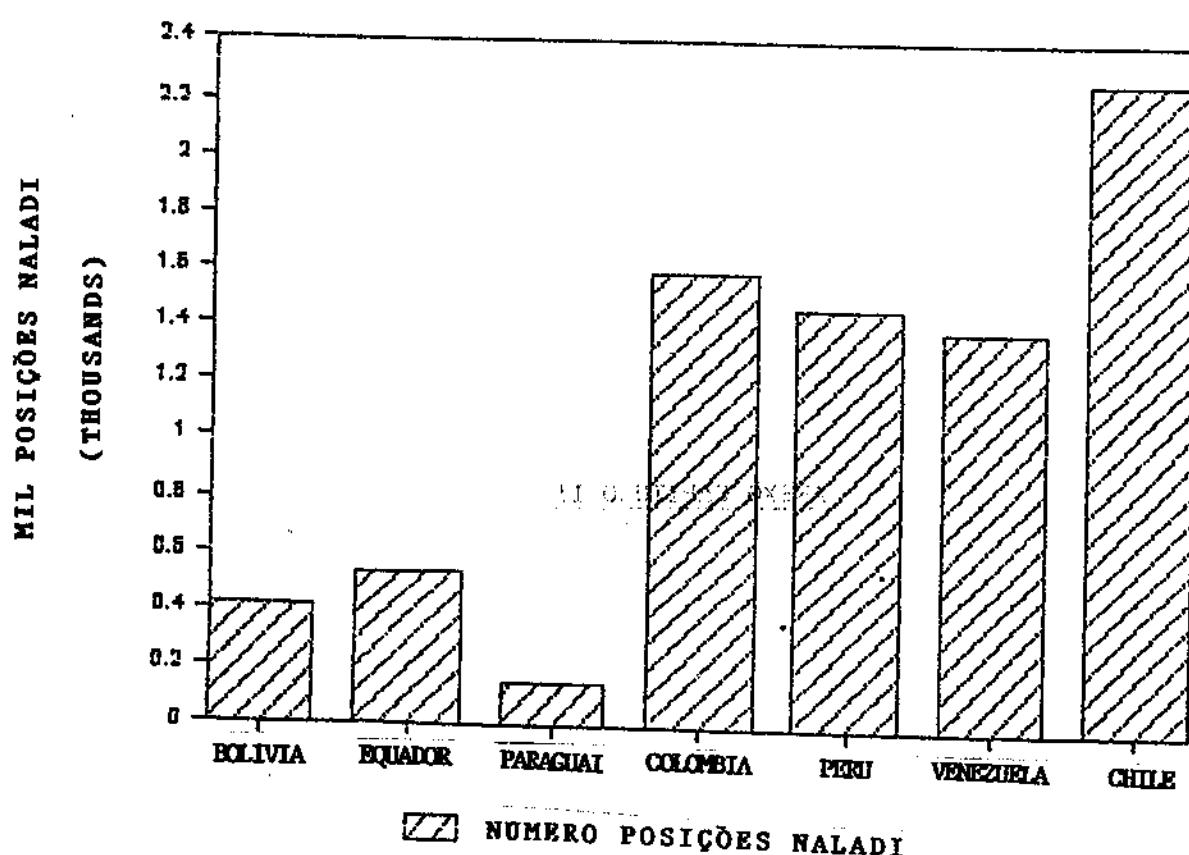


GRÁFICO 2

OFERTA EXPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

EM PAÍSES DEFICITARIOS

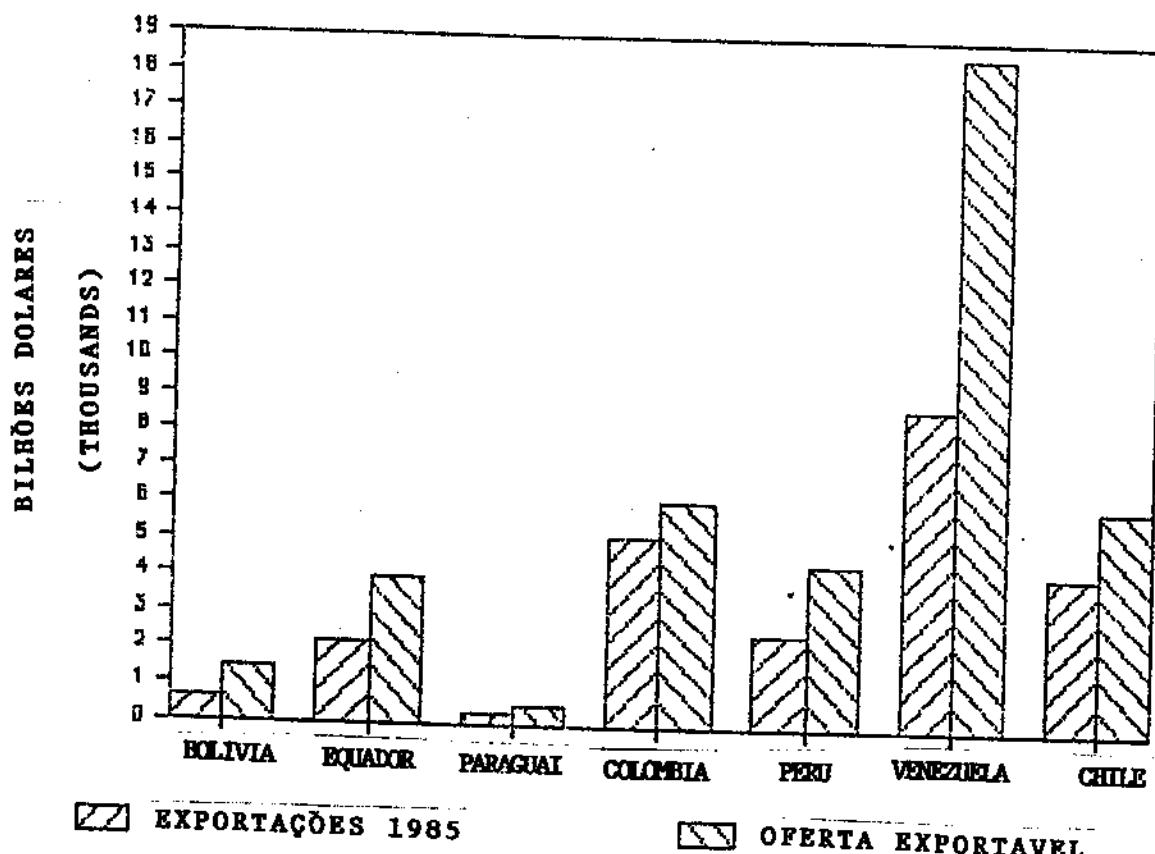


GRÁFICO 3

OFERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

EXPORTAÇÕES POR NÚMERO

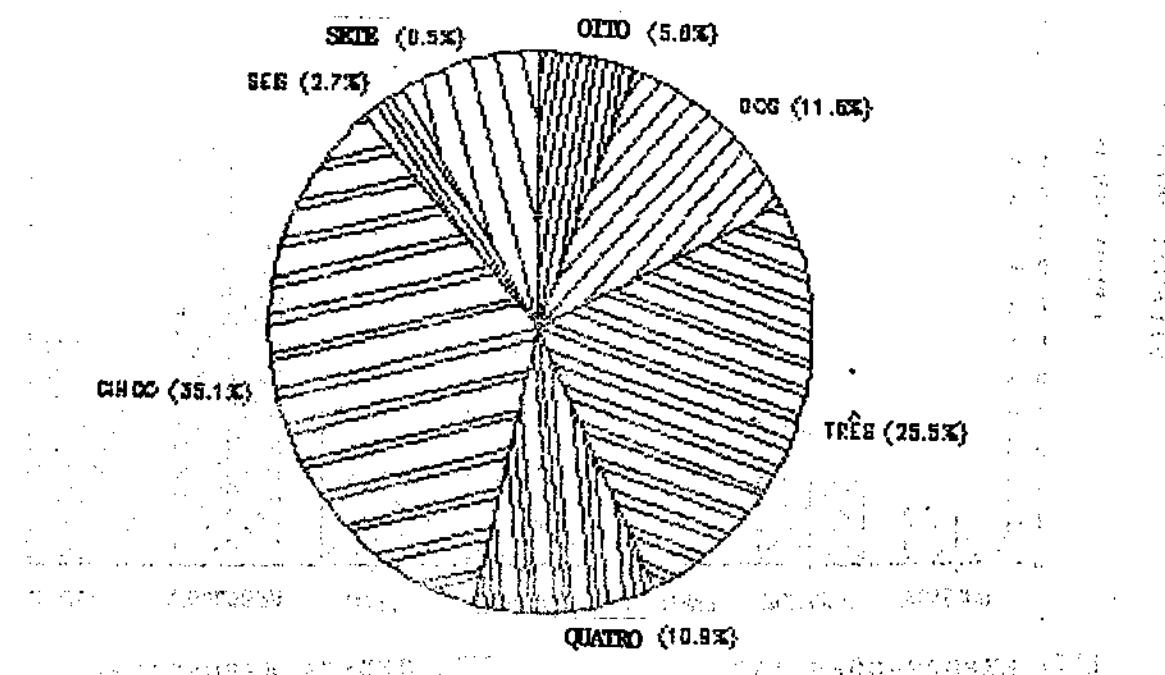


GRÁFICO 4

OFERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

ESTRUTURA OFERTA BOLIVIA

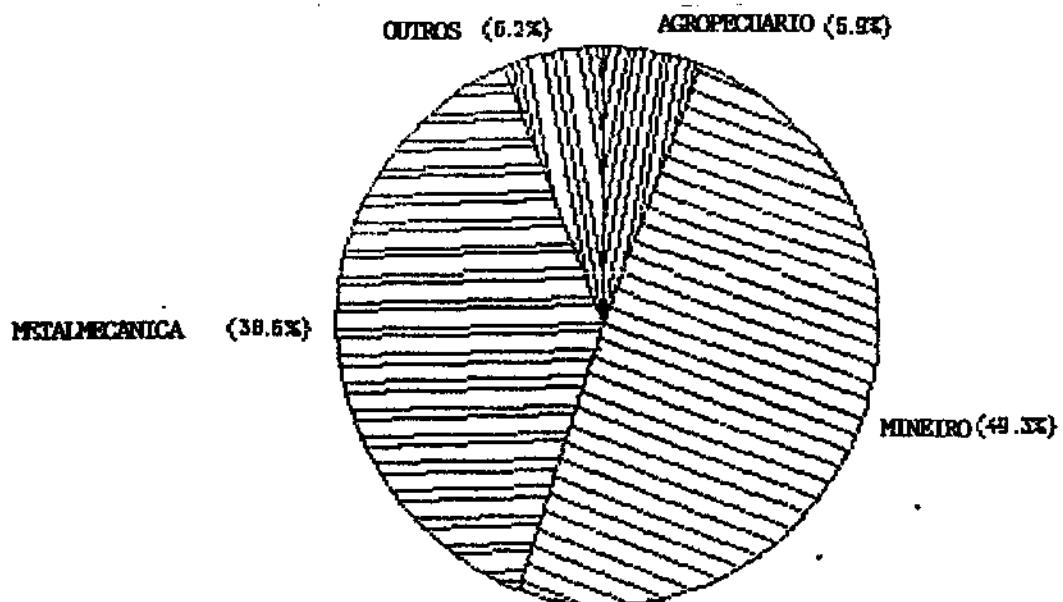


GRÁFICO 5

OFERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

ESTRUTURA OFERTA COLOMBIA

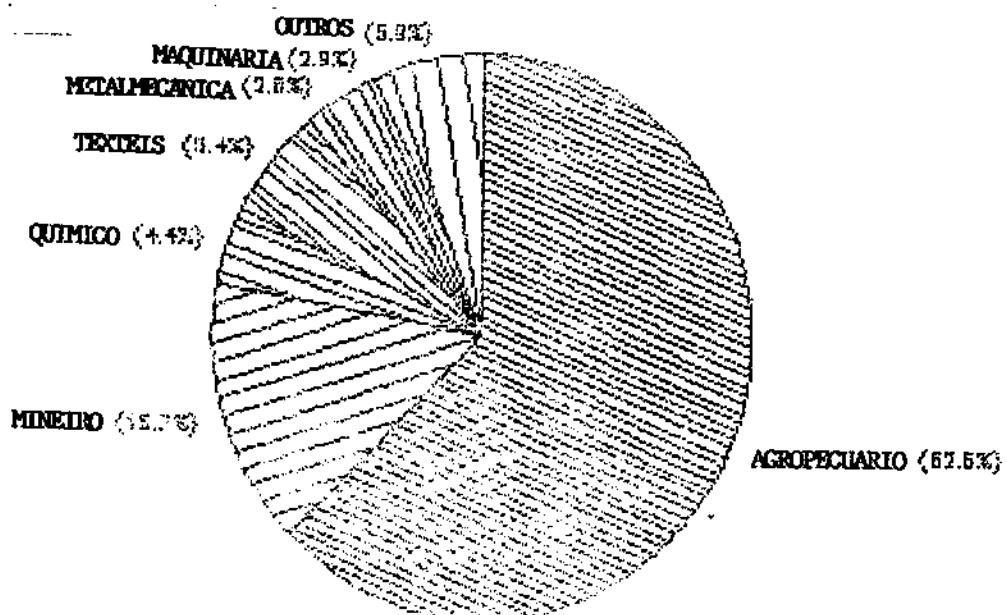


GRÁFICO 6

OFERTA EXPORTABLE PAISES DEFICITARIOS

ESTRUCTURA OFERTA CHILE

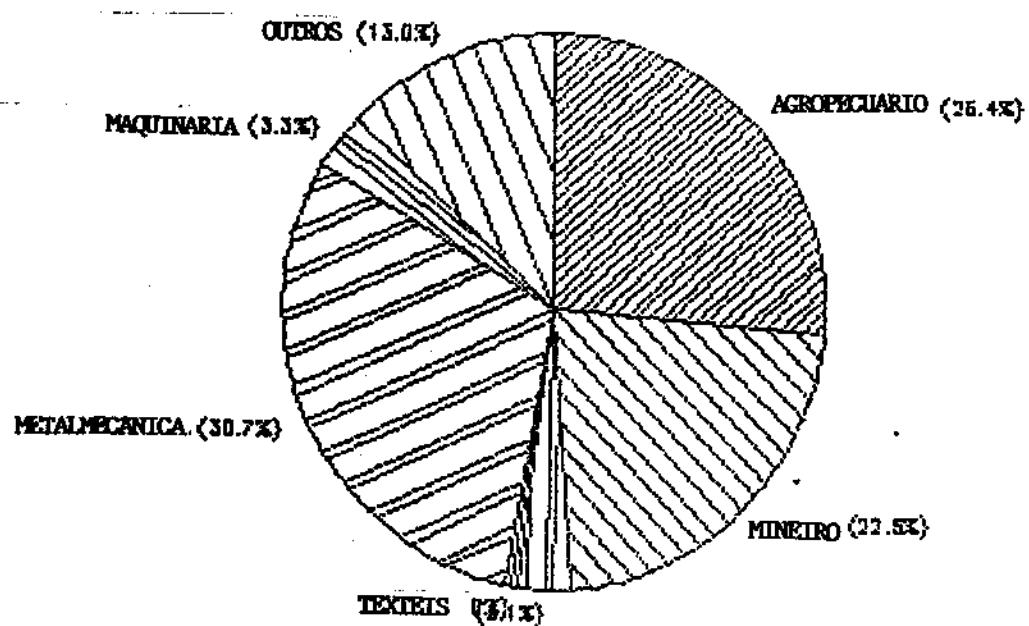


GRÁFICO 7

OFERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

ESTRUTURA OFERTA EQUADOR

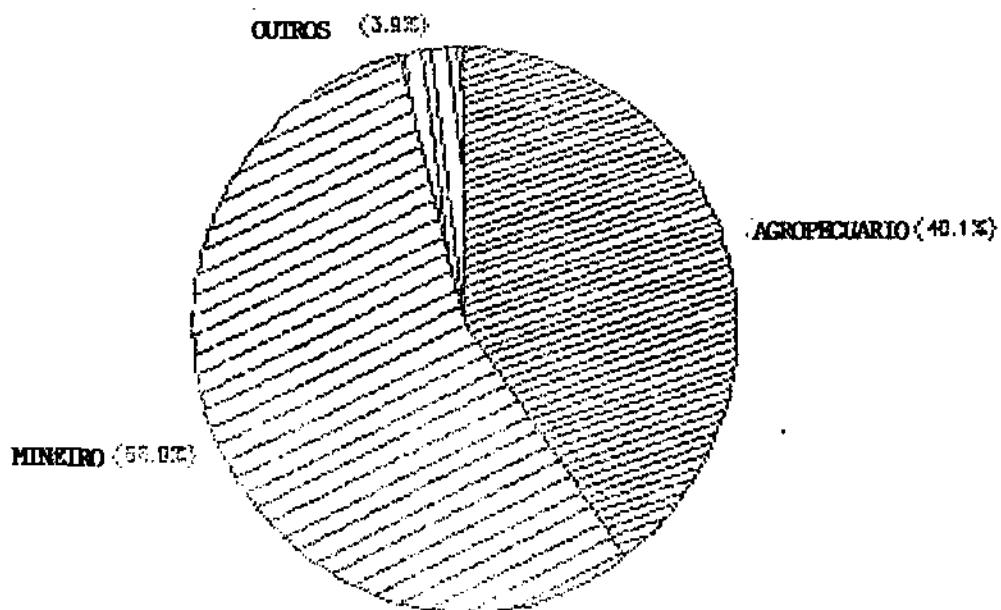


GRÁFICO 8

OFERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

ESTRUTURA OFERTA PARAGUAI

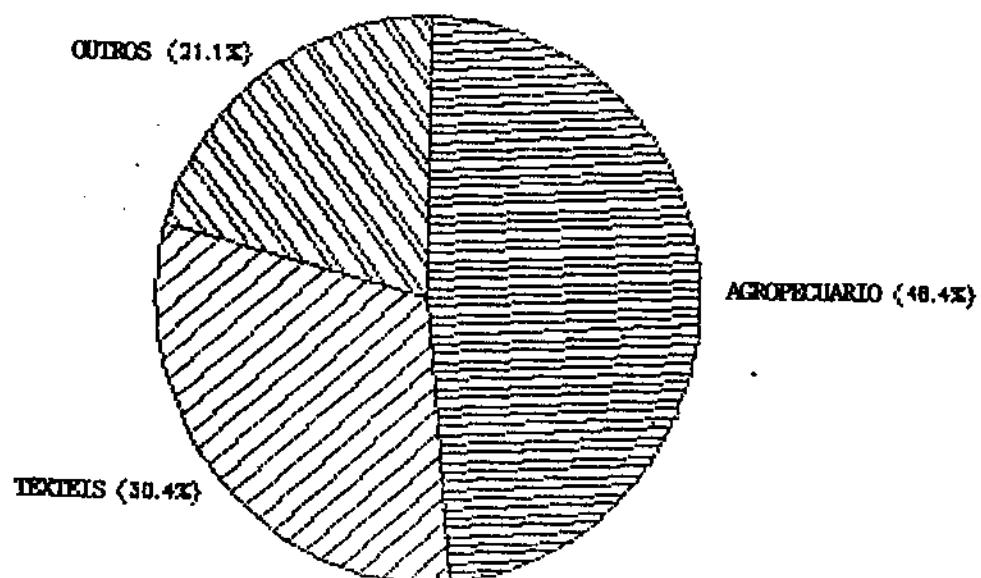


GRÁFICO 9

OFERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

ESTRUTURA OFERTA PERU

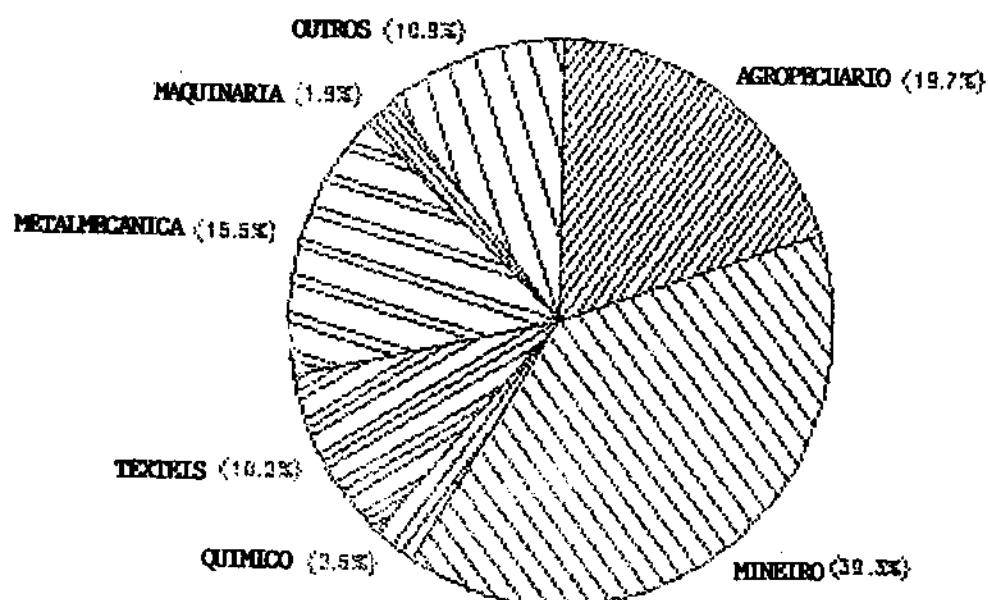
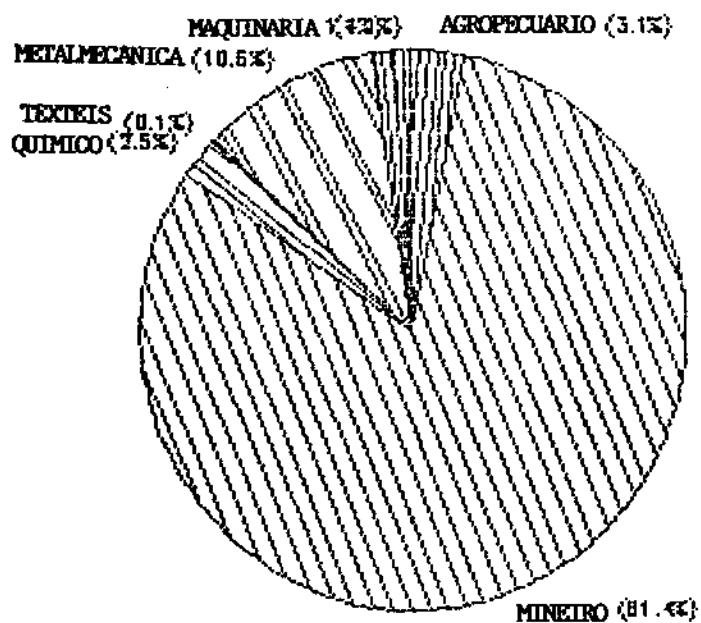


GRÁFICO 10

OPERTA EXPORTAVEL PAISES DEFICITARIOS

ESTRUTURA OFERTA VENEZUELA



QUADRO No. 3.1

OPERTA EXPORTAVEL BOLIVIA

(Milhares dólares)

POSIÇÕES
NALADI

DESCRIÇÃO

VALOR

2711099		393939
8002101		265908
8002201		265908
2601900		77201
2601901		77201
2601902		77201
2601909		77201
2601981		77201
2709001		71799
2601930		58608
2601931		42955
2601932		42955
2601933		42955
2601934		42955
2601939		42955

Fonte: Estimados a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO N°. 3.2

OFERTA EXPORTAVEL COLOMBIA

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRIÇÃO	VALOR
901101		2988310
2710202		445160
2709001		200666
801002		199843
2701101		184526
2701102		184526
603001		148541
5501001		93419
1701103		76881
2102101		72565

Fonte: Estimado a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO N°. 3.3

OFERTA EXPORTAVEL CHILE

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRICAÇÃO	VALOR
7401301		1066062
2301102		323354
7401201		322392
7401202		322392
2601401		284071
2601402		284071
2601403		284071
2601404		284071
2601405		284071
2601406		284071
2601407		284071
2601408		284071
2601499		284071
7401302		261942
7401303		261942
7401304		261942
2601241		253194
804001		184336
2601101		166067
2601201		164891
2601202		164891
2601203		164891
2601204		164891
2601305		164891
2601299		164891
2601301		164891
2601302		164891
2601303		164891
2601304		164891
2601305		164891
2601399		164891

Fonte: Estimado a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO No. 3.4

OFERTA EXPORTAVEL EQUADOR

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRICAÇÃO	VALOR
2709001		1824663
901101		298914
303203		287960
801002		266961
2710202		176780
303202		146478
1801001		136191
2710599		101917
2710499		101905
1806001		65816

Fonte: Estimado a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO No. 3.5

OFERTA EXPORTAVEL PARAGUAI

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRIÇÃO	VALOR
5501001		141359
1201402		100477
201102		32986
2401100		15209
4405102		12592
1507117		11603
2304005		9822
4413299		9526
4102101		9518
4405205		9476

Fonte: Estimados a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO No. 3.6

OFERTA EXPORTAVEL PERU

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRIÇÃO	VALOR
2709001		474865
2710202		385834
901101		269441
7105101		255746
7401301		253662
2601701		215033
2601702		215033
2601703		215033
2601799		215033
2301102		200840
2601801		191258
2601802		191258
2601803		191258
2601804		191258
2601899		191258
7401201		124767
7401202		124767
7901101		110742
7901109		110742
7901111		110742
7901119		110742
7901121		110742
7901129		110742
2601301		80835
2601302		80835
2601303		80835
2601304		80835
2601305		80835
2601399		80835
5501001		74105

Fonte: Estimado a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO No. 3.7

OFERTA EXPORTAVEL VENEZUELA

(Milhares dólares)

**POSIÇÕES
NALADI**

	DESCRIÇÃO	VALOR
2709001		9293654
2710904		5375925
7601001		815626
2601941		322366
7602001		229932
7310002		167467
7310001		148529
2523003		125497
2820101		120978
301202		98164

Fonte: Estimado a partir das estatísticas de comércio exterior.

QUADRO No. 4.1

EXPORTAVEL POR UM FORNECEDOR

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRÍÇÃO	VALOR	FORNECEDOR
2711099		393939	BO
2601990		142896	CH
2820101		120978	VE
4701304		120932	CH
4701305		120932	CH
4701308		120932	CH
4701309		120932	CH
7107101		97281	CH
7107109		97281	CH
7107111		97281	CH
7107119		97281	CH
7107201		97281	CH
7107202		97281	CH
7107203		97281	CH
7107299		97281	CH
4701302		82048	CH
4701303		82048	CH
4701306		82048	CH
4701307		82048	CH
2601900		77201	BO
7107100		72227	PE
7305002		49737	PE
2601930		42955	BO
2710321		40809	CH

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

QUADRO No. 4.2

OFERTA EXPORTAVEL POR DOIS FORNECEDORES

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRÍÇÃO	VALOR	FORNECEDORES
7401301		1319724	CH,PE
7401201		447159	CH,PE
7401202		447159	CH,PE
7401302		266714	CH,PE
7401303		266714	CH,PE
7401304		266714	CH,PE
8002101		266105	CO,PE
8002201		266105	CO,PE
7602001		229955	CH,VE
2701101		184597	CO,CH
2701102		184597	CO,CH

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

AB
CB
PB
BB
CB
MB

QUADRO No. 4.3

OFERTA EXPORTAVEL POR TRES FORNECEDORES

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRICAÇÃO	VALOR	FORNECEDORES
2710904		5378071	CO, CH, VE
7601001		815899	CH, PE, VE
2601941		596310	CH, PE, VE
2301102		582132	CH, EQ, PE
7105101		300867	CO, CH, PE
2601301		245864	BO, CH, PE
2601302		245864	BO, CH, PE
2601303		245864	BO, CH, PE
2601304		245864	BO, CH, FR
2601305		245864	BO, CH, PE
2601399		245864	BO, CH, PE

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

QUADRO No. 4.4

OFERTA EXPORTAVEL POR QUATRO FORNECEDORES

POSIÇÕES NALADI	DESCRIÇÃO	VALOR	FORNECEDORES
2710202		1011842	CO, CH, EQ, PE
2601401		359184	BO, CO, CH, PE
2601402	PILOU	359184	BO, CO, CH, PE
2601403		359184	BO, CO, CH, PE
2601404		359184	BO, CO, CH, PE
2601405		359184	BO, CO, CH, PE
2601406		359184	BO, CO, CH, PE
2601407		359184	BO, CO, CH, PE
2601408		359184	BO, CO, CH, PE
5501001		313816	CO, EQ, PA, PE
2601801		243973	BO, CO, CH, PE
2601802		243973	BO, CO, CH, PE
2601803		243973	BO, CO, CH, PE
2601804		243973	BO, CO, CH, PE
2601701		230074	BO, CO, CH, PE
2601702		230074	BO, CO, CH, PE
2601703		230074	BO, CO, CH, PE
2601101		181627	BO, CH, EQ, PE
7310002		171596	CO, CH, PE, VE

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

QUADRO No. 4.5

OFERTA EXPORTAVEL POR CINCO FORNECEDORES

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRIÇÃO	VALOR	FORNECEDORES
303203		413327	CO, CH, EQ, PE, VE
2601499		359659	BO, CO, CH, EQ, PE
2601899		244258	BO, CO, CH, EQ, PE
2601799		230109	BO, CO, CH, EQ, PE
303202		210902	CO, CH, EQ, PE, VE
1801001		186687	BO, CO, EQ, PE, VE
2523003		162356	BO, CO, CH, PE, VE
603001		156429	CO, CH, EQ, PE, VE
303205		139295	CO, CH, EQ, PE, VE
303299		136745	CO, CH, EQ, PE, VE

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

QUADRO No. 4.6

OFERTA EXPORTAVEL POR SEIS FORNECEDORES

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRÍÇÃO	VALOR	FORNECEDORES
501002		492188	BO, CO, CH, EQ, PA, VE
301202		201137	BO, CO, CH, EQ, PE, VE
301201		83040	BO, CO, CH, EQ, PE, VE
1806001		74965	BO, CO, CH, EQ, PE, VE
6101009		55193	CO, CH, EQ, PA, PE, VE
4901101		42269	BO, CO, CH, EQ, PE, VE
6102004		30292	CO, CH, EQ, PA, PE, VE
6102008		30292	CO, CH, EQ, PA, PE, VE
6102016		30292	CO, CH, EQ, PA, PE, VE
6102019		30292	CO, CH, EQ, PA, PE, VE

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

QUADRO No. 4.7

OFERTA EXPORTAVEL POR SETE FORNECEDORES

(Milhares dólares)

POSIÇÕES NALADI	DESCRICAÇÃO	VALOR
901101		3646541
4405203		45856
4405205		34793
4405207		25410
4428999		4337

Fonte: Estimado a partir da estatística de comércio exterior.

//

Quadro 5.1

CRUZAMENTO OFERTA BOLIVIA E LISTA PREC ARGENTINA

(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	Export.	CEN-ARGENTINA	R. MUNDO	ALADI
2524002	Amianto em fibras	43	2524000100	6514	3124

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 5.2

CRUZAMENTO OFERTA EQUADOR E LISTA PREC ARGENTINA

(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	Export.	CEN	R. MUNDO	ALADI
3814001	Preparados p. óleos minerais	13	3814000101	5713	5868
			3814000201	19460	100
4403303	Troncos de madeira "balsa"	11	4403038000	1771	67
4403399	Os demais troncos não coníferas	236			
8410199	As demais bombas alternativas	27	8410020199	1514	359
			8410050199	1251	725
8411199	As demais bombas e compressores	45	8411010299	3749	427
8435299	Os demais aparelhos para impressão	13	8435039900	814	7
8459999	Outras máquinas e aparelhos	625	8459040199	10328	1608
			8459069999	11198	3218
8460001	Caixas, moldes indust. plásticos	202	8460000299	1241	116
8461999	Válvulas para outros usos	1245	8461000199	3008	420

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 5.3

CRUZAMENTO OFERTA PARAGUAI E LISTA PREC ARGENTINA

(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	Export.	CEN-ARGENTINA	R. MUNDO	ALADI
4403999	Demais madeira em bruto	30	4403038000	1771	67

Fonte: Elaboração do autor.

//

//

Quadro 5.4

CRUZAMENTO OFERTA COLOMBIA E LISTA PREC ARGENTINA
(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	Export.	CEN-ARGENTINA	R.MUNDO	ALADI
2601602	Bauxita calcinada	160	2601060100	3235	85
2701101	Hulha	184526	2701010000	3261	263
2701102	Hulha miúda	184526	2701020000	35327	0
2701103	Antracito	1333			
2708001	Breu	929	2708010000	5323	21
2820102	Hidróxido de alumínio	276	2820020100	1018	1104
2836101	Hidrossulfito de sódio	1749	2836000000	1612	14
2836199	Os demais hidrossulfitos	57			
3814001	Preparados óleos minerais	1119	3814000101	5713	5868
			3814000201	19460	100
3901404	Resina poliéster, chapas, folhas	821	3901090100	2621	72
6816001	Electrofundidos, manufaturas pedra	57	6816000003	1072	0
8410501	Elevadores de líquidos	84	8410050199	1251	725
8415299	Demais instalações frigoríficas	172	8415030190	1245	0
8417399	Demais apa. de evap. e de secagem	441	8417020399	1443	268
8435299	Demais máquinas para impressão	75	8435039900	814	7
8436101	Para fios de matérias têxteis	93	8436010000	2066	474
8459299	Demais máquinas matérias plásticas	525	8459040199	10328	1608
8459999	Outras máquinas aparelhos, demais	455			
9017397	Demais instrumentos e aparelhos	308	9017030199	5307	632

Fonte: Elaboração do autor.

//

Quadro 5.5

CRUZAMENTO OFERTA PERU E LISTA PREC ARGENTINA
(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	PE	CEN	R. MUNDO	ALADI
2601921	Cromita	112	2601110000	1562	0
2601929	Demais minérios de cromo	112			
4002102	Polibutadieno	56	4002030000	9010	3243
6816001	Electrofundidos, manufaturas pedras	2563	6816000003	1072	0
8406399	Demais motores de embarcações	168	8406050299	8948	0
8410199	As demais bombas alternativas	158	8410020199	1514	359
8411199	As demais bombas e compressores	348	8411010299	3749	427
8417399	Demais apa. de evap. e de secagem	51	8417020399	1443	268
8441199	As demais máquinas de costura	105	8441010299	4752	256
8459299	Demais máquinas p/ind. de mat. plás.	199	8459040199	10328	1608
8459799	Demais máquinas para outras indús.	90			
8459999	Outras máquinas e aparelhos	750			
9017999		89	9017030199	5307	632

Fonte: Elaboração do autor.

//

//

Quadro 5.6

CRUZAMENTO OFERTA VENEZUELA E LISTA PREC ARGENTINA
(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	VE	CEN	R. MUNDO	ALADI
2820101	Oxido de alumínio	120978	2820010300	60814	164
2820102	Hidróxido de alumínio	3238	2820020100	1018	1104
3814001	Preparados aditivos óleos minerais	3839	3814000201	19460	100
3901404	Resina poliéster, chapas, folhas	781	3901090100	2621	72
7305001	Pó de ferro ou aço	4228	7305010000	1151	165
7701001	Magnésio em bruto	71	7701020001	1997	0
8410501	Elevadores de líquidos	61	8104030700	6477	0
8411199	Demais bombas e compressores	1474	8411010299	3749	427
8435299	Demais aparelhos de impressão	152	8435039900	814	7
8437399	Demais máquinas p/fazer tec. de malha	125	8437029900	3853	48
8441199	Demais máquinas de costura	52	8441010299	4752	256
8459299	Demais máq. p/ind. de mat. plást.	174	8459040199	10328	1608
9017999	Demais instrumentos e aparelhos	222	9017030199	5307	632
9101099	Outros relógios	102	9101000170	29207	0

Fonte: Elaboração do autor.

//

//

Quadro 6.1

CRUZAMENTO OFERTA BOLIVIA E LISTA PREC BRASIL

NALADI	Descrição	EXPORT.	(Milhares de dólares)			IMPORTAÇÕES
			CEN-BRASIL	R. MUNDO	ALADI	
805003	Castanhas	3470	8050401	2381	0	
2711002	Propano liquefeito	127	27110299	17685	0	
4001201	Borracha natural, folhas defumadas	1683	40010203	14037	0	
4001299	Borracha natural, os demais	293	40010204	49764	0	
4102199	Couros pêles bovinos, os demais	513	41020201	16977	1132	
4104001	Peles caprinos, apergaminadas	100	41040102	9	0	
4104099	Peles caprinos, as demais	128				
7801201	Chumbo, desperdícios e sucata	53	78010400	2073	0	
7901101	Zinco, em lingotes ou pães, 99.99%	31	79010301	1423	0	
7901111	Zinco, em lingotes ou pães	31				
7901121	Zinco, em lingotes ou pães, 99.95%	31				

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 6.2

CRUZAMENTO OFERTA EQUADOR E LISTA PREC BRASIL

NALADI	Descrição	EQ	CEN	(Milhares de dólares)		
				R. MUNDO	ALADI	
2603001	Escórias, espumas comp. metálicas	89	26030100	4203	0	
2710499	Demais óleos lubrificantes e prep	101905	27101399	2367	0	
3814001	Preparados para óleos minerais	13	38140101	10786	0	
4001299	Borracha natural, os demais	26	40010204	49764	0	
4901101	Livros e impressos técnicos	31	49010100	7085	598	
4901901	Demais livros e impressos	80	49010300	4627	226	
6813299	Demais manufaturas de amianto	20	68130900	1426	0	
7318201	Tubos sem costura, aço comum	43	73180301	19364	0	
7318299	Demais tubos sem costura	62	73180304	7023	0	
7321001	Chapas, tiras, etc p/construção	162	73211100	3197	0	
7603099	Chapas, pranchas etc alumínio	96	76030200	6489	0	
8441199	Demais máquinas de costura	316	84410300	3051	0	
8459999	Outras máquinas e aparelhos	625	84599900	28172	14	
8460001	Caixas, moldes p/ind. plástico	202	84600400	6778	181	
8461999	Válvulas para outros usos	1245	84610101	3539	0	
8501801	Partes e peças de rotativos	43	85019000	5030	43	
8523999	Demais cabos eletricidade	11	85230400	7678	392	

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 6.3

CRUZAMENTO OFERTA PARAGUAI E LISTA PREC BRASIL

NALADI	Descrição	EXPORT.	(Milhares de dólares)			IMPORTAÇÕES
			CEN-BRASIL	R. MUNDO	ALADI	
1006004	Arroz branqueado, em pérola ou brunido	57	10060300	0	0	
4102199	Demais couros peles de bovinos	440	41020201	16977	1132	
6814001	Guarnições de fricção para freios	28	68140199	2978	0	

Fonte: Elaboração do autor.

//

//

Quadro 6.4
CRUZAMENTO OFERTA COLOMBIA E LISTA PREC BRASIL
(Milhares de dólares)

100

NALADI	Descrição	EXPORT.	CEN	R. MUNDO	ALADI
101193	Cavalos para reprodução	488	1010101	945	103
1006004	Arroz branqueado, em pérola ou brunido	11419	10060300	0	0
2603001	Escórias, espumas comp. metálicos	143	26030100	4203	0
2704101	Coques	8850	27040100	5265	609
2708001	Breu	929	27080100	2019	0
2816001	Amoniaco liq/lefeito	3289	28160100	7435	0
3102004	Sulfato de amônio	281	31020300	46175	3687
3814001	Preparados para óleos minerais	1119	38140101	10786	0
3819001	Cimentos, argamassas refratários	105	38190100	1468	0
3901407	Resina epóxida, chapas, folhas	821	39011700	2239	0
4102199	Couro peles bovinos, os demais	7339	41020201	16977	1132
4106001	Couros peles acamurçados	370	41060000	2944	0
4901101	Livros e impressos técnicos	30842	49010100	7085	598
4901901	Demais livros e impressões	2802	49010300	4627	226
7105101	Prata	60	71050100	5352	17089
7325001	Cabos de ferro ou de aço	1510	73250000	4286	0
7325099	Demais cordas, cordames ferro	1510			
8411201	Ventiladores e semelhantes	98	84111000	4378	51
8418802	Partes peças filtros depuradores	192	84189199	2810	2
8423899	Partes peças máq. 8423.2	53	84239099	22330	0
8444101	Laminadores e trens de laminação	300	84449900	11172	0
8445994	Máq. p/tirar rebarbas, retificar, amolar	144	84451501	4980	0
8459999	Demais máquinas e aparelhos	455	84599900	28172	14
8460001	Caixas, moldes indústria plástic.	984	84600400	6778	181
8460099	Demais caixas moldes coquilhas	219			
8461903	Válvulas e registro de comporta	2135	84610101	3539	0
			84610501	3032	0
8462102	Rolamentos de rolos	66	84620300	11833	5
8501601	Transformadores, dielétricos 10 kva	935	85011702	35446	0
8501602	Transformadores, dielétricos 100 kva	935	85011703	15450	0
8501603	Transformadores, dielétricos 1000 kva	935	85019000	5030	43
8501604	Transformadores, dielétricos 10000 kva	305			
8501691	Transformadores, demais 10 kva	935			
8501692	Transformadores, demais 100 kva	935			
8501693	Transformadores, demais 1000 kva	935			
8501694	Transformadores, demais 10000 kva	305			
8501701	Bobinas de reatância	213			
8501801	Partes peças geradores motores	104			
8501802	Partes peças rotativos	113			
8515111	Transmissores-receptores móveis	178	85150303	4197	0
8515119	Demais transmissores-receptores	178			
8519501	Circuitos impressos	2973	85190800	10712	8
8519899	Demais partes e peças separadas	127	85199002	7250	10
			85199099	6468	0
8523299	Demais cabos de conexões	1851	85230400	7678	392
8523999	Demais cabos	2151			
9024299	Demais termostatos	55	90240499	2783	381
9401105	Cadeiras especiais para veículos	149	94010200	1966	0

Fonte: Elaboração do autor.

//

//

Quadro 6.5

CRUZAMENTO OFERTA PERU E LISTA PREC BRASIL

(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	PE	CEN	R. MUNDO	ALADI
101193	Cavalos para reprodução	87	1010101	945	103
302005	Bacalhau seco inclusive salgado	186	3020104	8447	0
			3020105	19219	0
2603001	Escórias, espumas compostos metál.	15935	26030100	4203	0
2710499	Demais óleos lubrif. e prep.	31684	27101399	2367	0
2808001	Ácido sulfúrico	308	28080101	11808	1143
3819001	Cimentos, argamassas refratários	79	38190100	1468	0
4102199	Demais couros peles de bovinos	423	41020201	16977	1132
4104001	Peles caprinos apergaminhados	228	41040300	0	0
4104099	Demais peles de caprinos	1930	41049900	0	0
4901101	Livros e impressos técnicos	3169	49010100	7085	598
4901901	Demais livros e impressos	3169	49010300	4627	226
4902001	Publicações periód. e publicações	187	49020200	7982	19
7105101	Prata	255746	71050100	5352	17089
7313301	Chapas ferro aço laminadas	491	73130302	1458	0
7313499	Demais chapas ferro aço estanhadas	397	73130499	12361	0
7318203	Tubos sem costura, aços-ligas	1861	73180304	7023	0
7321001	Chapas, tiras, etc p/const.	3588	73211100	3197	0
7325001	Cabos ferro aço	283	73250000	4286	0
7325099	Cordas, tranças, etc ferro-aço	283			
7403101	Barras cobre seção 6-50mm	7408	74030199	53	0
7403102	Barras cobre, seção 50mm	10835			
7403199	As demais barras de cobre	10793			
7405001	Folhas delgadas cobre-0.15mm	144	74050000	3716	0
7901201	Ligas zinco, lingote 3% alumínio	19282	79010301	1423	0
8418801	Partes peças centrifugadores	119	84189199	2810	2
8423899	Demais partes peças máq. 8423	298	84239099	22330	0
8441199	Demais máquinas de costura	105	84410400	1879	0
8459999	Outras máquinas e aparelhos	750	84599900	28172	14
8460001	Caixas, moldes,etc ind. plást.	786	84600400	6778	181
8461801	Partes peças torneiras, registros, válvulas e semelhantes	438	84610101	3539	0
8461903	Válvulas registros de comporta	497	84610501	3032	0
8461999	Demais válvulas outros usos	85	84619000	6154	3
8501103	Geradores 1000-10000 kva	123	85010202	3347	0
8501104	Geradores 10000-100000 kva	123			
8501105	Geradores 100000 kva	123			
8501301	Motor corrente contínua 10W	115	85010701	5181	0
8501302	Motor corr. contínua 10-18W	125	85011702	35446	0
8501303	Motor corr. contínua 18-50W	125	85011703	15450	0
8501304	Motor corr. contínua 50-75W	125			
8501305	Motor corr. contínua 75-250W	125			
8501602	Transformador, dielétrico 10-100	617			
8501603	Transformador, dielétrico 1000 KV	617			
8501604	Transformador, dielétrico 10000 KV	717			
8501605	Transformador, dielétrico 100000 KV	714			
8501606	Transformador, dielétrico 10000 K	714			
8501692	Transformador, de mais, 10-100kva	617			
8501693	Transformador, de mais, 1000kva	617			
8501694	Transformador, de mais, 10000kva	717			
8501695	Transformador, de mais, 100000kva	714			
8501696	Transformador, de mais, 100000kva	714			
8501699	Transformador, os demais	714			
8501701	Bobina de reatância	284			

//

//

8515111	Transmissores-receptores móveis	89	85150303	4197	0
	Transmissores-receptores, demais	89			
	Demais partes e peças separadas	212	85199002	7250	10
	Demais cabos de conexões	10044	85199099	6468	0
	Demais cabos eletricidade	248	85230400	7678	392

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 6.6
CRUZAMENTO OFERTA VENEZUELA E LISTA PREC BRASIL
(Milhares de dólares)

NALADI	Descrição	VE	CEN	R. MUNDO	ALADI
2603001	Escórias, espumas compostos metál.	661	26030100	4203	0
	Amoniaco líquido	74394	28160100	7435	0
	Oxido de alumínio	120978	28200100	37375	0
	Sulfato de amônio	648	31020300	46175	3687
	Preparados aditivos óleos minerais	3839	38140101	10786	0
	Cimentos, argamassa refratários	293	38190100	1468	0
	Resinas epoxidas, líquidas	388	39011700	2239	0
	Resinas epoxidas, pós, grânulos	388			
	Resinas epoxidas, chapas, folhas	781			
	Papel Kraft	199	48010210	30547	10378
	Papel para jornal	428	48010216	7362	2504
	Demais papéis cartões revestidos	261	48071100	20380	0
	Livros e impressos	2675	49010100	7085	598
			49010300	4627	226
	Publicações periódicas e publicações	2275	49020200	7982	19
	Chapas ferro aço estanhadas	75242	73130302	1458	0
	Trilhos	7538	73130499	12861	0
	Tubos sem costura, aços-ligas	74	73140199	13127	0
	Chapas, tiras, etc para construção	82	73180304	7023	0
	Cabos ferro-aço	1290	73211100	3197	0
	Cordas, tranças, etc ferro-aço	69	73250000	4286	0
	Barras-cobre, seção 6-50mm	71			
	Barras-cobre, seção 50mm	327	74030199	53	0
	Demais barras de cobre	327			
	Perfилados de cobre	327			
	Folhas delgadas cobre=0,15mm	327			
	Ventiladores e semelhantes	557	74050000	3716	0
	Partes peças condic. de ar	56	84111000	4378	51
	Demais partes peças máq. 8423	3891	84129000	3541	0
	Partes peças máq. 8431	7569	84239099	22330	0
	Demais máquinas de costura	601	84319000	7582	0
	Máq. p/tirar rebarbas, retif., amolar	52	84410300	3051	0
	Outras máquinas ou aparelhos		84410400	1879	0
	Caixas, moldes ind. plásticas	909	84451501	4980	0
	Partes peças, torneiras, registros,	1115	84599900	28172	14
	válvulas e semelhantes	443	84600400	6778	181
	Demais válvulas para outros usos	215	84610101	3539	0
		915	84610501	3032	0
	Geradores 1000-10000kva		84619000	6154	3
	Geradores 100000 kva	101	85010102	13651	0
	Grupo gerador 1000-10000 kva	101	85010202	3347	0
	Grupo gerador 10000 kva	101	85010302	2059	0
		101			

//

//

8501143	Outros geradores 1000-10000 kva	101				
	Outros geradores 10000 kva	101				
	Transformador dielétrico 10 kva	1104	85011702	35446		0
	Transformador dielétrico 10-100 kva	2834	85011703	15450		0
	Transformador dielétrico 1000 kva	2834				
	Transformador dielétrico 10000 kva	189				
	Transformador dielétrico 100000 kva	180				
	Transformador dielétrico 100000 kv	180				
	Transformador de mais 10 kva	1104				
	Transformador, de mais 100 kva	514				
	Transformador, de mais 1000 kva	514				
	Transformador, de mais de 10000 kva	189				
	Transformador, de mais 100000 kva	180				
	Bobinas reatância	180				
	Partes gerador, motor,conversor	488				
	Partes conversores estáticos	159	85019000	5030		43
	Demais cabos armadura metálica	159				
	Demais cabos de conexões	2532	85230400	7678		392
	Demais cabos	1177				
	Elétrodos	1177				
		191	85240102	10956		1598
			85240103	10956		0
	Demais viaturas especiais	800	86059900	20867		0
	Aparelhos de medida controle	115	90160200	4377		0

Fonte: Elaboração do autor.